



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E  
SEGURANÇA SOCIAL - MESTRADO PROFISSIONAL**

**A POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL DA UFRB**

**SILVANA SOUSA LOURO**

Cruz das Almas - Bahia

2021

**A POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL DA UFRB**

**SILVANA SOUSA LOURO**

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e  
Segurança Social

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2021

Relatório técnico apresentado ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Rosineide Pereira Mubarack Garcia

Cruz das Almas - Bahia

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E  
SEGURANÇA SOCIAL - MESTRADO PROFISSIONAL**

**A POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL DA UFRB**

Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado

Silvana Sousa Louro

Aprovada em: 08 de outubro de 2021

Prof<sup>ª</sup>. Dra.

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Orientadora

Prof. Dr.

Alexandre Américo Almassy Junior

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Examinador Interno

Prof. Dr.

José Pereira Mascarenhas Bisneto

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Examinador Externo

## **AGRADECIMENTOS**

Ao concluir mais esta etapa da minha jornada, a palavra que melhor define este momento é gratidão: a Deus, pelo dom da vida e por permitir galgar mais um degrau de conhecimento; a Thiago, meu companheiro de todas as horas, por seu incansável apoio em todas as fases da minha caminhada; aos meus filhos Gustavo e Guilherme, provas incontestáveis do amor de Deus; a minha amada sogra Nilva, aos colegas do GEAT, aos amigos e familiares e, especialmente, a minha querida orientadora, Professora Rosineide Mubarack, por tantas contribuições e por tornar esse percurso mais sereno e enriquecedor, por suas palavras sábias e seu abraço materno. Sem vocês esse sonho jamais se tornaria possível.

# **A POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL DA UFRB**

## **RESUMO**

A política de acompanhamento de egressos é parte importante das avaliações institucionais, representando um efetivo instrumento de diagnóstico dos cursos. Nessa perspectiva, o presente trabalho, elaborado sob o formato de Relatório Técnico, tem como objetivo analisar como a política de egressos pode melhorar os resultados do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social - PPGGPPSS da UFRB. Em termos metodológicos, este Relatório realiza uma investigação exploratória e adota a abordagem qualitativa, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e documental e questionário eletrônico semiestruturado. Diante dos dados apresentados é possível constatar que: ainda são raros e pouco aprofundados os estudos relativos ao acompanhamento de egressos da pós-graduação no Brasil; a grande maioria das universidades federais brasileiras não possui regulamentação interna estabelecendo os parâmetros da política de egressos; apesar de ainda pontuar com a nota mínima para permanência de suas atividades, de acordo com a avaliação quadrienal da CAPES, o PPGGPPSS obteve uma boa avaliação junto aos egressos, vem contribuindo para a produção de conhecimento e desenvolvimento de habilidades, mas precisa promover ajustes estratégicos, visando o aprimoramento do Programa. Nesse viés, o acompanhamento de egressos pode representar um diferencial, capaz de melhorar a nota e fornecer subsídios que permitam potencializar a formação de seus estudantes.

**Palavras chaves:** Política de avaliação, avaliação quadrienal, política de egressos

# **THE POLICY FOR FOLLOW-UP OF GRADUATE STUDENTS IN THE POSTGRADUATE PROGRAM IN PUBLIC POLICY MANAGEMENT AND SOCIAL SECURITY AT UFRB**

## **ABSTRACT**

The policy for monitoring graduates is an important part of institutional assessments, representing an effective tool for diagnosing courses. In this perspective, the present work, prepared in the form of a Technical Report, aims to analyze how the alumni policy can improve the results of the Graduate Program in Public Policy Management and Social Security - PPGGPPSS at UFRB. In methodological terms, this Report carries out an exploratory investigation and adopts a qualitative approach, using bibliographic and documentary research and a semi-structured electronic questionnaire. In view of the data presented, it is possible to verify that: studies relating to the follow-up of graduate graduates in Brazil are still rare and lacking in depth; the vast majority of Brazilian federal universities do not have internal regulations establishing the parameters of the alumni policy; despite still scoring the minimum grade for the permanence of its activities, according to the four-year evaluation of CAPES, the PPGGPPSS obtained a good evaluation with the graduates, has been contributing to the production of knowledge and development of skills, but it needs to promote strategic adjustments, aiming at the improvement of the Program. In this bias, the follow-up of graduates can represent a differential, capable of improving the grade and providing subsidies that allow enhancing the training of its students.

**Key words:** Evaluation policy, quadrennial evaluation, alumni policy

## LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS

Associação Brasileira de Normas Técnicas	- ABNT
Avaliação de Propostas de Cursos Novos	- APCN
Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação	- CPPG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	- CAPES
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas	- CCAAB
Centro de Tecnologia da Informação	- CTIC
Comissão Própria de Avaliação	- CPA
Comitê de Acompanhamento do Egresso	- CoPAE
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	- CNPq
Conselho Nacional de Educação	- CNE
Conselho Universitário	- CONSUNI
Coordenadoria de Tecnologia da Informação	- COTEC
Câmara de Pós-Graduação	- CPG
Diretoria de Pós-Graduação	- DIPOSG
Escolar da Faculdade de Educação	- FACED
Financiadora de Estudos e Projetos	- FINEP
Índice Geral de Cursos	- IGC
Instituições de Ensino Superior	- IES
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	- IFTM
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	- INPE
Lei de Diretrizes e Bases da Educação	- LDB
Ministério da Educação	- MEC
Mestrado Profissional	- MP
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	- UNESCO
Plano de Desenvolvimento Institucional	- PDI
Plano Nacional de Educação	- PNE
Plano Nacional de Pós-Graduação	- PNPG
Pontifícia Universidade Católica	- PUC
Programas de Pós-Graduação	- PPGs
Programa de Acompanhamento de Egressos	- PAE
Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores	- PRODOC
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	- PPGGPPSS
Programa de Promoção do Sucesso Acadêmico dos Estudantes	- PPSAE
Projetos Pedagógicos de Cursos	- PPCs

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	- PROEG
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	- PROPII
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação, Criação e Inovação	- PPGCI
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica	- PROPIT
Questionário de Informação de Egresso	- QIE
Revisão Sistemática da Literatura	- RSL
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior	- SINAES
Sistema Único de Saúde	- SUS
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	- TCLE
Universidade Estadual Paulista	- UNESP
Universidade de São Paulo	- USP
Universidade Federal da Bahia	- UFBA
Universidade Federal de Juiz de Fora	- UFJF
Universidade Federal de Pelotas	- UFPel
Universidade Federal de Santa Catarina	- UFSC
Universidade Federal de Santa Maria	- UFSM
Universidade Federal de Uberlândia	- UFU
Universidade Federal de Viçosa	- UFV
Universidade Federal do Ceará	- UFC
Universidade Federal do Pampa	- UNIPAMPA
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	- UFRB
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	- UNIFESSPA

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Universidades Federais existentes e respondentes por região .....	46
<b>Figura 2</b> - Distribuição de egressos no Recôncavo Baiano .....	57
<b>Figura 3</b> - Aplicabilidade .....	65
<b>Figura 4</b> – Nível de satisfação em relação à área do Programa .....	66
<b>Figura 5</b> Avaliação dos conhecimentos teóricos obtidos no PPGGPPSS.....	69
<b>Figura 6</b> – Avaliação sobre os docentes do PPGGPPSS .....	70
<b>Figura 7</b> - Avaliação das disciplinas/ componentes curriculares ofertados no PPGGPPSS..	71

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Aplicação dos Critérios de Exclusão à <i>string</i> “avaliação da pós-graduação” .....	39
<b>Gráfico 2</b> - Aplicação dos Critérios de Exclusão à <i>string</i> “acompanhamento de egressos”...41	
<b>Gráfico 3</b> - Política de egressos nas universidades federais.....	47
<b>Gráfico 4-</b> Universo da pesquisa: Participantes por período letivo .....	53
<b>Gráfico 5</b> - Sexo dos egressos participantes.....	55
<b>Gráfico 6</b> - Vínculo Profissional .....	60
<b>Gráfico 7</b> – Tipo de atividade desenvolvida pela Instituição.....	61
<b>Gráfico 8</b> - Tempo de permanência na instituição .....	63
<b>Gráfico 9</b> - Remuneração mensal.....	63
<b>Gráfico 10</b> – Tipo de relação entre a atividade profissional desenvolvida e a área do programa .....	64
<b>Gráfico 11</b> – Tempo de vínculo profissional na área do Programa .....	65
<b>Gráfico 12</b> - Resultados dos conhecimentos adquiridos .....	67
<b>Gráfico 13</b> - Motivos para escolha do Programa .....	68
<b>Gráfico 14</b> - Motivações para escolha do Programa, em escala de importância .....	69
<b>Gráfico 15</b> - Expectativas iniciais em relação ao PPGGPPSS.....	71

<b>Gráfico 16</b> - Produções científicas realizadas desde o ingresso no PPGGPPSS .....	72
<b>Gráfico 17</b> - Frequência de atualização do Currículo Lattes .....	74
<b>Gráfico 18</b> – Contribuição do Programa para melhorar a visão e conhecimento acerca do impacto social que envolve uma política pública .....	75
<b>Gráfico 19</b> – Contribuição do Programa para ampliar o nível participação social .....	76
<b>Gráfico 20</b> - Ingresso em programa de doutorado e <i>status</i> atual .....	76
<b>Gráfico 21</b> - Contato mantido entre o PPGGPPSS/ UFRB e o egresso .....	80
<b>Gráfico 22</b> – Frequência de contato entre o PPGGPPSS/ UFRB e o egresso.....	81
<b>Gráfico 23</b> – Tipo de contato entre o PPGGPPSS/ UFRB e o egresso.....	82
<b>Gráfico 24</b> – Implantação de uma política de acompanhamento de egressos.....	82
<b>Gráfico 25</b> – Convites para participação em eventos acadêmicos, artísticos, culturais e esportivos .....	83
<b>Gráfico 26</b> - Disponibilizar ao egresso dados sobre o seu percurso acadêmico .....	84
<b>Gráfico 27</b> - Implantação de uma ferramenta para subsidiar o Programa de Acompanhamento do Egresso.....	84
<b>Gráfico 28</b> - Divulgar conquistas, premiações e produção acadêmica, artística e literária de egressos .....	85
<b>Gráfico 29</b> - Divulgar notícias dos egressos no site.....	86
<b>Gráfico 30</b> - Oferta de cursos, seminários e palestras ao egresso .....	87
<b>Gráfico 31</b> - Objetivos do Mestrado considerados atendidos .....	89

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> da UFRB.....	18
<b>Quadro 2</b> Ficha de avaliação aprovada na 182ª Reunião do CT-ES .....	29
<b>Quadro 3</b> - Relação de trabalhos selecionados no contexto da pós-graduação .....	40
<b>Quadro 4</b> Acompanhamento de egressos na pós-graduação .....	41
<b>Quadro 5</b> - Região de residência dos participantes.....	56

**Quadro 6 - Cargo ou Função .....62**

**LISTA DE TABELAS**

**Tabela 1- Município de residência dos egressos.....55**

**Tabela 2 – Instituição onde exerce a atividade profissional .....59**

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>O CAMINHAR METODOLÓGICO.....</b>	<b>17</b>
2.1	<i>LÓCUS</i> DE PESQUISA	17
2.2	ABORDAGEM METODOLÓGICA	21
2.3	INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	21
<b>2.3.1</b>	<b>Análise bibliográfica</b>	<b>21</b>
<b>2.3.2</b>	<b>Análise documental</b>	<b>22</b>
<b>2.3.3</b>	<b>Questionário Eletrônico</b>	<b>24</b>
<b>3</b>	<b>PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL .....</b>	<b>26</b>
3.1	PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO	26
3.2	AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i>	27
3.3	A MODALIDADE DE MESTRADO PROFISSIONAL	31
<b>4</b>	<b>ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DA PÓS-GRADUAÇÃO.....</b>	<b>33</b>
4.1	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	33
4.2	POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	35
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>39</b>
5.1	REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	39
5.2	POLÍTICA DE EGRESSOS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS	45
<b>5.2.1</b>	<b>Mapeamento da política de egressos</b>	<b>46</b>
5.3	OS EGRESSOS DO PPGGPPSS	53
<b>5.3.1</b>	<b>Atuação Profissional</b>	<b>57</b>
<b>5.3.2</b>	<b>Formação Acadêmica</b>	<b>67</b>
<b>5.3.3</b>	<b>Política de acompanhamento</b>	<b>80</b>
<b>5.3.4</b>	<b>Contribuições do PPGGPPSS</b>	<b>87</b>

<b>6</b>	<b>ORIENTAÇÕES PARA A POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DO PPGGPPSS.....</b>	<b>91</b>
6.1	INGRESSO	92
6.2	CONCLUSÃO DAS DISCIPLINAS/ ATIVIDADES CURRICULARES	92
6.3	TITULAÇÃO	94
6.4	EGRESSO	95
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>8</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>100</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>106</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil está entre as nações que mais demoraram para investir na criação e no desenvolvimento do ensino superior (FÁVERO, 2006). O despertar para a importância do acompanhamento de egressos também ocorreu muito tardiamente e manteve-se por bastante tempo ausente das pautas da gestão universitária.

O relacionamento com os egressos pode ser traduzido como um diálogo necessário entre a universidade e seu entorno. Esses agentes representam a própria instituição perante a sociedade, podendo contribuir com o desenvolvimento da educação superior, inclusive por meio dos processos avaliativos (LOUSADA E MARTINS, 2005).

A participação do egresso na vida acadêmica agrega vantagens para todos os envolvidos. Para a universidade, possibilita uma avaliação mais próxima da realidade e condizente com as exigências do mercado de trabalho. Para os egressos, é uma oportunidade de crescimento e incremento curricular, para os programas de pós-graduação impulsiona a melhoria contínua de suas atividades.

Nessa perspectiva, a legislação brasileira tem avançado no reconhecimento da importância do egresso na esfera educacional. A Lei 10.861, de 14/04/2004, instituiu, no âmbito da Graduação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e, posteriormente, a Portaria nº 300 do Ministério da Educação (MEC), de 30/01/2006, aprovou o instrumento de avaliação externa das instituições de educação superior.

Dessa forma, o acompanhamento de egressos foi incluído no processo avaliativo das instituições de ensino, especificamente a nona dimensão SINAES, que se refere às políticas de atendimento aos estudantes, dentre elas a política de acompanhamento e avaliação de egressos. Porém, à cada universidade compete o desenvolvimento de ações e a implantação de políticas institucionais de acompanhamento de egressos como uma ferramenta que coopere para o cumprimento da missão da universidade.

Na prática, observa-se que ainda são poucas as Instituições de Ensino Superior - IES que investem em ações concretas de relacionamento capazes de instigar a participação dos egressos (MACCARI e TEIXEIRA, 2014) e que, apesar da importância dos egressos para as instituições de ensino, os estudos sobre o tema ainda são pontuais e esporádicos (MOURA e SCHMIDT, 2016). Nessa perspectiva, este Relatório apresenta-se no sentido de minimizar essa lacuna e contribuir para a discussão da temática.

Este trabalho tem o **objetivo geral** de analisar como a política de egressos pode melhorar os resultados do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social – PPGGPPSS/UFRB, sendo delineado a partir dos seguintes **objetivos específicos**:

- 1 - Identificar estudos sobre a política de acompanhamento de egresso da pós-graduação, através da Revisão Sistemática da Literatura - RSL;
- 2 - Mapear e caracterizar as políticas de acompanhamento de egresso da pós-graduação existentes nas universidades federais brasileiras;
- 3 – Verificar as contribuições do PPGGPPSS para a atuação profissional e formação acadêmica dos seus egressos;
- 4 - Construir um conjunto de orientações para subsidiar a elaboração da política de acompanhamento de egressos do PPGGPPSS.

O presente trabalho foi estruturado em formato de Relatório Técnico, encontrando-se devidamente alinhado às prerrogativas estabelecidas pela Instrução Normativa PPGGPPSS 02/2021, que dispõe acerca de as orientações para desenvolvimento e avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, no âmbito do Programa. Em termos metodológicos, este Relatório é resultado de uma investigação exploratória, buscando atender aos pressupostos da abordagem qualitativa, utilizou os instrumentos de revisão sistemática da literatura, levantamento bibliográfico, pesquisa documental e questionário eletrônico semiestruturado.

A presente pesquisa destaca-se por sua natureza aplicada que, segundo Gil (2019) contempla estudos elaborados com a intenção de solucionar problemas identificados no contexto de vivência do pesquisador. Nesse sentido, a atividade profissional da autora, enquanto servidora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia contribuiu, inicialmente, com o desejo de aprofundar-se nas problemáticas da Instituição, buscando compreender e cooperar com as questões que obstam o desenvolvimento da Universidade e dificultam o cumprimento de sua missão social.

Somado a isso, a participação da autora no processo de construção do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/UFRB, com vigência para o período de 2019 a 2030, lhe possibilitou uma ampla discussão acerca de aspectos relativos à missão, visão, valores e áreas de atuação da Instituição, proporcionando uma abrangente reflexão acerca da Universidade e direcionando o seu olhar para a necessidade de tornar o egresso um aliado no processo de desenvolvimento institucional.

Aliada a essa inquietação já existente, a pretensão de imergir na temática foi impulsionada pela participação da autora como mestranda do PPGGPPSS. O primeiro impacto significativo deu-se ainda no processo de inserção ao Programa, com a ausência de informações triviais aos ingressantes e inexistência de ações que buscassem uma integração com a comunidade acadêmica. Durante o curso percebeu-se pouco estímulo à participação dos mestrandos no processo de avaliação e otimização das atividades do Programa, despertando na pesquisadora o ímpeto para conhecer como se daria essa relação após a titulação e como os mestres, egressos do Programa, poderiam contribuir para o seu aprimoramento.

Nessa perspectiva, o presente Relatório apresenta os resultados de uma pesquisa inédita, realizada no bojo do PPGGPPSS, propondo-se a elucidar aspectos importantes relativos à formação oferecida e visando promover repercussões em toda a comunidade acadêmica, no Projeto Político Pedagógico, no processo de ensino/aprendizagem e na construção da Política de Acompanhamento de Egressos do Programa, buscando ainda embasar a tomada de decisões, possibilitando ações mais assertivas e confiáveis e, conseqüentemente, podendo gerar resultados mais satisfatórios.

O presente Relatório encontra-se estruturado em cinco partes, sendo esta Introdução a primeira delas. A segunda parte contempla o percurso metodológico desta pesquisa, enquanto a terceira discorre acerca da pós-graduação no Brasil, insurgindo discussões referentes ao Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG, ao acompanhamento de egressos na perspectiva do processo avaliativo dos cursos e a modalidade de mestrado profissional.

A quarta parte se encarrega de aprofundar-se na temática de egressos da pós-graduação no Brasil, trazendo à baila concepções importantes da política de acompanhamento de egressos. Ao quinto capítulo compete apresentar e discutir os resultados da pesquisa, elencando os estudos existentes acerca do tema, desvelando o cenário da política de egressos, no âmbito das universidades federais brasileiras e apresentando o panorama do PPGGPPSS nos aspectos de atuação profissional e formação acadêmica dos egressos.

## 2 O CAMINHAR METODOLÓGICO

A metodologia adotada no presente Relatório foi selecionada com vistas a fornecer os subsídios necessários ao cumprimento do objetivo central deste trabalho cujo escopo é analisar como a política de egressos pode melhorar os resultados do PPGGPPSS/UFRB.

A estruturação deste capítulo inclui a apresentação do *locus* da pesquisa, indicação da abordagem metodológica utilizada, detalhamento dos instrumentos e procedimentos adotados para coleta e análise dos dados.

### 2.1 LÓCUS DE PESQUISA

O *locus* de pesquisa foi selecionado tendo em vista as características específicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), uma Instituição comprometida com a inclusão social e o exercício pleno das capacidades humanas, e os objetivos do PPGGPPSS.

A UFRB foi criada em 2005, por meio da Lei 11.151 de 29 de julho de 2005. É uma Instituição de Ensino Superior pública, instalada em uma região de grande significado histórico e cultural para o Brasil, sediada na cidade de Cruz das Almas, com campi distribuídos pelos municípios baianos de Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus e São Felix. Originada da antiga Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia - UFBA, foi a segunda universidade federal criada na Bahia.

Em relação à pós-graduação, a UFRB possui, atualmente, dezessete programas na modalidade *stricto sensu*, sendo que quinze ofertam mestrado e dois ofertam mestrado e doutorado, com a missão de contribuir com formação de profissionais para as funções públicas e privadas e colaborar com o desenvolvimento local, regional e nacional (UFRB, 2021). Os programas de mestrado se subdividem em oito acadêmicos e nove profissionais, conforme Quadro 1.

**Quadro 1** – Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFRB

<b>Curso</b>	<b>Cód. CAPES</b>	<b>Programa</b>	<b>Informações</b>	<b>Unidade de Oferta</b>
Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento	28022017005P0	Mestrado Acadêmico	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CAHL - Centro de Artes, Humanidades e Letras
História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas	28022017011P0	Mestrado Profissional	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CAHL - Centro de Artes, Humanidades e Letras
Comunicação	28022017012P7	Mestrado Acadêmico	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CAHL - Centro de Artes, Humanidades e Letras
Arqueologia e Patrimônio Cultural	28022017013P3	Mestrado Acadêmico	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CAHL - Centro de Artes, Humanidades e Letras
Política Social e Territórios	28022017015P6	Mestrado Acadêmico	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CAHL - Centro de Artes, Humanidades e Letras
Educação Científica, Inclusão e Diversidade	28022017014P0	Mestrado Profissional	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CETENS - Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade
Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação PROFNIT	31102000001P6	Mestrado Profissional	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CETENS - Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade
Ciências Agrárias	28022017001P5	Mestrado Acadêmico / Doutorado Acadêmico	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CCAAB - Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas
Engenharia Agrícola	28022017009P6	Mestrado Acadêmico / Doutorado Acadêmico	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CCAAB - Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas
Recursos Genéticos Vegetais	28022017003P8	Mestrado Acadêmico	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CCAAB - Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas
Defesa Agropecuária	28022017007P3	Mestrado Profissional	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CCAAB - Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas
Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	28022017008P0	Mestrado Profissional	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CCAAB - Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas
Ciência Animal	28022017004P4	Mestrado Acadêmico	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CCAAB - Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas
Saúde da Família PROFSAÚDE	33303002001P9	Mestrado Profissional	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CCS - Centro de Ciências da Saúde
Saúde da População Negra e Indígena	28022017016P2	Mestrado Profissional	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CCS - Centro de Ciências da Saúde
Matemática em Rede Nacional	31075010001P2	Mestrado Profissional	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CETEC - Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
Educação do Campo	28022017010P4	Mestrado Profissional	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	CFP- Centro de Formação de Professores

Fonte: PPGCI/UFRB (2021)

Em seu primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/UFRB (2010-2014), a Universidade delega aos colegiados o desenvolvimento de projetos de acompanhamento de seus egressos em cada curso, os quais deveriam observar as diretrizes da política de acompanhamento de egressos. Porém não há registros publicizados da existência desse documento Institucional, apesar de o referido PDI elencar seus objetivos e apontar a criação do Portal de Egressos como elemento viabilizador das necessidades previstas na suposta Política. O Portal do Egresso foi criado em 2013, com o objetivo de tornar-se um canal de comunicação entre a Universidade e os antigos discentes dos cursos de graduação, mas o uso da ferramenta não se consolidou no meio institucional e, desde 2015, deixou de ser atualizado.

O PDI/UFRB (2015-2019) faz referência ao Programa de Acompanhamento, prevendo o fortalecimento do Portal de Egressos, porém de forma secundária, como parte das ações de ampliação da oferta de vagas nos cursos da Instituição, sem mencionar a existência de uma política ou prever sua criação.

No PDI/UFRB (2019-2030), atualmente vigente, a previsão de criação da política ganha uma nova dimensão, sendo inserido como um objetivo estratégico da Instituição, estando previstos mecanismos de acompanhamento de egressos que visam contemplar tanto a graduação quanto a pós-graduação. Para tanto, estabelece linhas de ação que incluem dimensionamento do coletivo de egressos, reestruturação do portal, criação e consolidação da política, relacionamento com o egresso e interlocução com o mercado de trabalho.

O Relatório de Avaliação Institucional (2018-2020), elaborado de pela Comissão Própria de Avaliação – CPA/UFRB, apresenta um panorama das ações de acompanhamento de egressos, no âmbito da Instituição. Conforme consta no referido Relatório, o estudo do fluxo de egressos ocorre unicamente através do Questionário de Informação de Egresso - QIE, disponibilizado no site da Pró-Reitoria de Graduação, buscando consolidar as informações em um banco de dados para contribuir com os estudos sobre os egressos.

O Documento sinaliza ainda a existência de um diagnóstico, coordenado pelo Programa de Promoção do Sucesso Acadêmico dos Estudantes – PPSAE/UFRB, acerca da implantação da política de egressos no âmbito da Instituição e pontua as perspectivas de ampliação e consolidação das ações institucionais para acompanhamento dos estudantes, após titulação. Além disso, menciona a necessidade de reestruturação do portal do egresso, pontuando a relevância da implantação de núcleos específicos do PPSAE em cada Centro de Ensino.

Constata-se, nesse sentido que ainda não há, no âmbito da Universidade, um normativo que direcione as ações de acompanhamento. Entretanto, a publicação da Portaria nº 497, de 11 de maio de 2021, pela Reitoria, constituindo uma comissão para propor uma minuta de Política de Egresso para a UFRB, pode representar, após 16 anos de existência da Universidade, um direcionamento mais efetivo para a implantação de uma política que valorize a trajetória/vínculo do egresso, o que conseqüentemente deve propiciar também uma melhoria dos resultados institucionais e o fortalecimento da Universidade com a sociedade.

O PPGGPPSS, objeto específico de análise deste Relatório, é um programa configurado em formato de Mestrado Profissional, vinculado ao Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – CCAAB da UFRB, com sede no município de Cruz das Almas/BA, tendo por objetivo a formação em nível avançado de recursos humanos responsáveis pela gestão de políticas públicas em órgãos governamentais e não governamentais, visando a otimização das práticas gestonárias em função da melhoria da produtividade das diversas políticas públicas face às especificidades dos ambientes políticos, econômicos, sociais e institucionais (UFRB, 2021).

O PPGGPPSS iniciou suas atividades em 2011, tendo sido aprovado com nota três na avaliação trienal (2010-2012), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Essa nota permaneceu estagnada na quadrienal (2013-2016) e demanda qualificação do seu conceito e elevação da sua nota para quatro, na quadrienal (2017- 2020), a ser realizada em 2021. Uma eventual elevação da nota, além de manter o Programa competitivo e focado nos desafios que se apresentam, proporcionaria também maiores benefícios como: recursos para projetos, aumento do corpo discente, bolsas de estudos e incorporação do curso de doutorado.

O PPGGPPSS, assim como os demais cursos, apresenta em sua proposta de curso, o perfil desejado de cada aluno ao finalizar a pós-graduação.

O curso de mestrado profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social objetiva: qualificar quadros técnicos responsáveis pela gestão de políticas públicas em órgãos governamentais e não governamentais visando a otimização das práticas gestonárias em função da melhoria da produtividade das diversas políticas públicas face as especificidades dos ambientes políticos, econômicos, sociais e institucionais; capacitar gestores de políticas públicas na perspectiva de consolidação de capacidades e habilidades de reflexão analítica e sintética relacionadas com o planejamento, implementação e avaliação; desenvolver estudos e pesquisas que favoreçam um maior e melhor conhecimento dos processos e produtos da gestão de políticas públicas (APCN/UFRB, 2010).

Nessa perspectiva, espera-se que a criação de uma base de dados sobre o egresso possibilite uma análise acerca dos perfis esperados, sinalizando se os objetivos iniciais estão sendo alcançados e apresentando possibilidades de adequações, caso se façam necessárias. Afinal, conforme afirmam Moreira e Velho (2012), quando o programa alcança certa maturidade, é necessário que reflita sobre a formação que vem ofertando e o desempenho dos seus egressos.

## 2.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA

O presente trabalho foi elaborado em formato de Relatório Técnico que, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT/NBR 10719 (2011, p.3), equivale a um “[...] documento que relata formalmente o progresso ou o resultado de pesquisa científica e/ou técnica” e deve apresentar, sistematicamente, informação suficiente para que um leitor qualificado trace conclusões e faça recomendações.

Este Relatório tem por base uma investigação exploratória, que estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e visa oferecer informações sobre o objeto e orientar a formulação de hipóteses (CERVO, BERVIAN e SILVA, 2007), buscando atender aos pressupostos da abordagem qualitativa que, segundo Minayo (2001), trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

## 2.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Em termos de delineamento da pesquisa, com vistas a analisar os fatos do ponto de vista empírico e confrontar a visão teórica com os dados da realidade, elaborou-se um plano de pesquisa contendo os elementos norteadores para o desenvolvimento da pesquisa, com ênfase nos instrumentos e procedimentos técnicos de coleta e análise de dados, conforme apresentado a seguir

### 2.3.1 Análise bibliográfica

Inicialmente, realizou-se uma consulta bibliográfica acerca do acompanhamento de egressos, constatando-se a existência de diversas abordagens para o tema, sinalizando a necessidade de aprofundamento e melhor compreensão da lógica que permeia a questão. Nesse sentido, buscou-se articular a demanda por informações mais segmentadas à pós-graduação com o cumprimento do primeiro objetivo específico deste trabalho: identificar estudos sobre a política de acompanhamento de egresso da pós-graduação, através de uma RSL.

A RSL refere-se a uma modalidade de pesquisa que, segundo Galvão e Ricarte (2019, p. 57), “segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental”. Nesse sentido, trata-se de um tipo de investigação com foco em uma questão bastante definida, que identifica, seleciona, avalia e sintetiza as evidências relevantes.

A pesquisa procedeu à análise dos trabalhos publicados, em idioma português, no período de 2010 e 2020 que efetivamente empreendem discussões sobre acompanhamento de egressos, no contexto da pós-graduação. Os dados foram extraídos da Base *Scielo*, em 25/12/2020.

A análise de dados ocorreu adotando-se os seguintes procedimentos: as publicações foram catalogadas utilizando-se as *strings* (fragmentos): *\*avaliação da pós-graduação\** AND *\*acompanhamento de egressos\**. Durante a triagem dos trabalhos, foram adotados os seguintes critérios de exclusão: Critério de Exclusão 1 (CE1), eliminando aqueles trabalhos cujas publicações apareciam repetidas na lista; Critério de Exclusão 2 (CE2), descartando os trabalhos que não apresentaram simetria com a temática de acompanhamento de egressos no contexto educacional, com base nos objetivos propostos por cada trabalho; Critério de Exclusão 3 (CE3), suprimindo da análise as publicações que não se enquadraram no contexto da pós-graduação.

Após o processo de triagem, tendo em vista os critérios de exclusão apresentados, procedeu-se à análise dos trabalhos que de fato tratam a questão do acompanhamento de egressos, no contexto da pós-graduação, considerando o eixo central, a discussão teórica, os resultados e conclusões dos trabalhos. A interpretação dos resultados e demais considerações são apresentadas em seus pormenores no Capítulo 4 deste Relatório.

### **2.3.2 Análise documental**

A análise documental foi realizada em duas fases com vistas a subsidiar o mapeamento e caracterização das políticas de acompanhamento de egresso da pós-graduação existentes nas universidades brasileiras e verificar a contribuição do PPGGPPSS na atuação profissional e formação acadêmica dos seus egressos, objetivos específicos dois e três do presente Relatório.

#### **2.3.2.1 Consulta aos dados cadastrais dos egressos**

Através deste instrumento foram coletados, em 14/12/2020, o endereço de *e-mail* e contato telefônico dos egressos do PPGGPPSS, por turma, com o objetivo de estabelecer contato e possibilitar aplicação de questionário.

Os dados coletados através deste instrumento serviram de base para aplicação do questionário eletrônico, cujas informações indicaram um percentual de 39,45%, que corresponde a cinquenta e oito respondentes de um total de cento e quarenta e sete egressos, refletindo parcialmente o nível de atualização dos dados dos egressos que o Programa dispõe, visto que se deve considerar que uma parte dos egressos consultados possa ter recebido as comunicações da pesquisa e preferido não a responder. Porém, esse percentual pode refletir o número de egressos que o Programa ou a Universidade consiga alcançar caso se desenvolva uma política de acompanhamento.

### **2.3.2.2 Consulta às Universidades Federais brasileiras**

O percurso metodológico da pesquisa direcionou à necessidade de identificar quais as universidades federais do Brasil possuem institucionalizada uma política de acompanhamento de egressos da pós-graduação, bem como a perspectiva de criação daquelas que ainda não possuem.

Este instrumento foi estruturado com vistas a mapear e caracterizar as políticas de acompanhamento de egresso da pós-graduação existentes nas universidades federais brasileiras, servindo de parâmetro para construir um conjunto de orientações/ diretrizes para subsidiar a elaboração da Política de Acompanhamento de Egressos do PPGGPPSS, objetivo específico 4 do presente Relatório.

As informações e documentos normativos foram solicitados, via *e-mail*, às setenta e duas universidades federais existentes no país, com base nos seguintes questionamentos:

1. Existe Política de egressos da pós-graduação, no âmbito dessa Instituição?
2. Caso exista, favor disponibilizar a normativa correspondente, informar onde o documento pode ser encontrado ou disponibilizar o *link* de acesso.
3. Caso não exista, favor informar se há previsão de criação da política, o *status* atual da demanda e em qual setor se encontra dentro da Instituição.

Da aplicação desse instrumento obteve-se o retorno de 30 instituições, correspondendo a um percentual de 41,6% que, além de responderem aos questionamentos, sinalizaram onde os normativos poderiam ser encontrados, no caso das que possuíam. Contribuíram ainda fazendo considerações sobre o contexto do acompanhamento de egressos nas respectivas universidades, sobre as ações adotadas e as perspectivas que se apresentam para a implantação da política.

A análise dos dados oriundos deste instrumento encontra-se pormenorizada no Item 3.6 deste Relatório

### 2.3.3 Questionário Eletrônico

O presente trabalho valeu-se do instrumento do questionário eletrônico, tendo em vista tratar-se de uma “técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado” (GIL, 2008, p. 121).

A escolha do instrumento também está atrelada a uma das vantagens do questionário qual seja a possibilidade de alcançar um grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa determinada área geográfica, sem que seja necessário a aplicação presencial do instrumento (GIL, 2008). Essa característica do instrumento é crucial para a pesquisa uma vez que os sujeitos poderiam estar dispersos por várias regiões não só porque o Programa atrai alunos de várias cidades e até outros estados, mas também porque o universo da pesquisa contempla discentes que concluíram o curso entre 2013 e 2019, abarcando um lapso temporal de 6 anos, e seria difícil mensurar o nível de atualização dos dados de localização.

A aplicação do instrumento registrou um percentual de 39,45% de respondentes, correspondendo a cinquenta e oito respostas, de um universo de cento e quarenta e sete egressos. Quanto aos egressos que não responderam ao questionário, não é possível estimar quantos não receberam a solicitação, tendo em vista possível desatualização das informações presentes no banco de dados do Programa, ou quantos não responderam por vontade própria. Contudo, a pesquisa é considerada estatisticamente válida, tendo em vista ter atingido uma quantidade relevante de respondentes, tendo sido considerados os parâmetros apresentados no subitem a seguir para análise dos resultados:

O objetivo deste instrumento foi delinear os perfis profissional e acadêmico dos egressos, identificar a contribuição do PPGGPPSS e detectar elementos relevantes que devem compor conjunto de orientações para subsidiar a elaboração da Política de Acompanhamento de Egressos do PPGGPPSS. Foram consultados um universo de cento e quarenta e sete egressos do PPGGPPSS, que concluíram o Programa entre 2011 e 2019.

Além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, a etapa preliminar do questionário foi composta por perguntas visando levantar informações de caráter geral, relativas aos egressos, como nome, sexo e residência.

Com vistas a estruturar o alcance do objetivo proposto, o instrumento foi subdividido em três blocos. O primeiro contemplou perguntas relativas à atuação profissional dos egressos, visando

traçar o perfil e delinear as contribuições do Programa para a prática profissional dos mestres. Nesse sentido, esta etapa do questionário incluiu a coleta de informações relativas à inserção do egresso no mercado de trabalho, instituição onde desenvolve suas atividades, tipo de vínculo, tipo de atividade desenvolvida pela instituição, cargo ou/ função que desempenham, tempo de vínculo com a instituição, faixa de remuneração, correlação entre a atividade desenvolvida e a área de concentração do Programa, aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos e nível de satisfação em relação à área de Políticas Públicas e Segurança Social.

O segundo bloco de questões estruturou-se com base nos aspectos teóricos da formação, buscando desvelar as contribuições do Programa para a construção do conhecimento e desdobramentos acadêmicos na trajetória dos egressos. Sendo assim, buscou-se conhecer os resultados dos conhecimentos adquiridos no decorrer do Programa, as motivações para escolha do PPGPPSS, a avaliação dos conhecimentos, das disciplinas, dos componentes curriculares e dos docentes vinculados ao Programa.

Além disso, esta etapa buscou identificar se o Programa vem atendendo às expectativas dos egressos, produções científicas realizadas durante e após o curso, frequência de atualização do Currículo na Plataforma Lattes, contribuições do Programa para a compreensão do impacto social que envolve uma política pública, objetivos do Mestrado considerados atendidos, ingresso e/ou pretensões de ingresso em programa de doutorado e sugestões de melhorias para o PPGPPSS.

Em relação ao terceiro bloco de questões, buscou-se dimensionar o contato mantido entre o Programa e seus egressos, bem como frequência e assuntos tratados. Além disso, o escopo dessa etapa incluiu verificar a importância dada à criação de uma política de egressos, bem como elementos que considerados indispensáveis para compor a mencionada política.

O convite aos participantes, o TCLE (APÊNDICE 1) e questionário (APÊNDICE 2) foram encaminhados via mensagem de *e-mail*, com disponibilização do *link* de acesso em 17/12/2020. Após esta data, adotou-se como estratégia encaminhar lembretes aos destinatários da pesquisa a cada quinze dias, com prazo final de resposta estabelecido para 28/02/2021. A análise dos dados coletados através deste instrumento encontra-se disponível no Item 4.0 deste Relatório.

### 3 PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Este capítulo discorre acerca do Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG/CAPES e o processo de avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, situando o acompanhamento de egressos nessa perspectiva avaliativa. O capítulo aborda ainda as especificidades do Mestrado Profissional, elencando suas principais diferenças em relação ao mestrado acadêmico e considerando sua importância para além dos limites acadêmicos.

#### 3.1 PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

O PNPG é elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, tendo como escopo a definição das diretrizes, estratégias e metas da pós-graduação no Brasil, assumindo um papel essencial em termos regulatórios, desde 1975, quando entrou em vigor o primeiro PNPG. A partir de então, vem promovendo um constante avanço no padrão de qualidade da pós-graduação (CAPES, 2021).

Atualmente encontra-se vigente a sexta versão do PNPG (2011 a 2020), fazendo referência ao egresso em 2 momentos: quando destaca que o destino dos egressos de programas de mestrado profissional deve ser critério de avaliação; e quando, em alusão ao Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores - PRODOC, propõe participação de egressos de cursos de doutorado como forma de promover a diversificação de grupos de ensino e pesquisa.

O PNPG (2011 a 2020), além de aspectos já abordados em planos anteriores, como as assimetrias na distribuição da pós-graduação, enfoca a necessidade de melhoria da qualidade da Educação Básica e o papel da pós-graduação na formação profissional para o mercado de trabalho. Evidencia também a imprescindibilidade da abordagem interdisciplinar na pós-graduação, além de eixos relativos à internacionalização e implantação de indicadores que visem minimizar as assimetrias existentes entre as diversas áreas do conhecimento (BRASIL, 2011). Em análise a essa versão do referido Plano, o Prof. Dr. Jorge Audy, Superintendente de Inovação e Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, afirmou em entrevista que:

Ao longo destes dez anos, tudo indica que as principais metas quantitativas no tocante à pós-graduação, com relação ao número de egressos dos cursos de mestrado e doutorado e internacionalização, serão atingidas, o que representa um avanço importante na dimensão da formação e qualificação de pesquisadores do mais alto nível (AUDY, 2019, p. 2).

O próximo PNPG deve vigorar de 2021 a 2030, porém ainda não foi finalizado e submetido à aprovação. O que se mostra perceptível é que o PNPG deve ser sempre aprimorado, para acompanhar as novas demandas da sociedade, que requer uma pós-graduação em contextos alinhados à perspectiva de desenvolvimento social, econômico, ambiental e cultural.

Nessa perspectiva, o PNPG deve potencializar o processo avaliativo da pós-graduação e o desenvolvimento de políticas direcionadas aos egressos, cuja proposta objetiva promover uma avaliação continuada das condições de oferta dos cursos e formação de profissionais capazes de se integrarem no mercado de trabalho.

### 3.2 AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

No Brasil, os cursos de pós-graduação *stricto sensu* devem ser submetidos ao processo de avaliação, não apenas para iniciarem suas atividades, mas também para conseguirem manter-se em funcionamento. Essa triagem de reconhecimento e avaliação de cursos, no âmbito do país, é responsabilidade da CAPES, vinculado ao Ministério da Educação.

A CAPES foi oficialmente criada em 1951, assumindo a denominação de Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. A partir de 1965, com a reforma universitária e a consolidação do regulamento da pós-graduação, a Instituição assumiu função essencial no processo de reformulação da política da pós-graduação, nessa oportunidade foram-lhe imputadas novas competências visando a qualificação dos docentes universitários do país.

A partir de 1976, a CAPES tornou-se responsável pela avaliação dos cursos de pós-graduação. Em 1981, a Instituição foi incumbida de elaborar o Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, tornando-se também responsável pela avaliação, acompanhamento e coordenação das atividades concernentes ao ensino superior.

Atualmente, a CAPES vincula-se diretamente ao Ministério da Educação - MEC e adota a natureza jurídica de fundação federal. Dentre as principais atividades realizadas pela Instituição, destaca-se: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional; e formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica.

Dentre as atividades desenvolvidas pela CAPES, este relatório aprofunda-se na avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, que representa uma das funções de maior expressividade para a Fundação, imputando-lhe uma peculiaridade em relação a outras instituições federais como o

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. Nesse sentido, os preceitos desse processo avaliativo desenvolvido pela Instituição são basilares na busca por qualidade dos cursos de Mestrado e Doutorado no país (CAPES, 2014), tendo como objetivos:

- Certificação da qualidade da pós-graduação brasileira (referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa);
- Identificação de assimetrias regionais e de áreas estratégicas do conhecimento no sistema nacional de pós-graduação para orientar ações de indução na criação e expansão de programas de pós-graduação no território nacional (CAPES, 2014. p. 1).

A sistemática de avaliação da CAPES inclui os cursos de mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado, e ocorre em duas perspectivas: a primeira, refere-se à avaliação das propostas de novos cursos, realizada para inclusão de Programas; e a segunda, aprofundado no presente relatório, refere-se à avaliação periódica, visando à permanência, com base nos resultados obtidos pelos cursos de pós-graduação.

Inicialmente, a CAPES realizava esse processo avaliativo com periodicidade anual, os cursos de mestrado e doutorado eram avaliados isoladamente, recebiam conceitos que variavam de entre A e E e os resultados tinham acesso restrito às agências federais. Posteriormente, as avaliações foram realizadas com frequência bienal e trienal. Atualmente, é adotado o intervalo quadrienal para cada processo avaliativo, avalia os cursos de mestrado e doutorado pertencentes a um mesmo programa e os resultados possuem ampla divulgação, possibilitando o acompanhamento do desempenho dos cursos.

No modelo de avaliação atualmente vigente, as notas variam entre um e sete, baseiam-se em conceitos atribuídos (insuficiente, fraco, regular, bom ou muito bom), considerando cada item da respectiva Ficha de Avaliação. A nota três corresponde ao padrão mínimo de qualidade para funcionamento. As notas seis e sete são atribuídas especificamente aos programas com desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (CAPES, 2017).

A última avaliação periódica foi realizada em 2017, regida pela Portaria nº 59, de 22 de março de 2017, contemplando 49 Áreas de conhecimento e 4.166 programas de pós-graduação, incluindo mestrado, doutorado e mestrado profissional.

Buscando aprimorar seus instrumentos de avaliação, a Diretoria de Avaliação da CAPES iniciou em 2018, um processo de revisão de suas Fichas de Avaliação, com o objetivo de aumentar o foco na qualidade da formação de doutores e mestres e na excelência da pós-

graduação brasileira. O novo documento foi aprovado pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior em dezembro de 2018 e será utilizado na avaliação quadrienal de 2021.

Nesse novo formato do documento, o número de quesitos avaliados foi reduzido de cinco para três: programa, formação e impacto na sociedade. A avaliação do egresso está inclusa no quesito formação, pontuando nos itens de qualidade da produção intelectual e destino, atuação e avaliação dos egressos. Conforme mostrado no Quadro 2.

**Quadro 2** Ficha de avaliação aprovada na 182ª Reunião do CT-ES

Quesitos / Itens		Peso
1 – Programa	1.1. Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível, em relação aos objetivos, missão e modalidade do programa.	≥ 25%
	1.2 Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa	≥ 25%
	1.3. Planejamento estratégico do programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção intelectual – bibliográfica, técnica e/ou artística.	≥ 10%
	1.4. Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção intelectual.	≥ 10%
2 – Formação	2.1. Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa.	≥ 15%
	2.2. Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos.	≥ 15%
	2.3. Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida.	≥ 10%
	2.4. Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no programa	≥ 15%
	2.5 Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no programa.	≥ 10%
3 – Impacto na Sociedade	3.1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa.	≥ 10%
	3.2. Impacto econômico, social e cultural do programa.	≥ 10 %
	3.3. Internacionalização e visibilidade do programa.	≥ 10%

Fonte: CAPES, 2019 – Adaptado pela autora

A mudança amplia ainda a participação das áreas, que devem propor as definições e indicadores que considerem mais adequados às suas particularidades, seja na modalidade acadêmica ou

profissional. Além disso, o processo de julgamento deverá considerar a autoavaliação, demandando das instituições uma reflexão sobre os aspectos abordados em cada curso. Também nesse contexto a figura do egresso deve estar inserida, uma vez que a autoavaliação deve ser realizada pela comunidade acadêmica, mas é necessário também que se busque um olhar externo auxiliando na identificação problemas e busca de soluções. Dessa maneira, os programas precisam reestruturar suas práticas e aprimorar o planejamento e as políticas em âmbito institucional e do Programa.

Essas modificações foram empreendidas em 2018, na metade do Quadriênio (2017-2020), incitando-nos uma preocupação relacionada à superficialidade da discussão com a comunidade científica e acadêmica, considerando que o impacto dessas mudanças pode refletir na nota de cada Programa, podendo descontinuá-lo ou elevar o seu conceito. Nessa perspectiva, analisa-se como prematura a implantação dessas mudanças no contexto em que correram, tendo em vista o exíguo lapso temporal para as universidades se adequarem, além da necessidade de ampliar a discussão e revisar as propostas.

O contexto que permeia todas essas mudanças na avaliação quadrienal da CAPES sinaliza um novo direcionamento para o processo avaliativo da pós-graduação. Segundo Adriano Lisboa Monteiro, coordenador da área de química e do grupo de trabalho responsável pela elaboração da nova ficha de avaliação, essa mudança corresponde a um processo de transição para um modelo de avaliação multidimensional, que abrangerá cinco dimensões: ensino e aprendizagem, internacionalização, produção científica, inovação e transferência de conhecimento, e impacto e relevância econômica e social (BRASIL, 2019).

Nota-se que tem sido traçados novos rumos para o processo avaliativo da pós-graduação no Brasil e que o acompanhamento de egressos assumiu posição de destaque, tornando-se um dos itens mais promissores no que tange a avaliação da CAPES, porém ainda é necessário pormenorizar sua operacionalização, e prever as ações necessárias para viabilizar sua implantação.

Sendo assim, mostra-se essencial compreendermos o acompanhamento de egressos como parte importante do processo avaliativo, de modo a configurar-se como real instrumento de diagnóstico, onde se tenha a oportunidade de se considerar as diversas perspectivas e possibilidades para o curso. Mostra-se, pois, acertada a argumentação proposta por Teixeira (2015) ao defender que o acompanhamento de egressos é um diferencial competitivo, tanto

para melhorar a avaliação do curso realizada pela CAPES, quanto para potencializar a formação de seus estudantes.

### 3.3 A MODALIDADE DE MESTRADO PROFISSIONAL

Atualmente, os cursos de pós-graduação no Brasil podem apresentar-se em nível de mestrado e doutorado e podem aparecer nas modalidades acadêmica ou profissional. Os dados de 2019 da CAPES contabilizam 4.526 programas de pós-graduação *stricto sensu* no país. Desses, 3.715 referem-se à modalidade acadêmica e 811 à modalidade profissional. Ambas as modalidades têm duração de 24 meses e aprofundam o aprendizado da graduação, exigindo que o aluno realize uma pesquisa científica, crie hipóteses e comprove os resultados.

Apesar da semelhança, os dois formatos apresentam focos bastante diferentes. Enquanto o Acadêmico é desenvolvido com ênfase na formação de pesquisadores e docentes de nível superior, o Profissional visa a transferência imediata de conhecimento técnico-científico para o mercado de trabalho, oferecendo conhecimentos mais alinhados às necessidades tanto de empresas privadas quanto do setor público. Sendo assim, os profissionais que cursam mestrado profissional não ficam restritos à atuação numa universidade, mas são estimulados a levar uma gama de conhecimentos científicos para o mercado, otimizando a qualidade de produtos, serviços e processos (SILVEIRA, 2005). Além disso, é importante esclarece que:

O mestrado profissional (MP) é um título terminal, que se distingue do acadêmico porque este último prepara um pesquisador, que deverá continuar sua carreira com o doutorado, enquanto no MP o que se pretende é imergir um pós-graduando na pesquisa, fazer que ele a conheça bem, mas não necessariamente que ele depois continue a pesquisar. O que importa é que ele (1) conheça por experiência própria o que é pesquisar, (2) saiba onde localizar, no futuro, a pesquisa que interesse a sua profissão, (3) aprenda como incluir a pesquisa existente e a futura no seu trabalho profissional (IFTM, 2021, s/p).

Sendo assim, ressalta-se que a ênfase representa a principal diferença entre as modalidades acadêmica e profissional, uma vez que lhes são conferidos grau e prerrogativas similares, inclusive para o exercício da docência, com validade nacional do diploma e condicionada ao reconhecimento prévio e avaliação periódica do curso (Parecer CNE/CES 0079/2002).

Nesse sentido, tendo em vista essa relevância social, científica e tecnológica dos processos de formação profissional avançada, além do estreitamento das relações entre as universidades e o setor produtivo, a Portaria MEC nº 389, de 23 de março de 2017 estabelece como principais objetivos da modalidade Profissional:

- I - Capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho;
- II - Transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local;
- III - promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; e
- IV - Contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas (BRASIL, 2017a, p. 1).

Torna-se importante destacar que essa modalidade apresenta para a sociedade um produto final, com foco na adição de valor social ao mercado de trabalho e à própria comunidade (SILVEIRA e PINTO, 2005). Essa ressignificação da estrutura curricular imputa ao Mestrado Profissional - MP o desafio de adotar novos formatos de trabalho de conclusão que busquem conciliar os conhecimentos teóricos com os aspectos técnicos do ambiente de trabalho, colaborando para que os conhecimentos acadêmicos possam ser efetivamente inseridos no contexto do mercado, traduza suas reais demandas e se reverbere em desenvolvimento para cada área específica. Tendo em vista esta perspectiva, as propostas de cursos novos na modalidade MP devem apresentar:

[...] uma estrutura curricular que enfatize a articulação entre conhecimento atualizado, domínio da metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo de atuação profissional específico. Para isto, uma parcela do quadro docente deve ser constituída de profissionais reconhecidos em suas áreas de conhecimento por sua qualificação e atuação destacada em campo pertinente ao da proposta do curso. O trabalho final do curso deve ser sempre vinculado a problemas reais da área de atuação do profissional-aluno e de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, podendo ser apresentado em diversos formatos (CAPES, 2014, p. 1).

Em termos avaliativos, os programas de MP, conforme Portaria nº 59, de 22 de março de 2017, serão avaliados por comissões específicas, compostas por docentes-doutores, profissionais e técnicos dos setores específicos, reconhecidamente qualificados para o adequado exercício de tais tarefas.

Percebe-se então que o MP é uma experiência de inovação e reinvenção através da qual docentes e discentes buscam conciliar práticas e teorias, por meio da utilização de metodologias que visem o aprimoramento de suas competências, formando, assim, profissionais capazes de mobilizar e combinar um conjunto de recursos para fazer frente aos desafios atuais e projetar soluções para as problemáticas futuras.

## 4 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DA PÓS-GRADUAÇÃO

Este capítulo resgata o conceito de acompanhamento de egressos, em suas variadas perspectivas e imerge numa análise acerca da importância do egresso para a universidade, tendo em vista o contexto da pós-graduação *stricto sensu* e o enfoque avaliativo.

### 4.1 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O termo acompanhar, segundo Lacombe (2004, p. 6), significa “manter-se permanentemente informado sobre a evolução de alguma coisa”. Na perspectiva do egresso, Freire (2018, p. 54) compreende que esse vocábulo sugere “seguir com interesse pelas transformações que possam impactar nos locais de atuação acadêmica ou profissional do formado e retroalimentar esta relação aluno-universidade”. Sendo assim, o acompanhamento de egressos corresponde a uma importante estratégia institucional para obtenção de informações acerca do processo de formação do aluno.

Quanto à definição de egresso, o termo aparece no dicionário representando aquela pessoa “1. Que saiu, que se afastou, que deixou de fazer parte de uma comunidade. s.m.; 2. Indivíduo que deixou o convento, ex-frade; 3. Saída; retirada” (PRIBERAM, 2020, s/n). Em termos acadêmicos, porém, registra-se a existência de divergências conceituais. Pena (2000) observa que alguns estudiosos utilizam o termo para referir-se unicamente aos alunos formados; outros generalizam essa denominação a todos os indivíduos que saíram do sistema escolar por diferentes vias, quer sejam diplomados, desistentes, transferidos ou jubilados.

Adotaremos neste Relatório a definição expressa por Lousada e Martins (2005) que considera egresso a pessoa que efetivamente concluiu os estudos, recebeu o diploma e está apto a ingressar no mercado de trabalho. Nesse sentido, o acompanhamento de egressos para fins deste trabalho pode ser traduzido como uma ação ou conjunto de ações que visam acompanhar o itinerário acadêmico e profissional do estudante diplomado, buscando retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

Maccari e Teixeira (2014) pontuam a relevância deste tema ao aludir que a estratégia de uma instituição de ensino em realizar o acompanhamento eficaz do egresso pode fornecer subsídios que permitam ao curso avaliar seu impacto na carreira do egresso, bem como potencializar a formação de seus alunos. Nesse sentido, o acompanhamento de egressos torna-se imensamente necessário na conjuntura administrativa, emergindo como uma estratégia universitária altamente eficaz na busca do aprofundamento do saber, de modo que o aluno atinja elevado

padrão de competência científica ou técnico-profissional. À luz desse pensamento, os autores declaram que:

Partindo do princípio de que os egressos (ex-alunos) de um programa de pós-graduação têm suas ações práticas afetadas pelas experiências vividas no curso e que a qualidade do programa é determinada pelas suas condições de funcionamento, é importante contextualizar o programa e suas lógicas de forma a compreender as contribuições que o curso trouxe para a trajetória de vida pessoal, profissional e acadêmica dos alunos (MACCARI; TEIXEIRA, 2014, p. 102).

Ao evidenciarem essa temática, Maccari e Teixeira (2014) elucidam, ainda, que o egresso é um dos ativos mais valiosos da instituição de ensino superior, visto que a contribuição deste na sociedade também é reflexo das experiências vividas por ele durante sua pós-graduação. Dessa forma, o nome da própria instituição fica evidenciado perante a sociedade. Comungando desse posicionamento Chi, Jones e Gradham (2012) consideram os egressos como representantes da universidade no mundo real.

Nessa perspectiva, Both (1999) argumenta que a avaliação da Universidade, por ex-alunos, revela-se extremamente pertinente, visto que o egresso passou pela Instituição e, por isso, detém a real percepção da contribuição que seu curso lhe propiciou para o desempenho de suas atividades profissionais.

Desta forma, se conhecer o perfil dos egressos, as suas necessidades e expectativas, torna-se essencial para uma instituição de ensino superior que deseja cumprir, para além da formação acadêmica, um papel social de relevância, então os cursos de pós-graduação não devem minimizar a importância desses sujeitos na gestão de seus programas, mas devem considerá-lo um instrumento institucional para adequação dos cursos, tendo em vista a formação de perfis profissionais adequados às demandas do mercado de trabalho. Lousada e Martins (2005), contudo, sustentam um pensamento mais profundo acerca dessa temática:

Entende-se que a questão não é se submeter às exigências do mercado de trabalho e sim trocar informações para que ambos os lados cheguem a um padrão satisfatório de exigência e qualidade dos novos profissionais. O acompanhamento sistemático de egressos pode contribuir com tal relacionamento. Uma vez que o fluxo de informações é estabelecido, faz-se um ajustamento e uma ampliação contínua das relações Universidade/empresa (LOUSADA; MARTINS, 2005, p. 77).

Dantas (2004) considera preponderante acompanhar a carreira dos egressos, buscando-se conceber um ambiente dinâmico de aprendizagem organizacional, contemplando novas inquietações, oxigenando linhas de pesquisa e vitalizando, desta forma, os programas dos cursos. Seguindo essa lógica, considera-se que o acompanhamento profissional e social dos

egressos pode subsidiar a elaboração e implementação de ações, projetos e programas de educação permanente e de educação continuada. Podem, ainda, contribuir para a melhoria das propostas curriculares, projetos pedagógicos e processos administrativos, devendo ser ressaltado, que a produção acadêmica do egresso contabiliza pontos para curso por até 3 anos, após a defesa do trabalho de conclusão.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, pontuou em seu Relatório Sintético sobre as Tendências e Desenvolvimentos na Educação Superior de 2003 que as instituições de educação superior não podem formar estudantes, acreditando que os conhecimentos ofertados se perpetuarão ao longo de toda a vida do indivíduo, uma vez que o progresso tecnológico rapidamente tornará essa formação obsoleta (UNESCO, 2003). Seguindo essa tendência, acredita-se que a efetivação de um relacionamento com os estudantes egressos possibilita essa contínua reciclagem de conhecimentos e habilidades, de modo a acompanhar as constantes transformações.

Apesar da notória relevância, Sinder e Pereira (2015) destacam que a literatura no campo da avaliação institucional aponta para a existência de poucas informações acerca dos egressos dos diversos cursos no Brasil, apontando para a necessidade da criação de sistemas de acompanhamento de egressos por parte das IES. Considerando essa necessidade, Lousada e Martins (2005) apontam para a criação de uma estrutura que possa, efetivamente, acompanhar de forma sistemática, pelo menos durante um período predeterminado, a evolução da trajetória profissional do egresso no mercado de trabalho.

Pena (2000) também atesta que ainda são muito escassos os estudos que abordam a questão dos egressos no Brasil. À luz de Sinder e Pereira (2015), muitas pesquisas sobre egressos advêm de demandas de programas de autoavaliação institucional, refletindo num limitado quantitativo de trabalhos publicados.

Alguns estudos direcionados ao acompanhamento de egressos (LOUSADA e ANDRADE, 2005; SINDER e PEREIRA, 2015; LIMA e ANDRIOLA, 2018) sinalizam, notoriamente, a importância dos resultados para o planejamento das atividades acadêmicas, para a avaliação institucional e de ensino/aprendizagem, e para mensuração da qualidade dos cursos.

#### 4.2 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Em sentido amplo, políticas públicas representam as ações desenvolvidas pelo Estado com vistas a promover o desenvolvimento social. Contudo, a política pública pode ser representada também pela falta de ação do estado. Nesse sentido, Dye (2001) assevera ser a política pública

o que o Governo escolhe fazer ou não fazer, tornando-o o responsável não apenas pelas ações no sentido de atender a determinada demanda social, mas também pela sua omissão.

Na educação, as políticas públicas referem-se aos programas e ações elaboradas pelo Estado com vistas a garantir o acesso à educação, contribuir com a qualidade do ensino do país e fomentar o fortalecimento das competências intelectuais e éticas do cidadão. Com vistas a subsidiar as políticas públicas educacionais implantadas pelo Estado e, buscando salvaguardar os interesses da sociedade, as universidades, enquanto instituições, devem utilizar ferramentas de gestão e desenvolver ações estrategicamente selecionadas para garantir que essas políticas públicas atinjam seus objetivos. Dentre essas ações destacam-se as políticas institucionais, que são os parâmetros que devem nortear as ações de todos os que compõem a instituição, coadunando para o cumprimento da missão e apontando para a visão institucional.

Uma política pública surge a partir de uma construção normativa que deve estabelecer claramente os pressupostos e ações a serem adotadas em seu processo de implantação e acompanhamento. Nesse sentido, compreende-se que as ações direcionadas ao acompanhamento de egressos, para serem efetivas institucionalmente, devem estar pautadas em um arcabolo normativo que torne possível traçar perfis, realizar diagnósticos, obter continuamente informações e feedbacks importantes para o curso e instituição e contribuir para uma melhor atuação desses profissionais junto à sociedade.

Derani (2004) distingue três momentos em que ocorre a construção de uma política no interior do Estado. Essas etapas são bastante nítidas quando se trata da política de egressos. Segundo o autor, o primeiro momento refere-se à decisão, realizada pelos agentes públicos competentes, com atribuição constitucional e normativa de caráter geral. No caso da política de egressos trata-se da normatização realizada através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAIS, Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011 a 2020 e Plano Nacional de Educação - PNE 2014 a 2024, deliberando acerca de parâmetros gerais, ou mesmo recomendando especificamente a utilização da política ao atribuir-lhe peso na avaliação dos cursos.

O segundo momento, conforme defende o autor, corresponde à alteração institucional, que ocorre no âmbito interno da administração, traduzindo-se na mudança organizacional. Referindo-se à política de egressos, essa etapa é representada pelos debates acadêmicos e mobilização administrativa no sentido de buscar melhor desempenho para os cursos e para a

universidade, e desenvolvimento para a sociedade como um todo, formando profissionais altamente qualificados e engajados em atender às demandas e desafios que se apresentam no mercado de trabalho (DERANI, 2004).

Considera-se que essa fase também pode ser representada pelo esforço empenhado na elaboração de um marco regulatório, determinando as diretrizes, finalidades, objetivos e instrumentos, além das unidades e/ou servidores responsáveis pelas ações a serem implementadas. Corresponde a uma etapa essencial, pois a formalização delinea o formato da política, especifica quem e como cada ação deve ser desempenhada, servindo de subsídio para a etapa seguinte.

A terceira etapa representa a materialização da política institucional, correspondendo às ações públicas propriamente ditas, ou seja, o que realmente é implantado, fundamentado no que foi idealizado no primeiro momento e no que foi deliberado e normatizado no âmbito da administração (DERANI, 2004). Na prática, entretanto, conforme apontam Maccari e Teixeira (2014), ainda são poucas as Instituições de Ensino Superior - IES que investem em ações concretas de relacionamento capazes de instigar a participação dos egressos.

O que se torna importante evidenciar é que a mera existência de uma normatização da política de egressos pode não se reverter em ações concretas de valorização e efetivas contribuições para a otimização dos cursos e melhoria da universidade, mas a inexistência do procedimento normativo inviabiliza o desenvolvimento da política, pois a construção de uma norma “têm a finalidade de influenciar o comportamento dos indivíduos e dos grupos, de dirigir as ações dos indivíduos e dos grupos rumo a certos objetivos” (BOBBIO, 2003, p.10).

Sobre este aspecto, Vasconcellos e Mendonça (2008) afirmam que a Política Pública não se trata somente de norma, nem somente de ato da administração. Bobbio (2003) defende que a norma é tão importante que precede à própria organização institucional.

Uma sociedade organizada, uma instituição, é constituída por um grupo de indivíduos, os quais disciplinam suas respectivas atividades com o objetivo de perseguir um fim comum, isto é, um fim que não poderia ser alcançado por indivíduos sozinhos, isoladamente considerados. A instituição nasce ali onde surge e toma forma uma certa disciplina de condutas individuais, destinada a conduzi-las a um fim comum. Mas uma disciplina é o produto de uma regulamentação, isto é, de um complexo de regras de conduta (BOBBIO, 2001, p. 35).

Compreende-se, então, que ambas são interdependentes e devem estar harmonizadas, alinhadas a princípios pré-estabelecidos. Bobbio (2003) ao analisar os elementos norteadores de uma norma, aponta um tripé fundamental. Segundo o autor, a organização em torno de uma norma

regulamentar deve conter essencialmente: 1) os fins que a instituição deverá perseguir; 2) os "meios", ou pelo menos, os meios principais que se consideram apropriados para alcançar aqueles fins; e 3) as funções específicas dos indivíduos componentes do grupo para que cada um colabore, através dos meios previstos, na obtenção do fim.

Sendo assim, a administração ao projetar um instrumento normativo para nortear a política de egressos, deve fazê-lo definindo claramente os objetivos a serem alcançados, os métodos ou instrumentos que subsidiarão a instituição e a contribuição que caberá a cada setor ou servidor para o alcance dos objetivos definidos.

Torna-se importante destacar que a política de acompanhamento de egressos é direcionada aos que concluíram a sua formação em determinada instituição, se tornando diplomados por ela. Nesse sentido, deve haver uma preocupação com a formação continuada e com a profissionalização daqueles que não mais se constituem acadêmicos, mas são cidadãos que contribuem com a universidade e representam-na junto à sociedade através de sua atuação profissional.

O delineamento de uma política de acompanhamento de egressos não se restringe à definição do perfil do aluno formado, é uma medida mais ampla que deve possibilitar uma análise diagnóstica sobre a Universidade e sua metodologia, no que tange ao ensino, pesquisa e extensão, através do desenvolvimento de pesquisa e ações que promovam discussões aprofundadas acerca do ensino oferecido. Assim, esta política é de extrema importância para a melhoria dos resultados institucionais, análise crítica e efetivação da responsabilidade social de uma instituição.

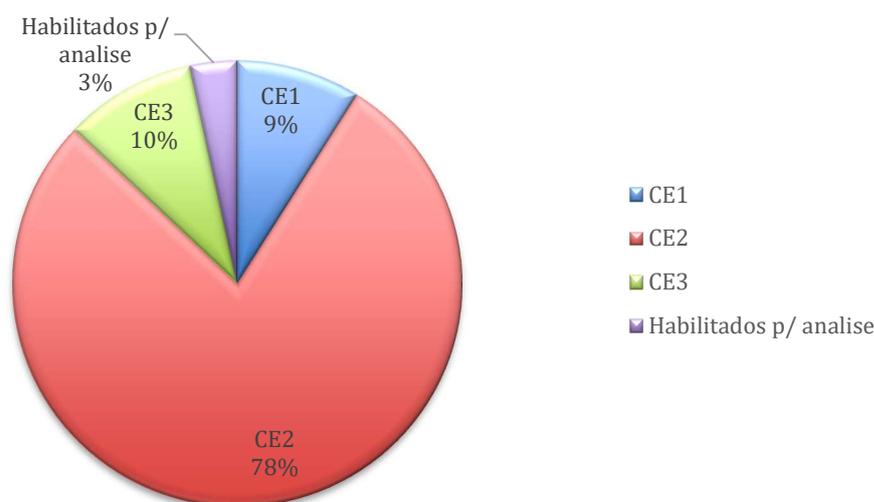
## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo encontra-se estruturado em três partes. Na primeira, são apresentados os resultados da RSL acerca do acompanhamento de egressos. Na segunda, são analisados os dados de um levantamento realizado junto às universidades federais brasileiras referentes ao acompanhamento de egressos, no contexto da pós-graduação. Na terceira parte, são apresentadas e discutidas as informações obtidas através da aplicação do questionário eletrônico aos egressos do PPGPPSS, com o propósito de mensurar a contribuição do Programa na atuação profissional e formação acadêmica dos egressos.

### 5.1 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Tendo em vista a amplitude contextual do tema de acompanhamento de egressos, evidenciou-se a necessidade de realizar uma RSL, cujos resultados são apresentados a seguir, adotando-se os procedimentos metodológicos descritos no Item 2.3 deste Relatório, com o objetivo de compilar e analisar as publicações científicas, presentes na base *Scielo* e conhecer as constatações dos estudos existentes acerca da utilização do acompanhamento de egressos como ferramenta de avaliação para programas de mestrado e doutorado.

**Gráfico 1** - Aplicação dos Critérios de Exclusão à *string* “avaliação da pós-graduação”



F

A Revisão Sistemática utilizou duas *strings* de busca. A primeira delas foi “**avaliação da pós-graduação**” tendo sido localizados 325 trabalhos, dos quais foram excluídos: 29 por se

tratarem de publicações repetidas (CE1), 254 por não conter temática diretamente relacionada ao acompanhamento de egressos (CE2) e 31 por estarem fora do contexto da pós-graduação *stricto sensu* (CE3). O **Gráfico 1** refere-se à representação das publicações encontradas, aplicados os critérios de exclusão.

Sendo assim, apenas 11 publicações referem-se a estudos com egressos no contexto da pós-graduação e foram habilitadas para análise. O Quadro 3 apresenta a discussão teórica principal proposta em cada trabalho.

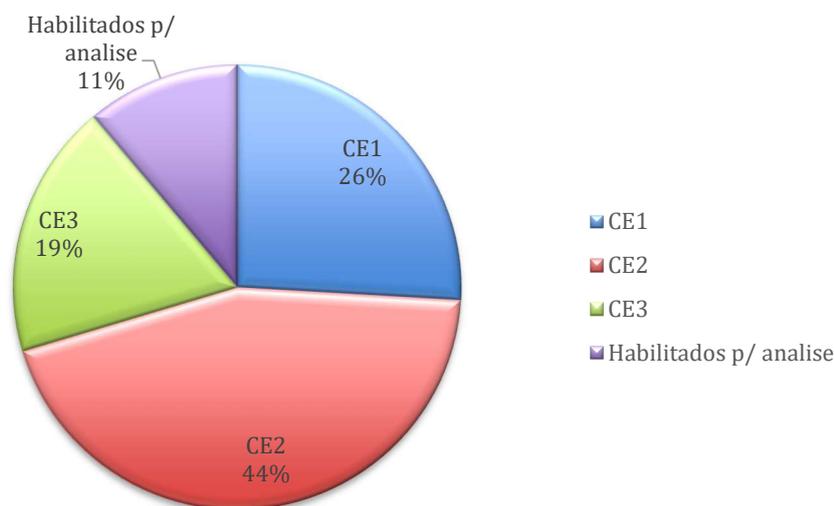
**Quadro 3** - Relação de trabalhos selecionados no contexto da pós-graduação

<b>Título/Ano de defesa</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Discussão teórica</b>
Avaliação dos Egressos de Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Cirurgia (2004).	Waisberg, Jaques; Goffi, Fábio Schmidt	Avaliação de programa
Egressos de um Mestrado Profissional em Saúde da Família: Expectativas, Motivações e Contribuições (2019).	Viniegra, Rocio Fernandes Santos; Silva, Luis Guilherme Pessoa da; Aguiar, Adriana Cavalcanti de; Souza, Luciana	Percepções; Perfil acadêmico
System to outline the graduate students (2015).	Schanaider, Alberto	Avaliação de sistemas de egressos
Trajatória profissional de egressos de cursos de doutorado nas áreas da saúde e biociências (2014).	Hortale, Virginia Alonso; Moreira, Carlos Otávio Fiúza; Bochner, Rosany; Leal, Maria do Carmo	Trajatória profissional; Perfil
Mapeamento de percepções na avaliação dos impactos do mestrado profissional no perfil do seu egresso (2012).	Nepomuceno, Livia Dias de Oliveira; Costa, Helder Gomes	Percepções
A atuação profissional dos egressos como importante dimensão no processo de avaliação de programas de pós-graduação (2012).	Ortigoza, Sílvia Aparecida Guarnieri; Poltroniéri, Lígia Celoria; Machado, Lucy Marion C. Philadelpho	Trajatória profissional; Perfil
Trajatória de egressos da pós-graduação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais: uma ferramenta para avaliação (2012).	Moreira, Maria Lígia; Velho, Léa	Trajatória acadêmica; Atuação profissional; Perfil
Perfil profissional de egressas da Área de Gerenciamento do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFBA (2011).	Paiva, Mirian Santos; Coelho, Edméia de Almeida Cardoso; Nascimento, Enilda Rosendo do; Melo, Cristina Maria Meira de; Fernandes, Josicelia Dumêt; Santos, Ninalva de Andrade	Perfil profissional
Avaliação do perfil de egressos do programa de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> em educação da Universidade Federal de Uberlândia: impacto na formação docente e de pesquisador, 2004-2009 (2011).	Estevam, Humberto Marcondes; Guimarães, Selva	Trajatória acadêmica; Avaliação de programas; Perfil
Retrato quase sem retoques dos egressos dos programas de pós-graduação em Saúde Coletiva, 1998-2007 (2010).	Gomes, Mara Helena de Andréa; Goldenberg, Paulete	Perfil
Formação de mestres em enfermagem na Universidade Federal de Santa Catarina: contribuições sob a ótica de egressos (2010).	Ramos, Flávia Regina Souza; Backes, Vânia Marli Schubert; Backes, Dirce Stein; Schneider, Dulcinéia Ghizoni; Pinheiro, Gleide; Zeferino, Maria Terezinha; Rocha, Patrícia Kuerten	Avaliação de programa

Fonte: Produzido pela autora (2021).

A segunda *string* utilizada foi “acompanhamento de egressos”. A busca localizou 27 resultados, sendo excluídos da análise: 7 por tratarem-se de trabalhos repetidos (CE1), 12 por não discutirem diretamente o tema acompanhamento de egressos (CE2), 5 por não corresponderem a pesquisas direcionadas a pós-graduação (CE3), conforme apresentado no Gráfico 2.

**Gráfico 2** - Aplicação dos Critérios de Exclusão à *string* “acompanhamento de egressos”



Fonte: Produzido pela autora (2021).

Nesse sentido, 3 trabalhos foram habilitados para análise, cujos temas discutidos são apresentados no Quadro 4.

**Quadro 4** Acompanhamento de egressos na pós-graduação

Título/Ano de defesa	Autor(es)	Discussão teórica
Inserção social: princípio e compromisso na experiência da Pós-Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2020).	Neves, Denise Carmen de Andrade; Silva, Maísa Miralva da; Tavares, Rosana Carneiro.	inserção social
Trajetória profissional de egressos de Curso de Mestrado Profissional em Atenção Primária à Saúde no Município de Rio de Janeiro, Brasil: estudo avaliativo (2020).	Engstrom, Elyne Montenegro; Hortale, Virginia Alonso; Moreira, Carlos Otávio Fiuza.	Trajetória profissional; Perfil
Acompanhamento de egressos do ensino superior: experiência brasileira e internacional (2015).	Paul, Jean-Jacques.	Panorama nacional e internacional

Fonte: Produzido pela autora (2021).

Nesse sentido, procedeu-se à análise de 17 trabalhos, sendo 11 referentes a *string* “avaliação da pós-graduação” e 03 referentes a *string* “acompanhamento de egressos”, conforme apresentado nos Quadro 3 e Quadro 4.

Os trabalhos analisados discutem, direta ou indiretamente, avaliação de programas, percepções, trajetórias e perfis acadêmico e profissional, inserção social e panorama nacional e internacional do acompanhamento de egressos; estudam dados coletados junto a programas de pós-graduação das áreas de saúde, engenharia, geografia, educação e ciência e tecnologia espaciais.

A seguir apresenta-se resumidamente as principais discussões empreendidas pelos trabalhos analisados:

- Waisberg e Goffi (2004) avaliam o desempenho e as publicações dos egressos em programa de pós-graduação na área de cirurgia, apresentando dados como média de publicações para cada categoria entre os alunos de mestrado e doutorado. Os autores apresentam resultados que indicaram falta de vocação para a produção por parte dos alunos do mestrado e doutorado e fraca vinculação dos alunos do mestrado às instituições de ensino superior. Os autores sugerem ainda que os programas de pós-graduação *stricto sensu* sejam avaliados interna e/ou externamente no tocante à qualidade do seu produto final.
- Viniegra e Cia (2019) apresentam os seus estudos referentes ao perfil acadêmico, contribuição, motivações e expectativas de egressos de um mestrado profissional em Saúde da Família. Os dados apresentados indicam uma avaliação positiva do curso, contribuindo para o aprimoramento pessoal e profissional do egresso.
- Schanaider (2015) avalia o sistema de mapeamento dos egressos dos Programas de Pós-Graduação da área Medicina III da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, constatando uma escassez de dados, na maior parte dos Programas. O autor assinala a necessidade de padronização e suporte institucional para um eficiente sistema de mapeamento e defende a necessidade de elaboração de um formulário único, sob a gestão da CAPES, por meio da criação de um Programa Nacional de Egressos, como forma de consolidar diretrizes para o mapeamento dos egressos dos Programas de Pós-Graduação em Cirurgia no país.
- Hortale e Cia (2014) empreendem pesquisa com vistas a analisar a trajetória e satisfação profissional de egressos de cursos de doutorado na área da saúde. O estudo possibilitou uma avaliação dos alunos sobre sua formação nos cursos de doutorado da Fiocruz, sinalizando fragilidades e fortalezas, e apresentando subsídios para a gestão acadêmica sobre os processos de formação, estabelecendo uma “linha de base” para o acompanhamento da trajetória de seus egressos.

- Nepomuceno e Costa (2012) avaliam a percepção quanto ao impacto do mestrado profissional no desempenho profissional do seu egresso e aspectos associados ao desempenho acadêmico. O que diferencia este trabalho é que a pesquisa foi realizada com discentes-funcionários da instituição e suas respectivas chefias, todos os pesquisados estavam na organização nos períodos imediatamente anterior ao início do curso e posterior à conclusão deste, sendo considerados aptos a manifestarem as suas percepções.
- Ortigoza e Cia (2012) apresentam o acompanhamento de egressos com foco na avaliação de programas de pós-graduação. Os autores apresentam as estratégias encontradas pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista - UNESP, para dar maior atenção aos egressos e possibilitar uma avaliação mais completa do Programa. Nesse viés, é sugerida a construção de instrumentos que passem a fornecer, sistematicamente, dados atualizados dos egressos, além da necessidade de valorização das informações sobre sua atuação profissional pós-titulação desses estudantes.
- Moreira e Velho (2012) traçam o perfil e analisam a trajetória acadêmica, o destino profissional e inserção no mercado de trabalho de 1098 egressos dos cursos de mestrado e doutorado do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE. Os resultados sinalizam a importância do Instituto e dos mecanismos de avaliação de desempenho e impacto como subsídios ao planejamento e às ações de formação de competências.
- Paiva e Cia (2011) delineiam o perfil profissional das egressas do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Bahia - UFBA na área de gerenciamento em enfermagem. A pesquisa fornece subsídios para a análise geral do Programa no que se refere ao papel que lhe cabe na formação de mestres e doutores.
- Estevam e Guimarães (2011) empreendem estudo acerca da trajetória acadêmica e perfil dos egressos do curso de Mestrado do Programa Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Educação - FAGED Universidade Federal de Uberlândia - UFU. A pesquisa apresenta ainda dados referentes a tempo gasto no curso, dedicação, avaliação do corpo docente e estrutura física do Programa.
- Gomes e Goldenberg (2010) apresentam os resultados do levantamento de informações dos egressos de programas de pós-graduação em Saúde Coletiva. Os autores constroem um censo dos alunos que defenderam tese ou trabalho equivalente, nas três modalidades consideradas: doutorado, mestrado acadêmico e mestrado profissional, e detectam

características dos mercados de trabalho regionais e locais, sinalizando mudanças e tendências do grupo estudado.

- Ramos e Cia (2010) buscam compreender as percepções de egressos do Curso de Mestrado em Enfermagem do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC acerca das contribuições de sua formação para o trabalho profissional. A análise apresentou elementos da ótica dos egressos quanto a uma avaliação geral do curso, suas contribuições para mudança no trabalho e avaliação dos seus objetivos. A pesquisa evidenciou a importância dos egressos, entendendo que a posição destes possibilita evidenciar dificuldades e êxitos, bem como contribuir com novas propostas para a qualificação dos programas.
- Neves e Cia (2020) se propõem a explicitar a inserção social na realidade local e regional do mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica Goiás - PUC-Goiás, tendo por base o levantamento da realidade dos egressos. O trabalho delinea o perfil do egresso, avalia o alcance social do curso e seus campos de atuação, considerando o contexto do Serviço Social, sem deixar de levar em consideração sua interdisciplinaridade.
- Engstrom e Cia (2020) delinham a trajetória de egressos de duas turmas de Mestrado Profissional em Atenção Primária à Saúde no Município de Rio de Janeiro. O estudo reafirma a importância de acompanhamento de egressos e a contribuição dessas avaliações para uma formação mais comprometidas e afinadas às diretrizes da atual política de formação para o Sistema Único de Saúde -SUS, às mudanças na legislação educacional e ao mercado de trabalho das áreas de atuação dos alunos.
- Paul (2015) retrata as experiências de acompanhamento de egressos do ensino superior, destacando as metodologias utilizadas nos diferentes países ou em projetos internacionais. O autor constata que o caso italiano da Alma Laurea fornece subsídios essenciais para a avaliação dos resultados dos sistemas educativos, tendo em vista os bons indicadores apresentados considerando os dispositivos de acompanhamento de egressos. O estudo revela ainda que no Brasil, as experiências surgiram a partir de 1970, passando pelos estudos na Universidade de São Paulo - USP e Universidade Federal do Ceará - UFC no início dos 1990, até o estágio atual, com a proliferação de portais de egressos.

Com base na revisão de literatura realizada, percebe-se que ainda são reduzidas as pesquisas direcionadas aos egressos da pós-graduação, uma vez que apenas os 14 trabalhos listados acima se enquadraram efetivamente nessa temática.

A maioria dos trabalhos analisados referem-se à trajetória e perfil acadêmico e/ou profissional que, a propósito, são basilares para a projeção de ações de otimização de programas de pós-graduação. Contudo, percebe-se que ainda são escassos estudos que empreendam uma discussão aprofundada acerca da possibilidade de se alavancar o desempenho dos programas frente à avaliação realizada pela CAPES tendo em vista a inserção de sistemas de acompanhamento de seus estudantes egressos.

Nessa perspectiva, percebeu-se que o acompanhamento de egressos representa um campo aberto para estudos mais aprofundados, especialmente no que se refere às questões avaliativas e ao potencial que os egressos podem agregar ao desempenho dos cursos. Acredita-se que essa escassez de estudos relacionados à temática pode representar a falta de prioridade dos gestores na elaboração dessas políticas institucionais e pouca implicação para com o campo da avaliação de resultados e impactos acerca da qualidade do próprio processo de formação de pesquisadores.

Sendo assim, torna-se preponderante o desenvolvimento pesquisas voltadas a delinear o perfil e opinião dos egressos. Considera-se que o baixo número de estudos acerca do tema significa que também são poucas as ações institucionais que busquem promover um efetivo estreitamento de laços entre os estudantes formados as instituições de Ensino Superior. O tópico seguinte traça esse perfil institucional no âmbito federal e desnuda a realidade brasileira em relação às políticas de acompanhamento de egressos.

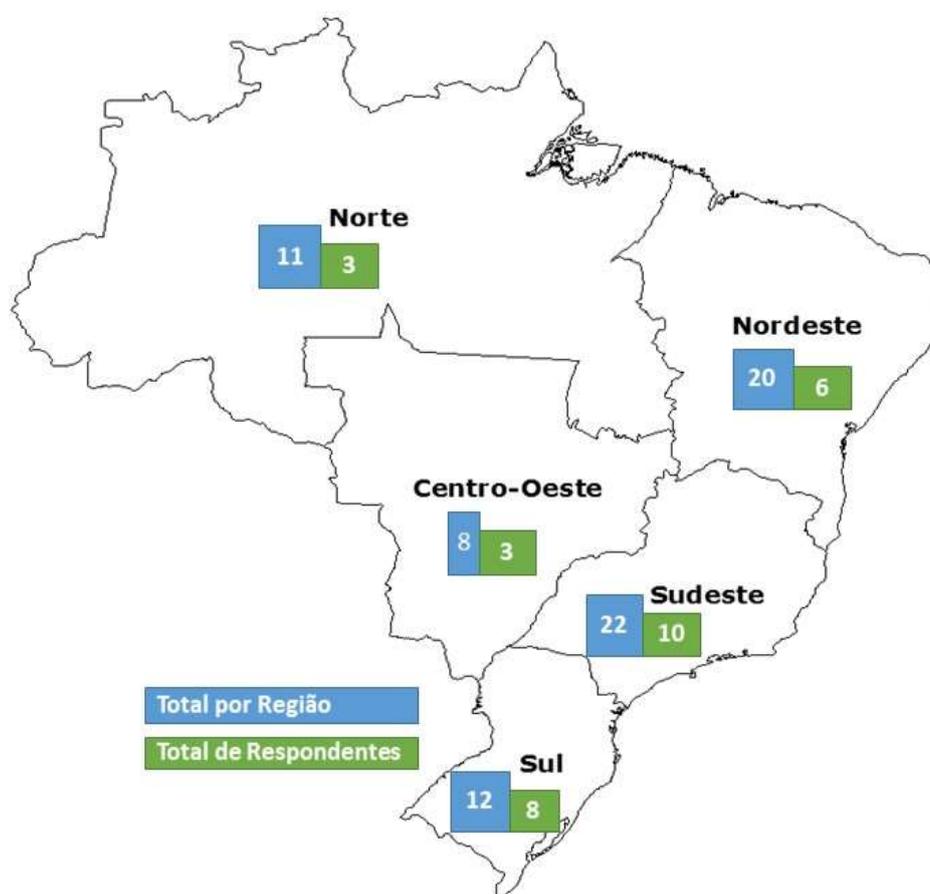
## 5.2 POLÍTICA DE EGRESSOS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Buscando delinear o cenário atual da política de acompanhamento de egressos da pós-graduação no Brasil, foi realizado um levantamento junto às universidades federais do país, elencando as instituições que possuem ou não a política de acompanhamento de egressos de forma normatizada e outras questões observadas ou mencionadas pelas instituições referentes a criação do referido instrumento normativo. Além disso, este tópico apresenta uma análise acerca da normativa de acompanhamento de egressos identificada na pesquisa.

### 5.2.1 Mapeamento da política de egressos

Conforme procedimentos descritos na Metodologia, foram consultadas as 72 (setenta e duas) universidades federais existentes no país distribuídas, por região, da seguinte forma: Sudeste (22), Nordeste (20), Norte (11), Sul (11) e Centro-Oeste (08). Do total de universidades, 30 delas, que corresponde a 41,6%, responderam aos questionamentos, de acordo com a seguinte distribuição: Sudeste (10), Nordeste (06), Norte (03), Sul (08) e Centro-Oeste (03). A Figura 1 apresenta a relação entre as universidades federais existentes no país e as que responderam à pesquisa.

**Figura 1-** Universidades Federais existentes e respondentes por região

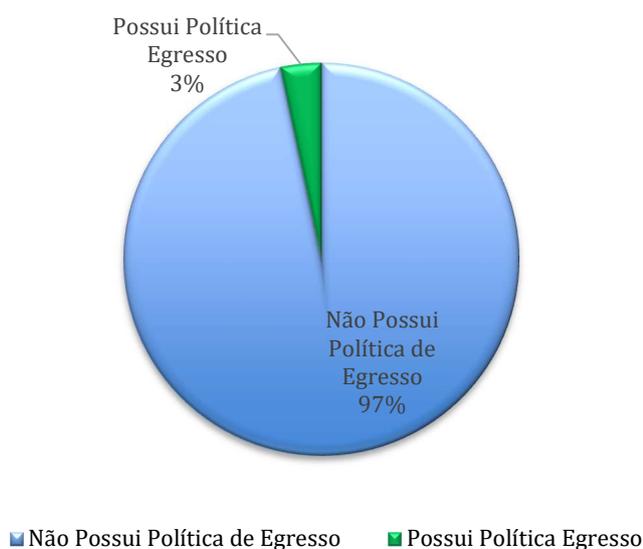


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os dados apontaram que apenas 1 Instituição, a Universidade Federal do Pampa -UNIPAMPA, localizada na Região Sul, dentre as 30 que responderam à pesquisa, possui de forma normatizada e sistematizada uma política de acompanhamento de egressos de pós-graduação,

isso representa um percentual de apenas 3,3% de universidades federais que possuem uma normatização regendo a política de egressos internamente. Coadunando com essa realidade, Lousada e Martins (2005) afirmam que é rara a existência de um sistema formalizado e contínuo de acompanhamento de ex-alunos, o que dificulta uma correta avaliação dos serviços educacionais prestados pela instituição sob essa perspectiva. O Gráfico 3 apresenta esse cenário identificado na pesquisa.

**Gráfico 3** - Política de egressos nas universidades federais.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Além da UNIPAMPA, também a UFSC afirmou possuir uma “política” desenvolvida no âmbito de cada programa isoladamente, e não apresentou o documento formalizado que contenha suas prerrogativas, apenas direcionou a resposta ao Portal de Egressos que centraliza as informações de egressos dos cursos de graduação e pós-graduação da Instituição. Ocorre que, para termos desta pesquisa, a apresentação de um documento formal que normatize a política é critério para considerar sua existência no âmbito institucional, sendo assim considerou-se inexistente a política de egressos na referida Instituição.

Conforme análise dos dados, 16,6% das universidades que ainda não formalizaram a política realizam o acompanhamento internamente, no âmbito de cada programa, ou incorporado aos seus Projetos Pedagógicos de Cursos – PPCs. Nesse sentido, a Universidade Federal de Viçosa - UFV informou que “O acompanhamento de egressos no escopo da nossa universidade vem sendo feito pelos próprios programas individualmente” (UFV, 2021). Desse modo, percebe-se que, na prática, as ações desenvolvidas pelos cursos, buscando promover uma interação com

seus egressos, representam eminentemente a principal forma de contato desenvolvido atualmente entre as universidades e seus egressos.

Além disso, foi possível observar situações em que a construção do instrumento normativo inicialmente estaria prevista para os cursos de graduação, apenas. Sendo assim, depreende-se que o acompanhamento de egressos ainda se encontra eminentemente atrelado a setores específicos da instituição e os debates para criação do marco regulatório, em algumas instituições ainda não alcançaram a pós-graduação.

Possuímos uma plataforma geral de ex-alunos, mas os de graduação é que são os usuários principais. Os de pós-graduação se mantêm mais próximos de seus Programas. Estamos estudando a viabilidade de integração do esforço dos Programas de forma centralizada, mas isto não tem se mostrado uma prioridade (UFV, 2021).

Dentre as 29 universidades que informaram não possuir a política, 24 sinalizaram que reconhecem a importância do instrumento normativo, não obstante o assunto ainda seja objeto de debates internos ou ainda não tenham sido iniciados os trâmites para formalização do instrumento normativo e apenas 5 informaram que tramitam internamente, quer em estágio inicial, ou fase de aprovação pelo conselho superior da instituição os respectivos processos de formalização da política.

[...] Embora não exista normativa em discussão na CPG, em diversas reuniões da CPG são lembrados pela DIPOSG a importância de criação de mecanismos por parte dos PPGs para acompanhamento dos egressos. Além disso, são socializadas experiências obtidas pelas diferentes coordenações dos PPGs, o que auxilia os PPGs a definirem suas estratégias para acompanhamento dos egressos (UFRG, 2021)

No Plano estratégico da Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa em elaboração, o acompanhamento de egressos está sendo considerado uma política fundamental, quase um indicador de verificação de qualidade dos PPGs (UFJF, 2021).

A intenção institucional de desenvolver mecanismos que possibilitem o acompanhamento dos alunos egressos deve ser reconhecida. Porém, conforme defendem Lousada e Martins (2005), a prática sistemática do acompanhamento deve estar firmada numa mudança de mentalidade da instituição, sendo necessário ressignificar práticas, corrigir erros, otimizar o desempenho institucional, e promover uma nova cultura voltada para a eficiência, para a qualidade e para a relevância social dos resultados.

Outra questão que emergiu dessa pesquisa é a definição da amplitude que deve ser dada à política, tendo em vista que algumas instituições planejam ou realizam a política agregando os cursos de graduação e pós-graduação, enquanto outras preferem desenvolvê-la considerando os dois níveis individualmente ou apenas um deles.

A Política de Acompanhamento de Egressos da UFMS está em desenvolvimento. Não possuímos uma política separada para Graduação e Pós-Graduação. A Política em desenvolvimento envolverá egressos de ambos os níveis (UFMS, 2021).

Nesse sentido, empreende-se uma discussão a respeito do tipo mais apropriado de política de acompanhamento a ser desenvolvida no âmbito das universidades federais, se em conjunto entre graduação e pós-graduação, ou se separadamente. Primeiramente torna-se necessário compreendermos que a pós-graduação é um sistema direcionado às necessidades provindas da pesquisa científica, com objetivo de proporcionar ao estudante um aprofundamento do saber, com vistas ao alcance de um padrão elevado de competência científica ou técnico-profissional (CAPES, 2014a).

Deste modo, evidencia-se que, por se tratarem de níveis diferentes e possuírem especificidades, também seus objetivos e perspectivas sobre os egressos sejam distintos, tornando necessário que graduação e pós-graduação assumam concepções mais individuais acerca de como acompanhar os seus egressos. Por outro lado, é possível a criação de uma política fundamentada em princípios gerais, buscando-se atender às necessidades de cada modalidade, porém essa decisão pode não abarcar a complexidade que cada nível impõe e demandar ações mais específicas para garantir que a política se torne efetiva para ambos.

Outra observação refere-se ao modo como as instituições projetam desenvolver suas políticas de egressos centralizando a administração das informações em diferentes setores. Acerca dessa questão, Freire (2018) sinalizou, ao realizar um panorama das ações com egressos em Universidades Federais, sua dificuldade em identificar uma unidade específica que tratasse da questão institucionalmente. Constata-se, nesse sentido, que esse tipo de impasse ainda se mantém no contexto universitário.

Isso, porém, mostra-se totalmente compreensível ao se considerar que as universidades vêm tratando essa questão com base nas possibilidades que melhor se relacionem com a sua dinâmica de atividades, considerando que estas instituições pertencem a contextos histórico, político e cultural muito específicos, principalmente se considerarmos a extensão territorial do Brasil e as diferentes realidades que se apresentam em cada localidade.

Estamos trabalhando em uma ação conjunta que envolve a Pró-Reitoria de ensino de Graduação (PROEG), Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica (PROPIT) e o Centro de Tecnologia da Informação (CTIC), a fim de desenvolver o Portal de Egressos da Universidade (UNIFESSPA, 2021).

Estamos organizando juntamente com o nosso Gabinete de Gestão de Indicadores (GID/PR2) e o Parque Tecnológico um sistema de acompanhamento de egressos (UFRJ, 2021).

[...] a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, designou um representante de cada Pró-Reitoria (graduação, pós-graduação e extensão e cultura) entre outros, encarregados para elaborar a política para implantação do sistema de acompanhamento dos egressos da UFLA (UFLA, 2021).

A disponibilidade institucional de recursos humanos também interfere na alocação das atividades de acompanhamento de egressos, coadunando para uma realidade onde as tarefas ficam fragmentadas entre as diversas unidades acadêmicas. Freire (2018), ao ponderar essa questão, aponta a necessidade de recursos estruturais, informacionais e, principalmente, de pessoal que possa atuar na elaboração, implantação e monitoramento.

A pesquisa revelou ainda que, na perspectiva da gestão universitária, algumas instituições consideram a ausência de política de egressos como risco operacional a ser sanado, tornando-se necessário planejar ações e empreender esforços tanto da equipe de gestão quanto da comunidade acadêmica com vista a minimizar tais riscos e atenuar os impactos da ausência da política nas universidades.

No PDI 2017-2020 que trata da gestão de riscos, no subitem 3.2.2 dos Riscos Operacionais, a ausência de um sistema de acompanhamento de egressos foi incluído no rol dos riscos operacionais para gestão acadêmica, representando 11% do total de riscos de processos internos devido a baixa adesão de gestores e da comunidade universitária a, entre outras coisas, a falhas no acompanhamento acadêmico dos discentes e dos egressos (UFPB, 2021).

O processo de avaliação da CAPES também foi citado como propulsor do desenvolvimento de ações e/ou construção de política de acompanhamento de egressos, uma vez que representa um importante indicador, influenciando na nota atribuída a cada curso.

Diante das demandas de acompanhamento da trajetória dos egressos pelo sistema de avaliação (CAPES), iniciaremos na universidade o debate sobre a construção desta política (UFSCAR, 2021).

Portanto, em termos gerais, a pesquisa sinalizou que ainda é ínfimo o quantitativo de universidades federais que tratam o acompanhamento de egressos sob a perspectiva de uma política pública institucional, com marco regulatório estruturado. Porém, apesar desse cenário, as projeções futuras indicam uma elevação desse número, tendo em vista a existência de debates e processos de desenvolvimento da política em curso em algumas dessas instituições. Apesar disso, os diálogos institucionais e acadêmicos precisam continuar se fortalecendo, no sentido de se fazer efetivamente reconhecida a importância do egresso para o aprimoramento dos cursos e eficiência da gestão universitária.

### 5.2.1 Caracterização da política de egressos

Tendo em vista que dados apontaram a UNIPAMPA, como sendo a única, dentre as universidades participantes da pesquisa, que possui uma regulamentação das ações institucionais de acompanhamento de egressos, torna-se importante analisar o contexto de criação do regulamento e refletir acerca de aspectos presentes na normativa, buscando delinear as prerrogativas e elementos do documento.

A UNIPAMPA foi fundada em 2008, quando tornou-se independente da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, as quais foram responsáveis, juntamente com o MEC, por sua implantação. Em 2017 foi considerada a quinta melhor instituição de ensino superior gaúcha, segundo avaliação do MEC, medida pelo Índice Geral de Cursos - IGC. A Instituição, sediada no Rio Grande do Sul, funciona no formato multicampi, localizados nos municípios de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. Conta, atualmente, além dos cursos de graduação, com vinte cursos de mestrado, cinco cursos de doutorado e quatro de residência em funcionamento na Instituição.

O acompanhamento de egressos, no âmbito da UNIPAMPA, encontra-se regulamentado com base na Resolução do Conselho Universitário - CONSUNI/UNIPAMPA nº 294, de 30 de novembro de 2020. Trata-se de um documento que faz parte de um conjunto de ações propostas pelo Programa de Acompanhamento de Egressos - PAE da Instituição, criado em 2016, com o objetivo de estabelecer a política e as ações de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação da Instituição. Em 2018, os egressos dos cursos de pós-graduação passaram a integrar o Programa, através da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPPI.

A Resolução em epígrafe inclui a definição de egresso utilizada como referência para o documento, além dos objetivos logrados pela Instituição, relativos à avaliação dos cursos, à criação de políticas institucionais de formação continuada e à divulgação de ações institucionais para os egressos da Instituição.

O documento ainda institui o Comitê de Acompanhamento do Egresso - CoPAE da Instituição e define sua composição, para um período de 2 anos, estabelecendo a participação das unidades administrativas: Pró-reitora de Graduação, Pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários, Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diretoria de Educação a Distância, Comissão Própria de Avaliação e Assessoria de Comunicação Social.

Ao definir a composição do CoPAE, o documento evidencia o compromisso da Universidade para com os egressos, além de ressaltar o necessário engajamento entre os diversos setores para a efetivação das ações de acompanhamento. Nessa perspectiva, compreende-se que a interlocução e cooperação entre as unidades institucionais são fundamentais para que as ações contemplem a comunidade egressa em seus vários aspectos.

Importante destacar que a referida normativa regulamenta o acompanhamento, mas não cria a política. Essa competência, de acordo com o documento, fica delegada à Pró-reitora de Graduação e Pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Considera-se pertinente essa proposta, visto que cada nível possui especificidades e objetivos próprios, demandando diretrizes e ações direcionadas. Contudo, posterga ainda mais a definição dos parâmetros e ações que nortearão graduação e pós-graduação.

Outro destaque dá-se em relação à validação do instrumento de pesquisa, análise dos resultados e execução das ações correspondentes que ficam sob a responsabilidade do CoPAE. Percebe-se que este formato legitima as propostas das pró-reitorias, possibilita ajustes e amplia os parâmetros de análise dos resultados.

A principal crítica ao documento refere-se à limitação temporal para acompanhamento dos estudantes egressos, uma vez que a Resolução estabelece que o acompanhamento dar-se-á pelo período de 5 anos após conclusão do curso. A demarcação de um lapso temporal parece divergir das atuais discussões acerca do papel social da universidade, tendo em vista que esta deve, urgentemente, considerar a possibilidade de manter um sistema de acompanhamento e formação constante de seus estudantes, devendo estender-se até o fim de sua vida profissional (BUARQUE, 2003).

O estudante já formado deve manter um vínculo permanente com sua universidade, conectando-se com ela on-line e recebendo conhecimentos ao longo de toda a sua vida profissional, de forma a evitar a obsolescência (BUARQUE, 2003).

Buarque (2003) defende ainda que a Universidade do século XXI não tem condições de se responsabilizar pelos conhecimentos de um ex-aluno formado há alguns anos. Por isso, deve promover uma contínua atualização do conhecimento profissional, extinguindo-se o conceito de ex-estudante.

Diante das considerações proferidas acerca da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 294, compreende-se que a normativa, desenvolvida por uma Instituição com apenas 13 anos de existência, representa uma iniciativa insólita, no contexto das universidades federais

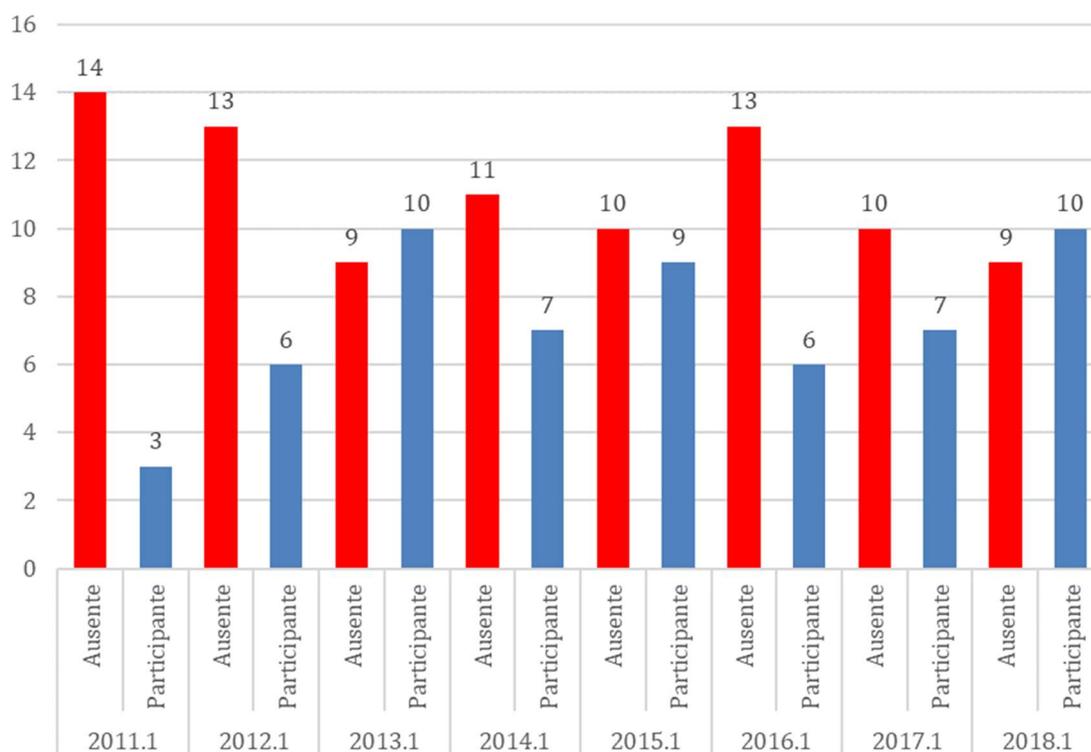
brasileiras. Apesar de não estabelecer a política, contempla importantes elementos direcionados ao desenvolvimento de ações institucionais de acompanhamento de egressos.

### 5.3 OS EGRESSOS DO PPGGPPSS

Conforme metodologicamente detalhado na seção correspondente, a aplicação do questionário eletrônico foi remetida a um universo de 147 estudantes egressos do PPGGPPSS, da UFRB. Desse total de sujeitos, 58 responderam ao instrumento, representando um total de 39,45% de respondentes.

O mapeamento dos egressos de um Programa de uma pós-graduação não representa simplesmente uma apuração de dados. Schanaider (2015) acredita que os resultados podem, inclusive, contribuir com a tomada de decisões em relação aos rumos da pós-graduação no Brasil. O Gráfico 4 apresenta a distribuição de respondentes da pesquisa por período de ingresso no Programa.

**Gráfico 4-** Universo da pesquisa: Participantes por período letivo



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A análise dos dados presentes no Gráfico 4, nos permite constatar que, em maior ou menor escala, a pesquisa abarcou egressos de todas as turmas do Programa, as quais se encontram

representadas nesta pesquisa, com destaque para as turmas 2013.1 e 2018.1 em que o número de participantes da pesquisa é superior ao número de não participantes.

Em outra perspectiva, é interessante uma análise comparativa entre a turma de 2011 e a de 2018, primeira e última turmas, respectivamente. A turma de 2011 é a que apresenta maior número de ausentes, evidenciando que com o passar do tempo, se não houverem ações, programas ou política de acompanhamento que propiciem o estreitamento da relação com os egressos, os vínculos vão se esmaecendo, com tendência a extinguir qualquer tipo de contato, uma vez que a ausência de atualização das informações vai tornando inviável qualquer possibilidade de comunicação entre ambos.

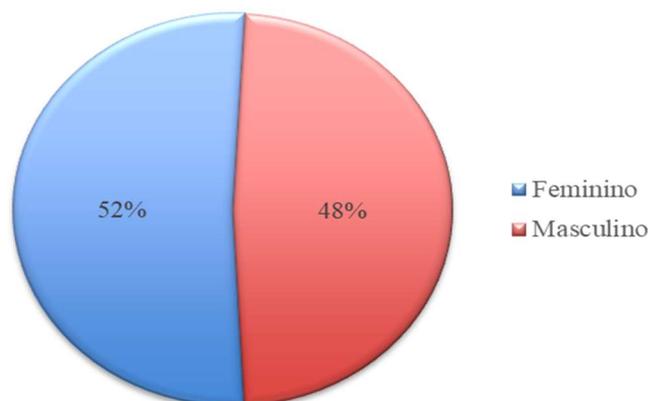
Em relação à turma de 2018, proporcionalmente a maior em número de respondentes, juntamente com a turma de 2013, observa-se um contexto totalmente inverso. Recém-formados, os vínculos mostram-se ainda bastante evidentes, os dados ainda estão em grande parte atualizados, o convívio é recente e as vivências ainda são compartilhadas, tanto com o programa quanto com os colegas. Nesse momento, em que o nível de comprometimento do egresso ainda é notório, é importante o desenvolvimento de ações com vistas a preservar essa relação, cujos frutos se refletem na universidade, na trajetória acadêmica e profissional dos egressos e na sociedade como um todo.

Em termos de informações preliminares, foi solicitado que os egressos indicassem o nome completo, sexo e cidade de residência. Porém, a identificação dos participantes será mantida em sigilo, conforme previamente pactuado através do TCLE.

Em relação ao sexo, os dados apontaram que 52% dos respondentes são do sexo feminino e 48% são do sexo masculino. A opção de não informar não foi marcada por nenhum dos respondentes. Esse percentual revela uma relativa equidade de gêneros entre os egressos do Programa. Essa constatação evidencia ainda que o Programa tem sido um campo de formação

de profissionais capacitados para construção de políticas públicas que representem os anseios de ambos os sexos. O Gráfico 5 apresenta essa relação.

**Gráfico 5** - Sexo dos egressos participantes



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No que se refere à residência, mostrou-se notório que todos os 58 respondentes residem atualmente no próprio Estado da Bahia, com predominância no município de Cruz das Almas (16), sede da Universidade e do Programa. Outras cidades como Feira de Santana (11), Santo Antônio de Jesus (7) e Amargosa (1), onde a UFRB também possui campus foram citadas como moradia dos egressos. As três primeiras estão no topo da lista, representando os municípios onde mais residem egressos do programa. A Tabela 1 apresenta a relação completa dos municípios de residência dos egressos participantes.

**Tabela 1**- Município de residência dos egressos

Município	Participantes
Cruz das Almas	16
Feira de Santana	11
Santo Antônio de Jesus	7
Salvador	6
Juazeiro	3
Muritiba	3
Governador Mangabeira	2
São Felipe	2
Amargosa	1
*BA	1
*Brasil	1
Castro Alves	1
Lauro de Freitas	1
Santa Inês	1
Taperoá	1
Varzedo	1
<b>Total</b>	<b>58</b>

\*Os participantes não indicaram o município de residência.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Outra informação relevante refere-se ao território de residência dos egressos. 55,1% firmam residência no Território do Recôncavo, sendo: Cruz das Almas (16), Santo Antônio de Jesus (7), Muritiba (3), Governador Mangabeira (2), São Felipe (2), Varzedo (1) e Castro Alves (1). Os 44,9% restantes possuem domicílio em outras regiões do Estado como Portal do Sertão, Metropolitana de Salvador, Sertão do São Francisco, Vale do Jiquiriçá e Baixo Sul. O Quadro 5 apresenta a localização territorial informada pelos egressos do Programa.

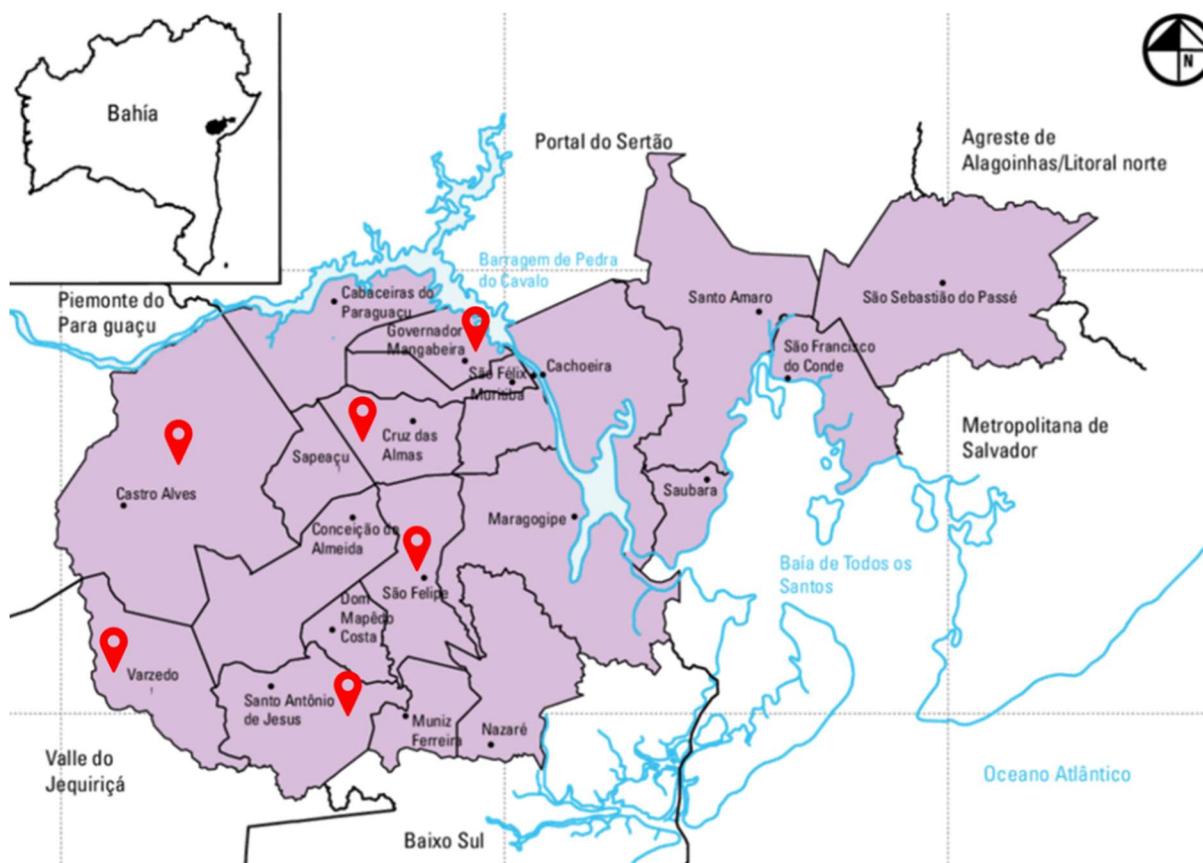
**Quadro 5** - Região de residência dos participantes

<b>Região</b>	<b>Município</b>	<b>Participantes</b>
Baixo Sul	Taperoá	1
Metropolitano de Salvador	Lauro de Freitas	1
	Salvador	6
Portal do Sertão	Feira de Santana	11
Recôncavo	Castro Alves	1
	Cruz das Almas	16
	Governador Mangabeira	2
	Muritiba	3
	Santo Antônio de Jesus	7
	São Felipe	2
	Varzedo	1
Sertão do São Francisco	Juazeiro	3
Vale do Jiquiriçá	Amargosa	1
	Santa Inês	1
Não informado	BA	1
	Brasil	1
<b>Total</b>		<b>58</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Essa localização residencial leva-nos a refletir acerca da área de abrangência do Programa e de sua contribuição para a formação de gestores capacitados em políticas públicas no âmbito territorial do Recôncavo. O programa possui egressos residindo em 7, dos 20 municípios que compõem o território do Recôncavo, conforme distribuição apresentada na **Figura 2**.

**Figura 2** - Distribuição de egressos no Recôncavo Baiano



Fonte: SEI (2013), adaptado pela autora (2021).

Além disso, alcança estudantes de outros territórios de identidade no Estado: Portal do Sertão (11), Metropolitana de Salvador (7), Sertão do São Francisco (3), Vale do Jiquiriçá (2) e Baixo Sul (1), registrando dessa forma um processo de expansão e contribuindo para a formação de gestores em nível estadual.

O levantamento dessas questões preliminares serviu para uma identificação dos aspectos gerais em relação aos egressos, direcionando o estudo para a análise da atuação profissional e formação acadêmica dos egressos do PPGPPSS.

### 5.3.1 Atuação Profissional

A seção foi composta por 12 perguntas, buscando identificar o campo de atuação e traçar o perfil profissional dos egressos, além de verificar o nível de contribuição do mestrado para as atividades profissionais desenvolvidas, o nível de satisfação com a área de políticas públicas e segurança social e a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos. Todas essas informações

são fundamentais para a compreensão do contexto profissional dos egressos, uma vez que a relevância do levantamento sobre ex-alunos da pós-graduação não deve limitar-se à indicação de que estão trabalhando em sua área ou fora do mercado de trabalho (UEL, 2006).

No que tange a instituição onde os egressos desempenham suas atividades profissionais, observou-se que 36,21% trabalham na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, ou seja, uma grande parcela é servidor da própria Instituição. Acerca dessa constatação é importante refletir sobre o retorno destes servidores, decorrente da titulação, em suas atividades laborais.

Esse contexto, representado por investimentos institucionais, sejam financeiros ou decorrentes da concessão de licenças para capacitação desses servidores, remete a necessidade de levantamentos sistemáticos e periódicos por parte da Universidade com o intuito de avaliar quais conhecimentos e habilidades são efetivamente inseridas no contexto de suas atribuições e em que medida essa capacitação tem contribuído para agregar qualidade aos serviços prestados.

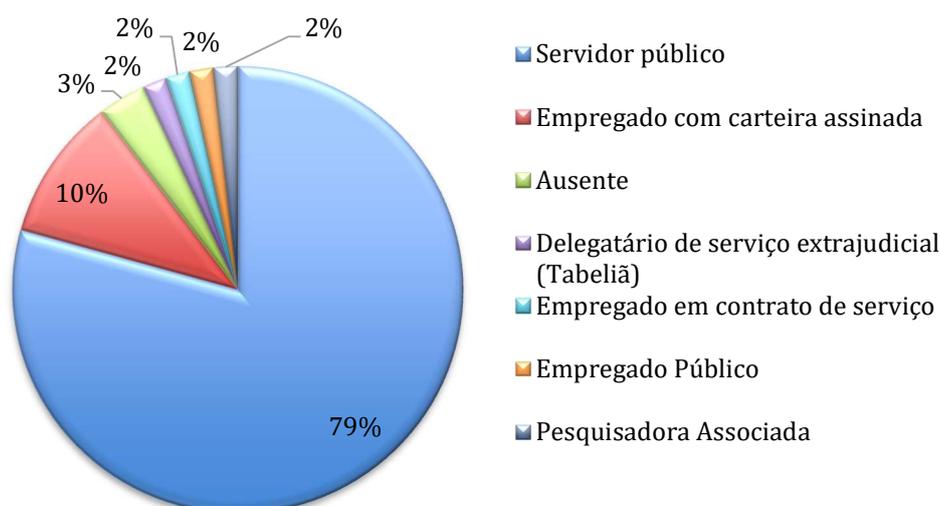
Além dos 36,21% que desempenham suas atividades na UFRB, 10,34% trabalham na Universidade Estadual de Feira de Santana, 3,45% na Universidade Federal do Vale do São Francisco, 5,17% preferiu não informar. Outras instituições somam 44,83%, representando menos de 2% cada uma. A Tabela 2, apresenta detalhadamente esses dados.

**Tabela 2** – Instituição onde exerce a atividade profissional

<b>A instituições</b>	<b>Participantes</b>	<b>Percentual</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	21	36,21%
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	6	10,34%
AUSENTE	4	6,90%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	3	5,17%
ALBA	1	1,72%
CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR	1	1,72%
CAR	1	1,72%
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE CRUZ DAS ALMAS – BA	1	1,72%
CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	1	1,72%
DETRAN DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	1	1,72%
EMBRAPA	1	1,72%
ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	1	1,72%
ESCOLA PÚBLICA	1	1,72%
ESTACIO	1	1,72%
FACEMP	1	1,72%
FACULDADE DE CIENCIAS E EMPREENDEDORISMO	1	1,72%
FAMAM	1	1,72%
FUNDAÇÃO ODEBRECHT	1	1,72%
GRUPO DE PESQUISA / UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	1	1,72%
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	1	1,72%
MUNICÍPIO DE AMARGOSA	1	1,72%
POLICIA MILITAR	1	1,72%
PREFEITURA	1	1,72%
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA	1	1,72%
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA E INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR	1	1,72%
SEMPRE - SALVADOR/BA	1	1,72%
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA	1	1,72%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	1	1,72%
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

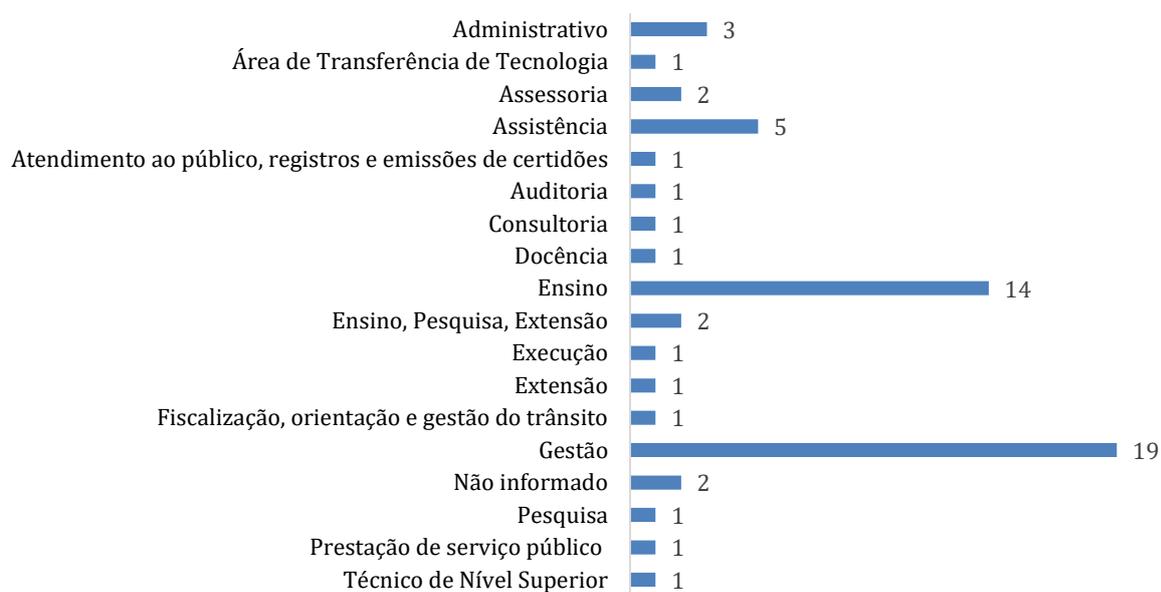
Em relação ao tipo de vínculo com a instituição onde os egressos exercem sua atividade profissional, constatou-se que 79% são servidores públicos, 10% são empregados com carteira assinada e 3% optaram por não informar. Outros tipos de vínculo representaram 2% cada um e estão apresentados no Gráfico 6.

**Gráfico 6 - Vínculo Profissional**

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os dados apresentados direcionam-nos a uma reflexão acerca dos 79% de egressos vinculados ao serviço público. Parece óbvio que um Programa cuja ênfase é Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social atraia, prioritariamente, profissionais ligados à esfera pública. Contudo, não se pode refutar a existência de os incentivos governamentais relacionados ao aperfeiçoamento e planos de capacitação, bem como, o incentivo a melhorias salariais, materializados nos planos de carreiras.

Ao referir-se ao tipo de atividade que desenvolve a instituição onde o egresso trabalha, 32,76% informou atividade de gestão, 24,14% atividade de ensino, 8,62% assistência, 3,45% assessoria, 3,45% não informou. Outros tipos de atividades totalizaram 27,58%, representando menos de 2% cada uma, conforme ilustrado no Gráfico 7.

**Gráfico 7 – Tipo de atividade desenvolvida pela Instituição**

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em se tratando do cargo e/ou função que ocupam, 15,52% dos egressos informaram atuar como docentes, 12,07% trabalham como assistentes em administração, 12,07% como analistas, 10,34% como técnicos, 6,9% como gestores de unidade, 5,17% como administradores, 3,45% como coordenadores, 3,45% assistentes sociais, 3,45% como Pró-reitores, e 6,9% não informaram. 44,84% informaram atuar em outros cargos/funções, representando um percentual de menos de 2% cada um. Veja a lista completa no Quadro 6.

Esses números sinalizam uma representatividade do Programa em setores diversificados, em que os mestres atuam, muitas vezes, em funções estratégicas e táticas, com oportunidade de aplicarem os conhecimentos adquiridos, desenvolver suas habilidades profissionais e agregar qualidade à gestão pública. Observa-se que a amplitude do PPGGPPSS alcança também o nível operacional, que atualmente se mostra cada vez mais qualificado, de modo que a capacitação nesse nível contribui, não apenas para desenvolvimento das políticas públicas, mas também para uma adequada execução dessas políticas, com base nos objetivos definidos.

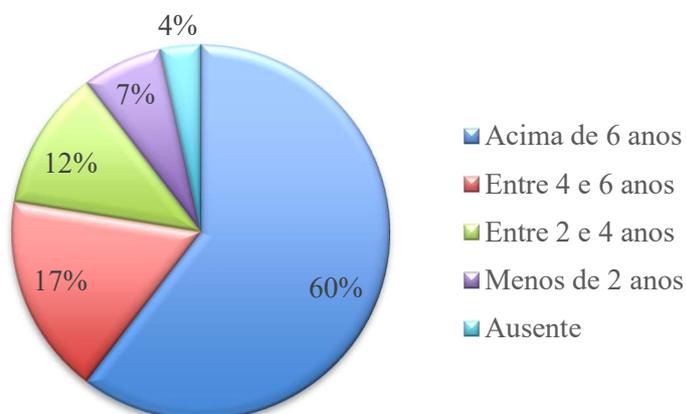
**Quadro 6 - Cargo ou Função**

<b>Cargo e/ou função</b>	<b>Participantes</b>	<b>Percentual</b>
Docente	9	15,52%
Analista	7	12,07%
Assistente em Administração	7	12,07%
Técnico	6	10,34%
Ausente	4	6,90%
Gestor de Unidade	4	6,90%
Administrador	3	5,17%
Assistente Social	2	3,45%
Coordenador	2	3,45%
Pró-reitor	2	3,45%
Aspirante PM/ Comandante 1º Pelotão	1	1,72%
Diretor	1	1,72%
Engenheiro de Segurança do Trabalho	1	1,72%
Escrevente	1	1,72%
Especialista	1	1,72%
Pesquisadora Associada	1	1,72%
Pregoeiro	1	1,72%
Psicóloga	1	1,72%
Secretária	1	1,72%
Secretário Municipal	1	1,72%
Secretário Parlamentar	1	1,72%
Tabeliã e oficial de registro civil	1	1,72%

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

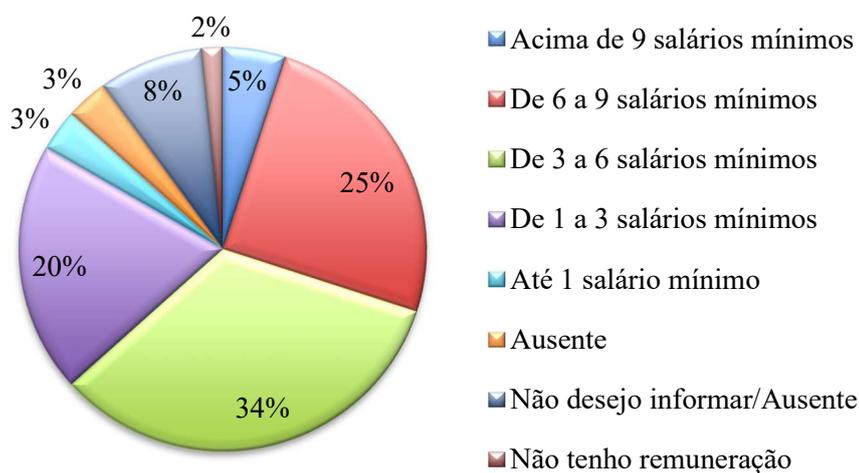
No que se refere ao tempo de vínculo na instituição onde trabalham, 60% atuam há mais de 6 anos, 17% possuem entre 4 e 6 anos de vínculo institucional, 12% possuem entre 2 e 4 anos, 7% possuem menos de 2 anos e 4% preferiram não informar, conforme representado no Gráfico 8. Esse tempo de vínculo institucional da maioria dos egressos pode sinalizar mestres com maior experiência profissional e maior probabilidade de atuação ativa em gestão de políticas públicas.

Quanto aos mais recentes na instituição onde trabalham, pode ser que ainda necessitem de capacitação periódica, com vistas a aprimorarem seu desempenho profissional. Contudo, há de se considerar que, com menor ou maior tempo de vínculo institucional, a capacitação contínua se firma como uma variável indispensável e o Programa deve ter papel preponderante na qualificação de seus mestres, mesmo após a titulação.

**Gráfico 8 - Tempo de permanência na instituição**

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em termos salariais, 34% recebem mensalmente entre 3 e 6 salários mínimos, 25% recebem entre 6 e 9 salários, 20% faturam entre 1 e 3 salários, 5% recebem acima de 9 salários mínimos, 3% ganham até 1 salário, 2% não auferem remuneração e 11% desejaram não se pronunciar ou não responderam ao questionamento, conforme representação no Gráfico 9.

**Gráfico 9 - Remuneração mensal**

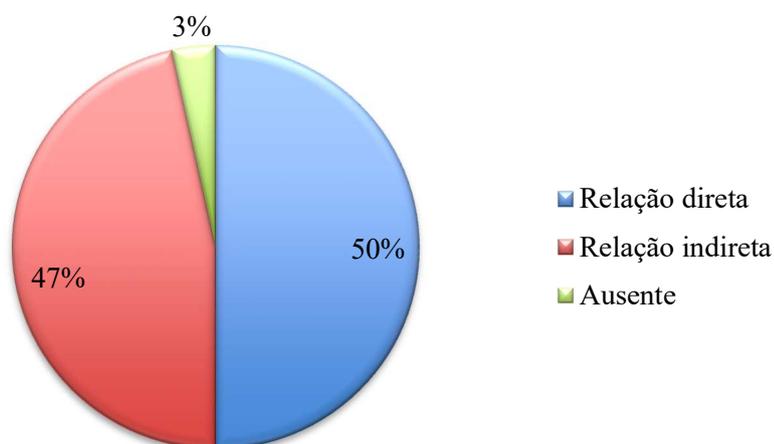
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os números apresentados sinalizam uma variação de faixas salariais entre os egressos do Programa, conduzindo-nos ao pensamento de que não apenas a titulação, mas o contexto institucional, bem como o perfil profissional interferem no valor auferido. Essa variação pode

ser avaliada também sob a perspectiva da diversidade de cargos/funções ocupadas pelos egressos que contemplam desde cargos mais operacionais, quanto cargos de alta gestão.

Quanto ao tipo de relação existente entre a atividade profissional desenvolvida e a área do Programa, 50% informaram que existe relação direta, 47% indicou a existência de uma relação indireta e 3% preferiu não informar o tipo de relação. Essa estimativa está expressa no Gráfico 10.

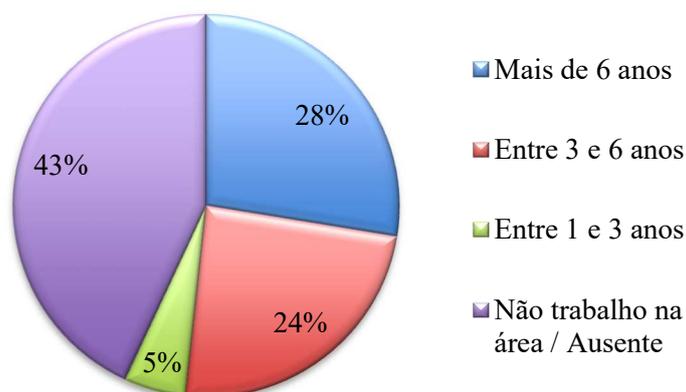
**Gráfico 10** – Tipo de relação entre a atividade profissional desenvolvida e a área do programa



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

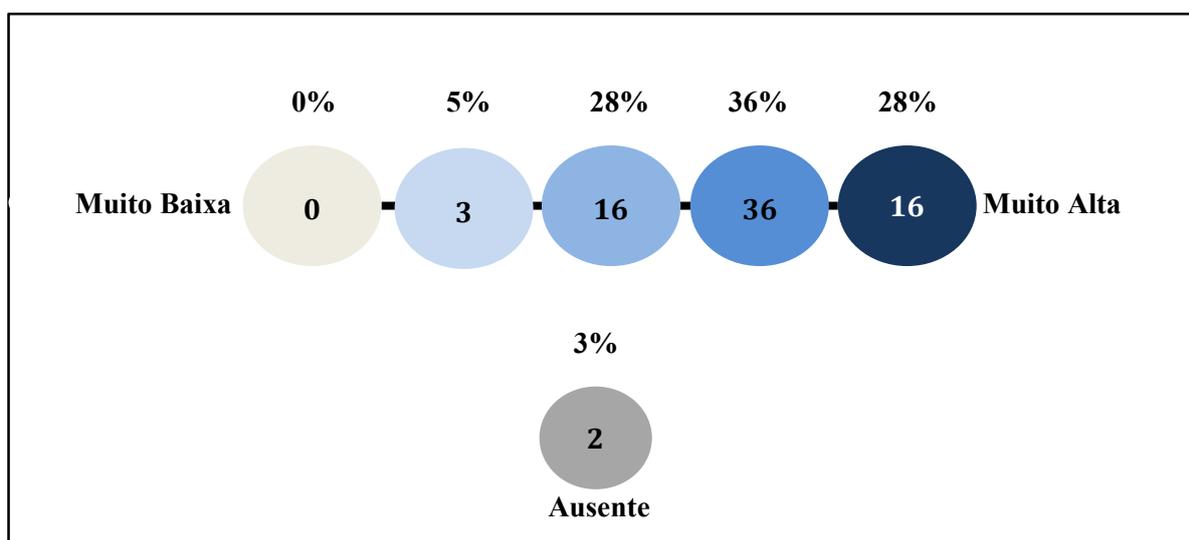
É interessante observar que 97% dos egressos atuam profissionalmente na área do Programa, seja de forma direta ou indireta, isso evidencia que o PPGPPSS precisa considerar um viés mais prático na produção/ transferência de conhecimento, visando contribuir de forma mais objetiva para a atuação profissional de mestrandos e egressos.

Entre os que informaram existir uma relação direta entre a atividade profissional e a área do Programa, 28% informaram que trabalham na área há mais de 6 anos, 24% afirmaram trabalhar na área entre 3 e 6 anos, 5% exercem a atividade entre 1 e 3 anos, 43% não informaram, conforme apresentado no Gráfico 11.

**Gráfico 11** – Tempo de vínculo profissional na área do Programa

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em relação à aplicabilidade dos conhecimentos obtidos no curso em suas atividades profissionais, numa escala de 1 a 5, sendo 1 muito baixa e 5 muito alta aplicabilidade: 36% dos egressos pontuaram 4; 28% pontuaram 3; 28% assinalaram 5; 5% marcaram a pontuação 2; e 3% não marcaram nenhuma opção Figura 3.

**Figura 3** - Aplicabilidade

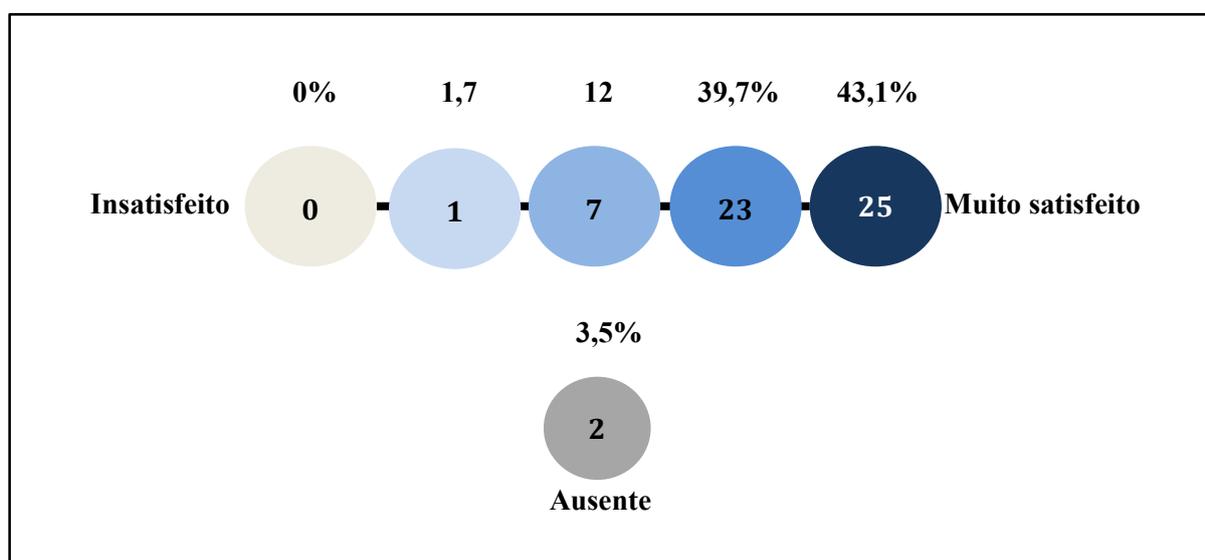
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Acerca dessa interação entre conhecimento e prática, Ruas e Comini (2007) apontam a existência de uma lacuna entre o sistema de aprendizado e realidade profissional, sinalizando a necessidade da articulação entre teoria e prática com vistas a se promover o desenvolvimento

de competências. Percebe-se, nesse aspecto, que apesar de os dados coletados sinalizarem alta aplicabilidade dos conhecimentos, uma das questões mais pontuadas pelos egressos, quando solicitados a opinar e propor melhorias ao Programa foi mencionada a carência de conteúdos que conectem teoria acadêmica e prática profissional.

Quanto ao nível de satisfação em relação à área do Programa, numa escala de 1 a 5, em que 1 representa insatisfeito e 5 representa muito satisfeito, 43,1% pontuaram satisfação nível 5, 39,7% indicaram nível 4 de satisfação, 12% apontaram nível 3, 1,7% indicou nível 2, e 3,5% não opinaram. Esses percentuais estão expressos na Figura 4.

**Figura 4** – Nível de satisfação em relação à área do Programa



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O alto nível de satisfação apresentado pelos egressos sinaliza que os esforços empenhados pela Coordenação do Programa, pelo menos em relação às ações pretéritas, assumiram repercussões positivas. Conforme Machado (2010), é imprescindível que uma instituição satisfaça as necessidades dos usuários ou beneficiários ou que, sistematicamente, não fruste suas expectativas.

Quanto à justificativa para pontuar entre 1 e 2 em relação ao nível de satisfação, apenas 1 egresso posicionou-se justificando ter estudado na primeira turma, época em que, segundo o respondente, o curso possuía muitas falhas na grade curricular e ingerência por parte da Coordenação. Apesar da vivência desse egresso ter ocorrido no início do curso, em sua fase de implantação, conforme UEL (2006), as experiências do estudante, no tempo de sua formação

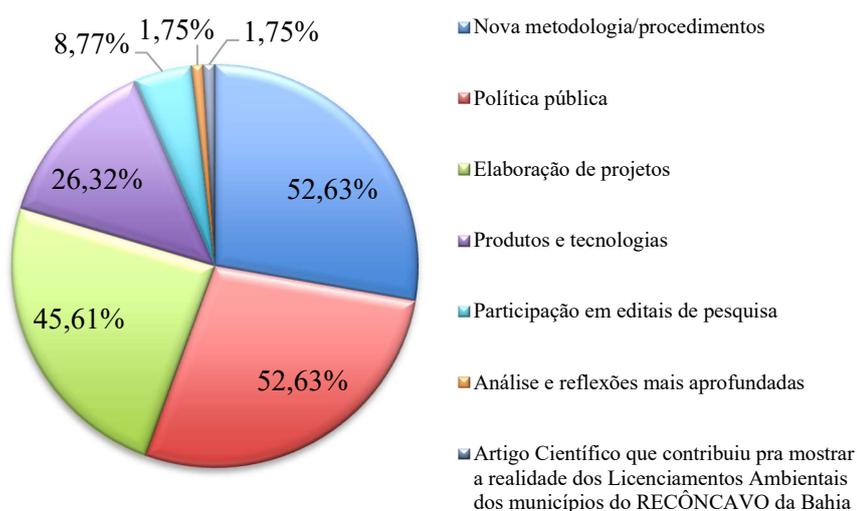
e sua prática profissional, converte-o em fonte de informação e de crítica categorizada e objetiva no que se refere à qualidade dos cursos.

### 5.3.2 Formação Acadêmica

O bloco de questões foi composto por 13 perguntas, buscando-se identificar o perfil acadêmico dos egressos e avaliar os conhecimentos adquiridos durante o curso.

Ao serem consultados sobre os resultados gerados pelos conhecimentos adquiridos no Programa, podendo marcar mais de uma opção caso correspondessem à realidade do egresso, 52,6% dos egressos pontuaram a criação de política pública, 52,6% mencionaram nova metodologia/ procedimentos, 45,6% indicaram a elaboração de projetos, 26,3% fizeram referência à criação de produtos e tecnologias, e 8,8% citaram a participação em editais e pesquisas. Outros resultados foram citados por menos de 2% dos egressos. Veja a lista completa no Gráfico 12.

**Gráfico 12** - Resultados dos conhecimentos adquiridos



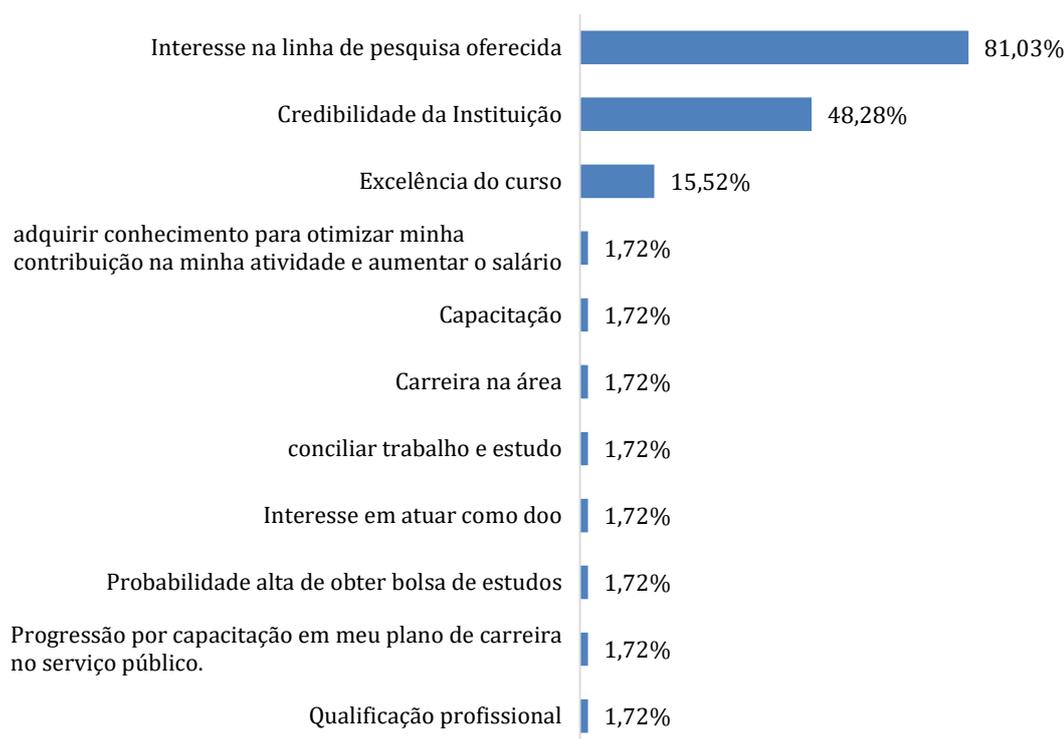
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Esse tópico é de grande relevância para o processo avaliativo realizado pela CAPES, tendo em vista que não apenas as produções bibliográficas contabilizam pontos na avaliação quadrienal, mas também as produções artísticas e técnicas. Nesse quesito, os egressos também podem ser elencados, de acordo com faixas separadas por ano de titulação. Essa é uma das formas através da qual, tanto mestrandos, quanto egressos podem contribuir de forma efetiva com o aprimoramento e manutenção do Programa.

Quando questionados em relação aos motivos que os levaram a escolha do Programa, com possibilidade de marcação de mais de uma motivação caso necessário, 81% dos egressos

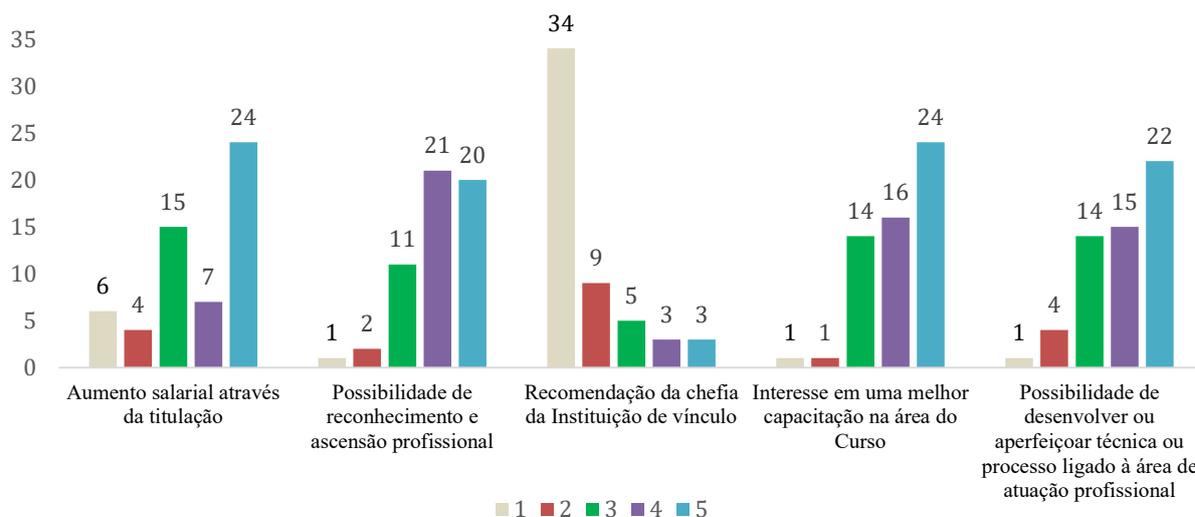
mencionaram o interesse na linha de pesquisa oferecida, 48,3% pontuaram a credibilidade da instituição, 15,5% se influenciaram pela excelência do curso. Outras motivações como probabilidade de obter bolsa de estudos, possibilidade de conciliar trabalho e estudo, interesse em atuar como docente, desenvolvimento de carreira na área, progressão por capacitação, aquisição de conhecimentos e qualificação profissional somaram menos de 2% cada uma. Esses dados estão representados no Gráfico 13.

**Gráfico 13** - Motivos para escolha do Programa



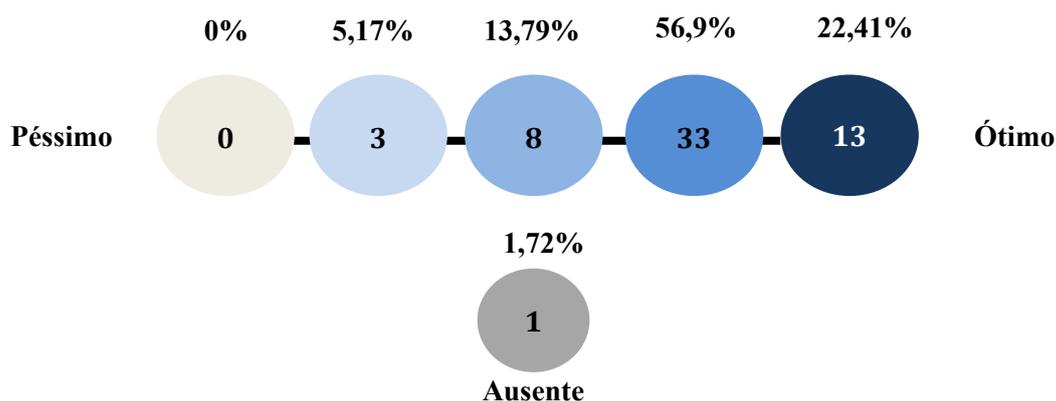
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ainda em relação às motivações para participar do Programa, em uma escala de 1 a 5, sendo 1 pouco importante e 5 muito importante, foram mencionadas como muito importantes pela maioria dos egressos e obtiveram a pontuação 5: aumento salarial; interesse em uma melhor capacitação na área do Curso; possibilidade de desenvolver ou aperfeiçoar técnica ou processo ligado à área de atuação profissional. Já a possibilidade de reconhecimento e ascensão profissional teve sua importância notabilizada em grau 4. A recomendação da chefia da Instituição de vínculo foi considerada menos importante e prevaleceu a pontuação 1, conforme Gráfico 14.

**Gráfico 14** - Motivações para escolha do Programa, em escala de importância

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No que se refere aos conhecimentos teóricos obtidos no curso, em uma escala de 1 a 5, sendo 1 considerado péssimo e 5 considerado ótimo, 56,9% opinaram pela pontuação 4, a pontuação 5 foi mencionada por 22,41% dos egressos, 13,79% consideraram a pontuação 3, a pontuação 2 foi escolhida por 5,17% dos pesquisados, a pontuação 1 não foi assinalada por nenhum dos respondentes, e 1,72% preferiu não opinar, conforme Figura 5.

**Figura 5** Avaliação dos conhecimentos teóricos obtidos no PPGPPSS

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

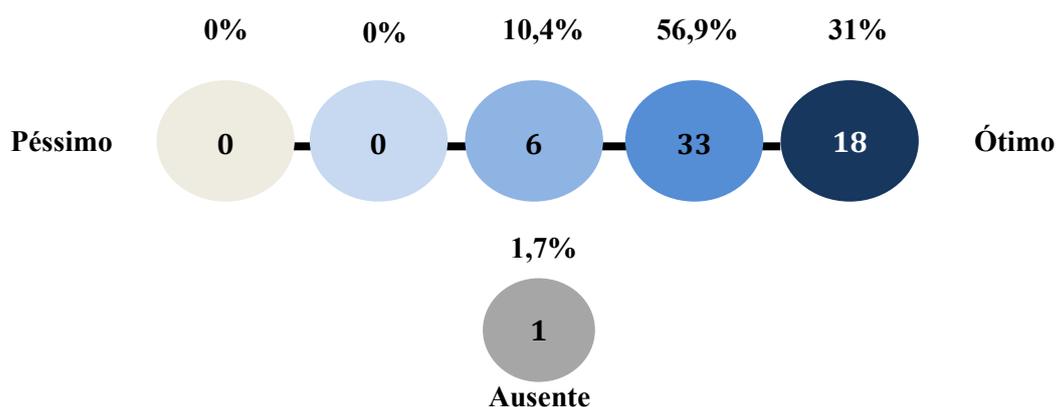
É importante refletir acerca do aumento salarial obtido através da titulação que, conforme pode ser observado no Gráfico 14, logrou pontuação 5 entre os participantes da pesquisa. Essa informação apresenta uma coerência lógica com o fato de 79% dos egressos atuarem como

servidores públicos e, em alguma medida, estarem buscando se inserir nos planos de incentivos governamentais oferecidos, relacionados a progressões na carreira.

Os dados apresentados sinalizam uma avaliação positiva acerca dos conhecimentos teóricos ofertados, indicando que o PPGGPPSS vem cumprindo com sua missão na construção do conhecimento. Entretanto, as universidades precisam desenvolver nos seus estudantes e egressos, além dessas capacidades acadêmicas, habilidades para o desenvolvimento pessoal, social e empresarial (UNESCO, 2003, p.128).

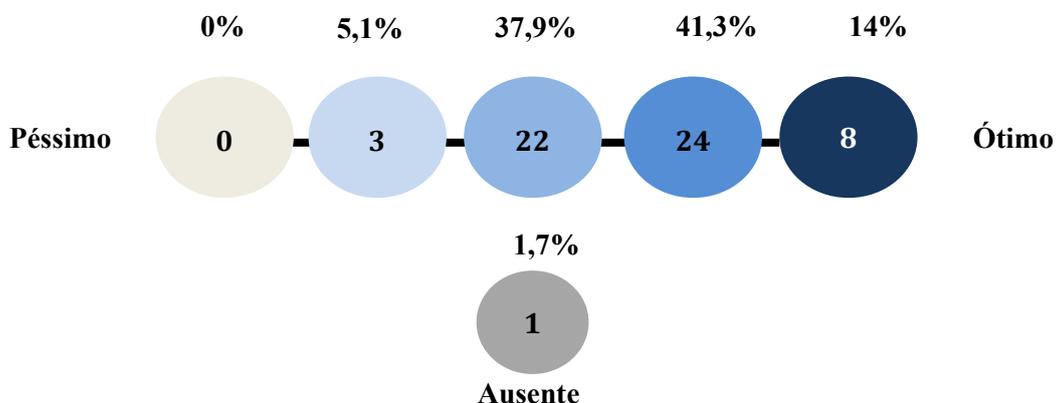
Ao serem instados a avaliar o desempenho dos professores, em uma escala de 1 a 5, sendo 1 considerado péssimo e 5 considerado ótimo, 56,9% dos respondentes avaliaram os docentes atribuindo-lhes pontuação 4. A pontuação 5 foi denotada por 31,% dos egressos, 10,4% consideraram o escore 3, e 1,7% preferiu não opinar, conforme Figura 6.

**Figura 6** – Avaliação sobre os docentes do PPGGPPSS



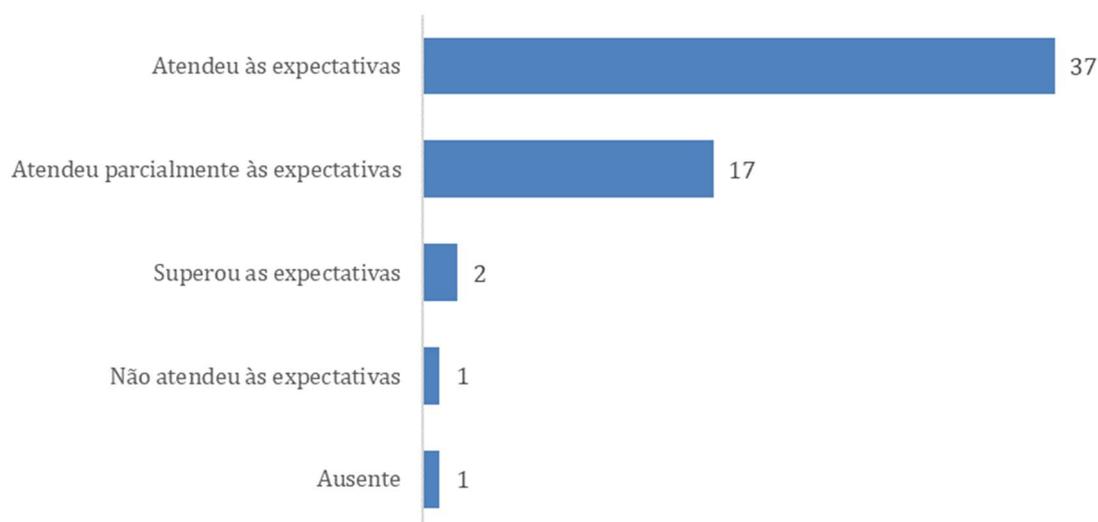
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quanto à avaliação das disciplinas/ componentes curriculares oferecidos, utilizando a mesma escala de 1 a 5, a pontuação 4 foi indicada por 41,3% dos respondentes, 37,9% consideraram a pontuação 3, já 14% opinaram pela pontuação 5, enquanto 5,1% reputaram a pontuação 2, e 1,7% optou por não avaliar, conforme pode ser visualizado na Figura 7.

**Figura 7** - Avaliação das disciplinas/ componentes curriculares ofertados no PPGGPPSS

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ao serem questionados em relação às expectativas iniciais, 63,79% consideraram que o Programa atendeu às suas expectativas, 29,31% afirmaram que suas expectativas foram atendidas parcialmente. Para 3,45% dos egressos, o Programa superou as expectativas, para 1,72% as expectativas não foram atendidas, e 1,72% não emitiu opinião, vide Gráfico 15.

**Gráfico 15** - Expectativas iniciais em relação ao PPGGPPSS

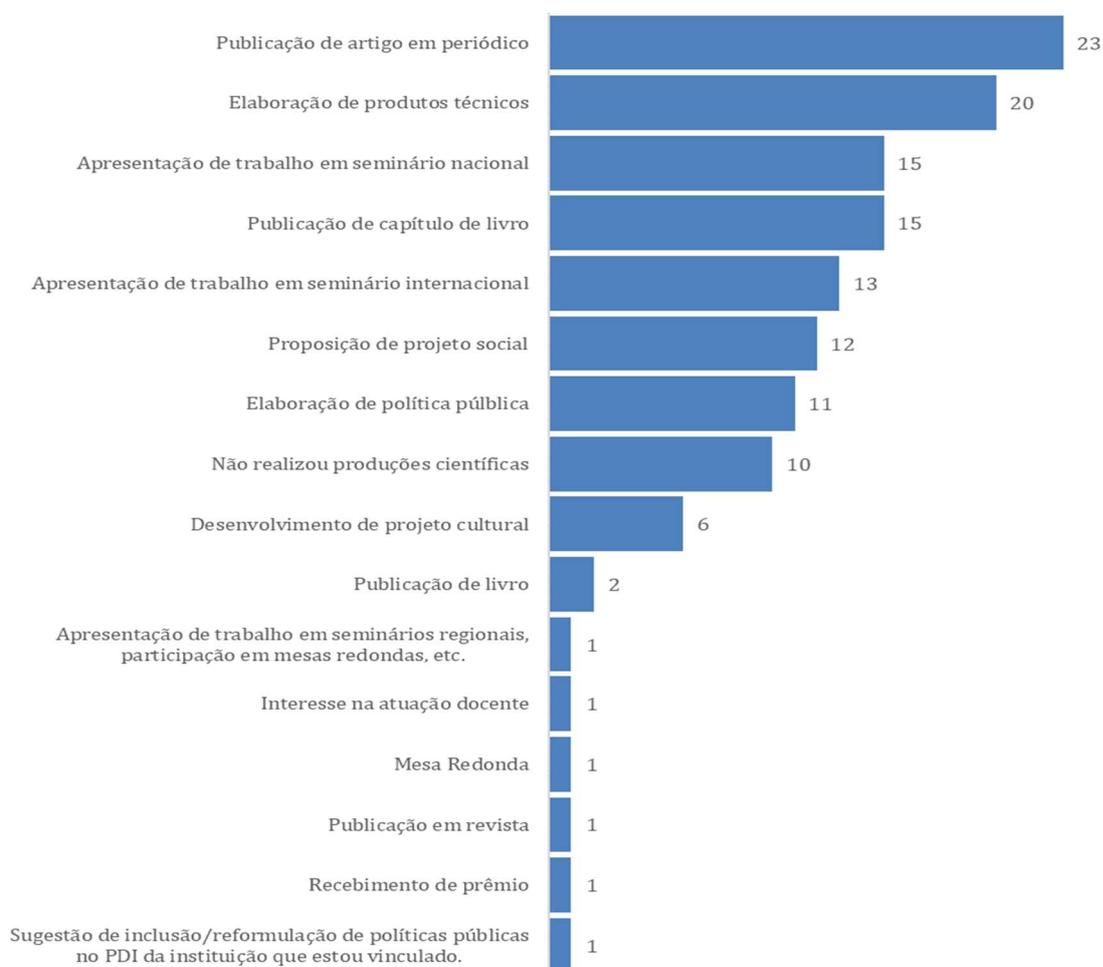
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ao refletir sobre as expectativas institucionais, Machado (2010) considera que identificar o que se almeja do curso ou instituição é uma das finalidades das investigações sobre egressos. Nesse quesito, é importante observar que o Programa vem cumprindo com o que dele se espera,

contudo, é válido avaliar as ponderações daqueles que consideram as expectativas atendidas apenas parcialmente ou não atendidas, buscando maximizar o sentimento de satisfação em seus discentes, sejam eles ativos ou egressos.

Em termos de produções científicas, o item mais citado foi publicação de artigo em periódico com 39,7%. Na sequência, elaboração de produtos técnicos foi mencionado em 34,5% das respostas. Já a apresentação de trabalho em seminário nacional e publicação de capítulo de livro, cada um foi citado em 25,9% das respostas. O item seguinte foi apresentação de trabalho em seminário internacional, com 22,4%. Proposição de projeto social apareceu em 20,7% das respostas, elaboração de política pública atingiu o percentual de 19%, a publicação de livro foi pontuada em 3,4% das respostas e o desenvolvimento de projeto cultural foi citado por 10,3% dos egressos.

**Gráfico 16** - Produções científicas realizadas desde o ingresso no PPGPPSS



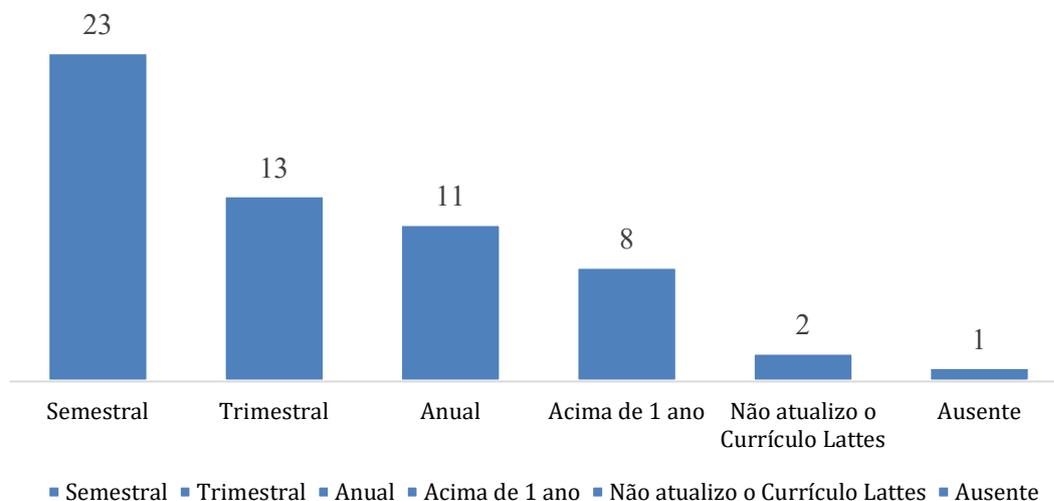
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ainda em relação às produções científicas, 17,2% dos respondentes afirmaram não ter realizado. Outras produções como recebimento de prêmio, sugestão de inclusão/reformulação de políticas públicas no PDI da instituição que estou vinculado, mesa redonda, apresentação de trabalho em seminários regionais, participação em mesas redondas etc., interesse na atuação docente e publicação em revista contabilizaram 1,7% cada uma. O Gráfico 16 expõe visualmente esses dados.

É importante considerar que as produções científicas, referenciada no Qualis Periódico da área, são adotadas como pontuação nos processos avaliativos das CAPES, mesmo após a titulação do aluno, no caso específico de mestrado, pelo período de dois anos posterior à conclusão do curso (CAPES, 2013). Nesse sentido, desde o ingresso devem ser estimuladas as diversas produções científicas, pois além de corresponderem ao repertório acadêmico, podem contribuir efetivamente para o desempenho do curso.

Assim, destaca-se a necessidade de sistematização de um efetivo processo de acompanhamento de egressos com vistas a evitar a perda de pontos na avaliação no que se refere ao critério de produção científica, uma vez que após extrapolado o interstício de inclusão dos dados na Plataforma da CAPES, não mais é possível realizá-lo. Além do volume de produções, é importante também atentar-se aos aspectos qualitativos, pois há pontuações diferentes de acordo com a classificação Qualis da CAPES.

No que se refere à frequência de atualização do currículo Lattes, 39,66% dos egressos disseram que realizam semestralmente, 22,41% informaram que procedem à atualização trimestralmente, 18,97% realizam a atualização dos dados anualmente, 13,79% o fazem em período superior a um ano, 3,45% reconheceram que não atualizam o currículo, e 1,72% optou por não informar, conforme representado no Gráfico 17.

**Gráfico 17** - Frequência de atualização do Currículo Lattes

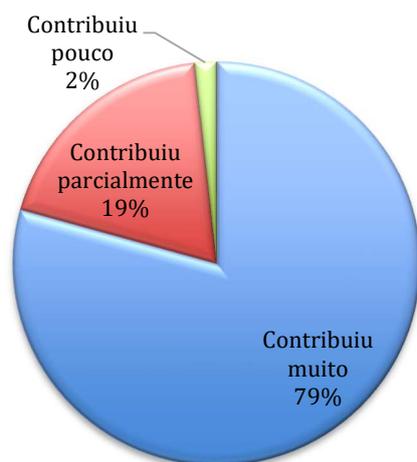
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Santos, Trigueiro e Cia (2017) pontuam que acompanhar egressos não é tarefa fácil e que deve haver uma sensibilização acerca da importância de manter-se um relacionamento permanente entre a instituição e seus egressos. Nessa perspectiva, a Plataforma Lattes pode ser uma ferramenta que possibilita uma constante atualização das informações acadêmicas, profissionais e de publicações científicas. Porém, a instituição precisa criar mecanismos para que os egressos mantenham a plataforma sempre atualizada, ação que pode reverberar em benefícios tanto para a universidade, quanto para o próprio egresso.

Sendo assim, apesar de satisfatório o percentual de egressos que realizam a atualização das informações na Plataforma Lattes semestralmente e/ou trimestralmente, é necessário que o Programa ainda promova ações para minimizar o percentual de egressos que lançam os dados dentro de um lapso temporal anual, em período superior a 1 ano ou que não realizam o upgrade de suas informações no banco de dados da Plataforma.

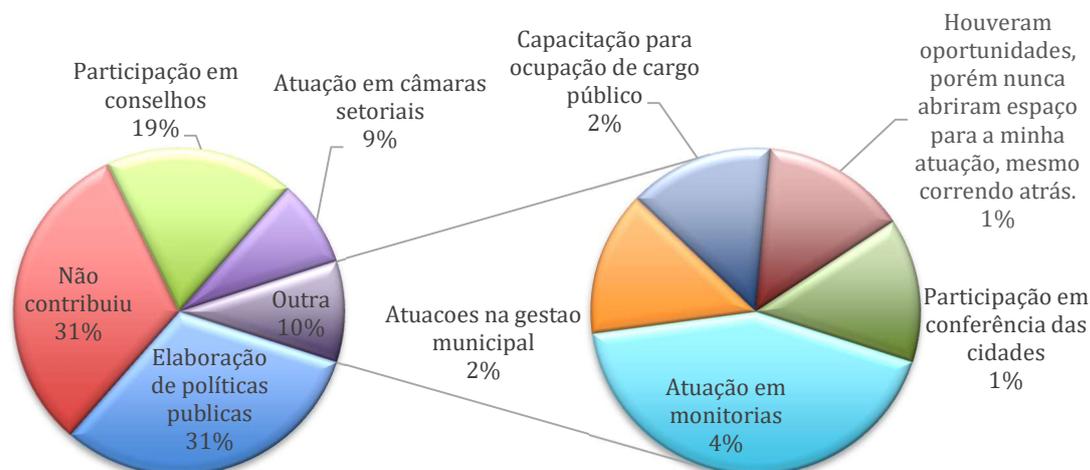
Em referência à contribuição do Programa para melhorar os conhecimentos do egresso acerca do impacto social que envolve uma política pública, 79,31% relataram que o Programa contribuiu muito. Para 18,97% dos entrevistados essa contribuição foi parcial e 1,72% considerou que o Programa contribuiu pouco, conforme se verifica no Gráfico 18.

**Gráfico 18** – Contribuição do Programa para melhorar a visão e conhecimento acerca do impacto social que envolve uma política pública



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ao serem consideradas as contribuições do Programa para ampliar o nível de participação e atuação dos egressos em atividades relacionadas à área do Programa, 37,9% dos respondentes consideraram que não houve contribuição, 37,9% reconheceram que essa contribuição se deu através da elaboração de políticas públicas, 22,4% pontuaram uma contribuição através de participação em conselhos, 10,3% passaram a atuar em câmaras setoriais. As demais contribuições mencionadas, representaram menos de 2% cada uma e encontram-se expressas no Gráfico 19.

**Gráfico 19** – Contribuição do Programa para ampliar o nível participação social

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em relação à continuidade dos estudos e participação em programas de doutorado: 77,59% informaram que ainda não ingressaram, mas pretendem fazê-lo futuramente; 13,79% encontram-se cursando; 6,9% não ingressaram e não tem pretensão de realizá-lo; e apenas 1,72% já concluiu o Doutorado, conforme Gráfico 20.

**Gráfico 20** - Ingresso em programa de doutorado e *status* atual

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Percebe-se em relação a esses dados que apesar de incipiente o número de doutores titulados, existe a pretensão de inserção em programas de doutorado por parte dos alunos egressos

pesquisados, essa realidade pode estar associada à exigência de percentual de doutores nas faculdades e universidades como critério de avaliação da CAPES ou, conforme Moreira e Velho (2012), à valorização do título de doutorado nos processos seletivos do setor público.

Por outro lado, esses dados refletem as especificidades próprias do mestrado profissional, em que o principal objetivo não se concentra na formação de docentes universitários, mas na lapidação de profissionais para agregarem conhecimentos nas suas respectivas atividades profissionais.

Diante da possibilidade de sugerir melhorias, os egressos abordaram diversas questões a serem analisadas e revisitadas pela Coordenação, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do Programa. Monteiro (1988) aponta que os egressos, quando solicitados a opinar sobre o curso que realizaram, adotam uma perspectiva particular que envolve, minimamente, dois importantes aspectos: não mais pertencem ao curso em análise e, em sua maioria, encontram-se inseridos no espaço profissional, o que os apropria de experiência na área. Nesse sentido, suas considerações figuram-se oportunas, uma vez que retratam uma realidade vivenciada, podendo contribuir para o aprimoramento das ações para os atuais e futuros discentes.

Dentre as problemáticas apresentadas foi pontuada a necessidade de se aprofundar nas técnicas de Gestão de Políticas Públicas, através da proposição de uma grade curricular com disciplinas correlacionadas com a realidade profissional vivenciada nos órgãos públicos. Especificamente, foi sugerida a abordagem de temas como administração pública, contratos de gestão, licitações, gestão pública gerencial e políticas setorializadas (econômica, fiscal, social etc.).

Essa necessidade de ajustes coaduna com a discussão proposta por Castro (2003), ao defender que os estudos com egressos possibilitam a adequação e substituição de componentes curriculares dos cursos, conforme as demandas profissionais vão sendo alteradas, contribuindo para que a formação acadêmica permaneça alinhada às necessidades do mercado de trabalho.

Também nessa perspectiva, foi levantada a necessidade de se promover uma atualização contínua dos temas de debate e incluir a discussão de questões emblemáticas como raça, gênero e sexualidade.

Os respondentes mencionaram ainda a necessidade de harmonizar teoria acadêmica e prática profissional, surgindo um apelo por oferta de componentes com o olhar mais prático, abordando problemáticas atuais e propor soluções imediatas. Contrapondo essa demanda apresentada, Brom (2006) compreende que o egresso, quando dotado unicamente de

conhecimento instrumental, de utilização imediata, está condenado a uma curta vida profissional. Nesse sentido, compreende-se que a universidade que habilita os seus alunos apenas para o atendimento das necessidades mais urgentes do mercado, direciona os seus ensinamentos para uma realidade extremamente efêmera.

Ao refletir acerca desta questão, Pereira (2008) analisa que não se pode refutar a formação básica, voltada para desenvolver a pesquisa, a criatividade, a capacidade de pensar autonomamente, nem a formação geral, que busca o saber integrado, a articulação do conhecimento global do indivíduo, questões éticas e sociais, em detrimento de conteúdos meramente profissionalizantes. A autora reconhece, entretanto, as contribuições de cada área do conhecimento na busca por soluções para o campo profissional.

As vertentes seguidas por Brom (2020) e Pereira (2008) direcionam-nos a uma reflexão acerca da necessidade de implementação da dimensão da prática, especificamente no contexto de um Programa de Mestrado na modalidade Profissional, cuja ênfase é políticas públicas e segurança social, um tema que afeta, direta ou indiretamente, a vida de todos os cidadãos, tão abrangente que envolve ações políticas em todas as esferas do governo, qualquer que seja o ente federativo, das diversas localidades do país ou classes sociais.

Sem dúvida, o contexto amplo que envolve a ênfase do Programa requer bases bastante fundamentadas de formação básica e geral, além de demandar a imersão em práticas profissionais inovadoras e articuladas com as demandas do mercado de trabalho. Afinal, dentre outros objetivos, o Programa propõe-se a “desenvolver nos seus egressos competências de intervenção qualificada nos diferentes setores da administração pública” (UFRB, 2010). Sendo assim, é necessário realizar frequentemente uma avaliação das habilidades desenvolvidas buscando compatibilizar a formação às demandas do mercado de trabalho.

Em relação ao corpo docente também foi mencionada a necessidade de adotar métodos mais atualizados e com visão mais prática, uma vez que foi evidenciado pelos egressos que nem todos os professores do Programa estão realmente envolvidos com políticas públicas.

Sobre esse aspecto, a pesquisa de Miranda Pazello e Lima (2015) também sinalizou que o afastamento entre os conteúdos dados em aula e a realidade do mercado é uma das principais limitações dos cursos apresentadas por seus egressos. Nesse sentido, torna-se preponderante que se busque promover uma constante adequação entre conteúdos abordados em sala com vistas a refletir aspectos concretos do campo profissional.

Na oportunidade, foi ainda assinalada a necessidade de incentivo às publicações científicas de estudantes e egressos, incluindo organização de obras em parceria com os docentes. Além disso, foi mencionado ainda o desejo de materialização dos produtos do metrado que, segundo os egressos, muitas vezes carecem de apoio.

A oferta de Doutorado na área do Programa também foi uma demanda pontuada, correspondendo a uma reivindicação bastante reiterada pelos egressos. Para tanto, torna-se necessário o planejamento e desenvolvimento de ações articuladas que colaborem para a expansão do curso e, conseqüente progressão, uma vez que se trata de um critério da Avaliação Quadrienal da CAPES o alcance da nota mínima de 4 para oferta de Doutorado.

O questionário aplicado revelou também o desejo de maior participação dos egressos nas atividades do Programa, seja com apresentação de trabalhos, relatos de experiência, entre outros, sendo pontuada a necessidade de organização de eventos que incluam os egressos, com sugestão de, pelo menos, uma reunião a cada ano, com o objetivo de integrar, estimular pesquisas e publicações e impulsionar aqueles que desejam seguir para o doutorado.

Esse anseio dos entrevistados converge com o pensamento de Teixeira (2015) ao afirmar que é imprescindível que uma instituição de ensino estabeleça e mantenha uma boa relação com seus alunos e egressos, de forma a consolidar os relacionamentos e envolvê-los na tomada de decisão. UEL (2006) considera que, para os egressos, os ganhos são também relevantes, uma vez que promove uma reaproximação com a estrutura universitária, possibilitando fomentar seu aprimoramento profissional, por meio da inclusão em um banco de currículos ou através da aquisição de informações sobre o mercado de trabalho ou, ainda, pela possibilidade de atualizar os conhecimentos profissionais.

Outra questão mencionada foi a necessidade de aprimoramento na recepção dos estudantes ingressos, sugerindo-se que a coordenação do Programa promova uma melhor apresentação e orientação aos estudantes, direcionando-os na atuação acadêmica e produção científica, além de procedimentos e regulamentos aos quais estarão submetidos no decorrer do curso.

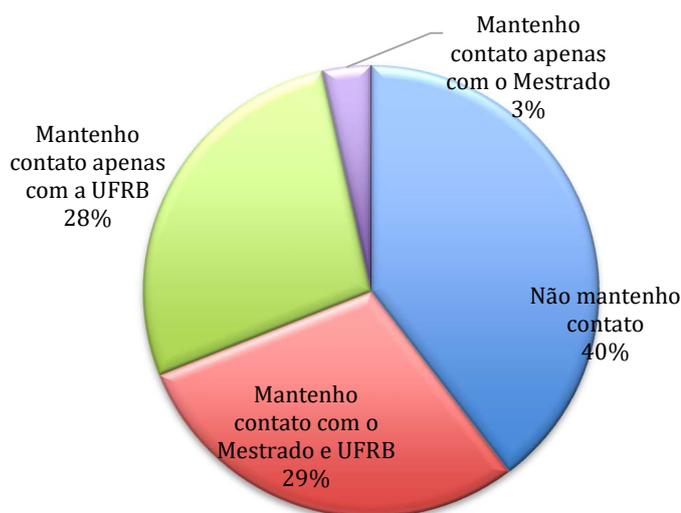
Tendo em vista as contribuições advindas dos egressos do Programa, através do preenchimento do formulário de pesquisa, evidencia-se que a busca da qualidade implica ouvir críticas e sugestões que podem alavancar as mudanças necessárias para o engrandecimento e fortalecimento da instituição. De fato, o egresso é um indivíduo que pode avaliar o curso plenamente, pois participou de todo o percurso, conhece bem seus pontos fortes e fracos e vivencia os efeitos da formação no contexto profissional.

### 5.3.3 Política de acompanhamento

Esta sessão foi composta por 5 questões, através das quais buscou-se verificar o nível de contato que atualmente é mantido entre o Programa e seus egressos e a necessidade da implantação de uma política de acompanhamento, sob a óptica do próprio egresso. A compreensão de como se dá esse relacionamento é crucial para que sejam realizadas reavaliações e adequações nas políticas educacionais, com vistas a fomentar melhorias para os atuais e futuros alunos, além de otimizar os conhecimentos e habilidades profissionais dos egressos.

Ao serem questionados quanto ao contato mantido, 40% dos egressos informaram não manter qualquer tipo de contato nem com o Programa e nem com a UFRB, 29% disseram manter contato tanto com o Programa quanto com a UFRB, 28% afirmaram estabelecer contato apenas UFRB e 3% responderam que mantém contato apenas com Programa, conforme apresentado no Gráfico 21.

**Gráfico 21** - Contato mantido entre o PPGGPPSS/ UFRB e o egresso

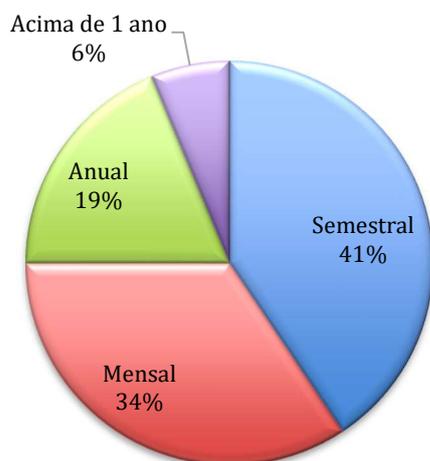


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Percebe-se, com base nos dados apresentados, que existe um percentual considerável de egressos que não mantém qualquer tipo de contato com o Programa e/ou com a Instituição, evidenciando que um longo caminho precisa ser percorrido e muitas ações precisam ser implementadas tanto pelo Programa, quanto institucionalmente com vistas a promover uma maior integração entre a Universidade e seus egressos pois, conforme Pena (2008), ao realizar o acompanhamento de egressos as universidades despertam para a própria realidade, podendo estabelecer estratégias para superar obstáculos e desenvolver uma educação empreendedora.

Em relação aos que afirmaram manter algum tipo de contato, 40,6% disseram manter um contato semestral, 34,3% declararam que estabelecem uma comunicação mensalmente, 18,8% manifestaram uma frequência anual e 6,3% dos entrevistados mantêm contato em interstício superior a um ano, conforme Gráfico 22.

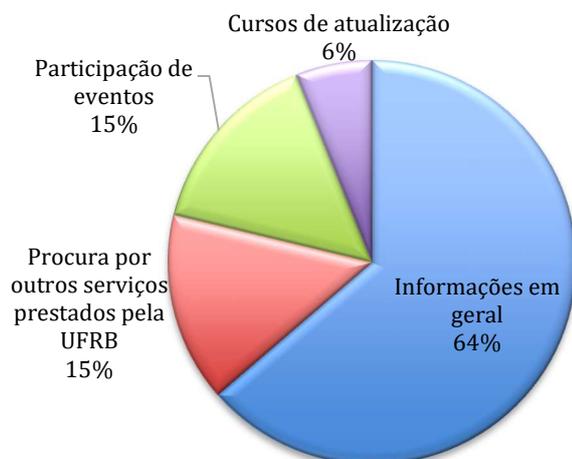
**Gráfico 22** – Frequência de contato entre o PPGGPPSS/ UFRB e o egresso



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Conforme os dados apresentados, ficou constatado um percentual alto para a manutenção de contato semestral e mensal. Essa é uma informação muito relevante pois, conforme Ingram et al. (2005) uma das dificuldades de manutenção de contato contínuo com ex-alunos consiste no fato de que o público é composto por estudantes adultos que trabalham em tempo integral que, em sua maioria, precisam dividir o tempo entre família e outras tantas responsabilidades, minimizando o tempo disponível para dedicar-se a este tipo de relação.

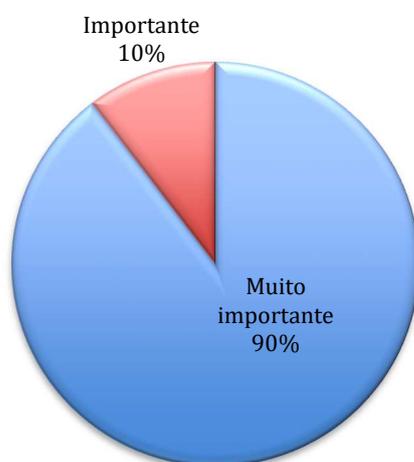
Em relação a qual o tipo de contato estabelecido, 63,6% disseram tratar-se de informações de caráter geral, 15,2% informaram que o contato mantido refere-se à participação em eventos, 15,2% declararam procurar a UFRB para tratar de outros serviços prestados pela Instituição e 6,1% indicaram que o contato mantido se dá em virtude de participação em cursos de atualização, conforme evidenciado no Gráfico 23.

**Gráfico 23** – Tipo de contato entre o PPGGPPSS/ UFRB e o egresso

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

É de fundamental importância conhecer o nível de contato da comunicação estabelecida entre Programa e egressos, por isso deve-se observar atentamente os conteúdos permutados nesses momentos com vistas a buscar desenvolver uma comunicação em que haja realmente uma troca positiva de informações onde o egresso, por exemplo, requalifique seus conhecimentos e participe ao Programa atualizações curriculares ou produções científicas.

Os dados apontaram que 90% dos egressos consideraram muito importante a implantação de uma política de acompanhamento dos estudantes egressos e 10% consideraram-na importante. Nenhum dos participantes considerou sem importância o acompanhamento de egressos, conforme Gráfico 24.

**Gráfico 24** – Implantação de uma política de acompanhamento de egressos

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em relação à importância de se promover a política de acompanhamento, Both (1999) acredita se tratar de um componente fundamental também para a universidade, tendo em vista que o aluno que passou pela instituição pode avaliar, de forma mais concreta, a contribuição que o curso proporcionou para o desempenho de suas funções.

Os dados desta pesquisa apontam as ações de acompanhamento que os egressos consideram mais relevantes e que, de acordo com suas opiniões, podem ser mais efetivas para propiciar um relacionamento vantajoso tanto para o Programa quanto para seus egressos. Essas ações podem se converter, conforme Michelan et al. (2009), em benefícios como: estágio e intercâmbio para os alunos, contratação de formandos para *trainee*, celebração de parcerias com empresas e empregadores, auxílio a programas sociais, incentivos às ações de voluntariado, gestão de grupos, turmas e salas de discussão de egressos, participação em grupos de pesquisa e projetos de extensão, retorno à IES para estudar em cursos de capacitação e/ou atualização.

Em termos de compreensão sobre a forma mais efetiva para promover esse relacionamento entre Programa e egressos, a proposta de integrar o egresso à comunidade acadêmica através de convites para participação em eventos promovidos pela Universidade foi reconhecida como muito importante por 65,6% dos participantes, 32,8% julgaram a ação importante e 1,7% consideram-na sem importância. vide Gráfico 25.

**Gráfico 25** – Convites para participação em eventos acadêmicos, artísticos, culturais e esportivos



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No que se refere a ação de disponibilizar ao egresso informações relativas ao seu percurso acadêmico, como histórico escolar, declarações ou demais dados de interesse do egresso 52% consideraram a ação muito importante, 41% julgaram a ação importante, 5% julgaram-na sem

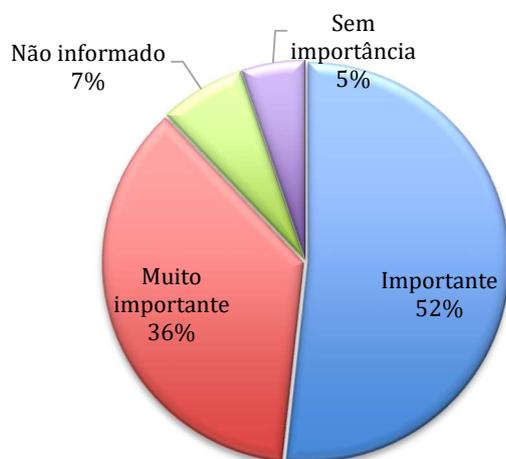
**Gráfico 26** - Disponibilizar ao egresso dados sobre o seu percurso acadêmico



importância e 2% não opinaram, conforme mostra o Gráfico 26.

Ao opinarem acerca da implantação de uma ferramenta própria para subsidiar o Programa de Acompanhamento do Egresso, 52% consideraram uma proposta importante, 36% julgaram a ação muito importante, 5% consideraram-na sem importância e 7% não proferiram opinião, conforme pode ser visualizado no Gráfico 27.

**Gráfico 27** - Implantação de uma ferramenta para subsidiar o Programa de Acompanhamento do Egresso



Os autores Silva e Bezerra (2015) defendem a importância de se desenvolver sistemas informatizados de acompanhamento de egressos como uma forma de extrair da comunidade acadêmica informações relevantes que possam contribuir com a integração entre a instituição e a sociedade. Destaca-se que essa comunicação precisa ocorrer de forma permanente para que seja realmente efetiva.

Em relação à divulgação de conquistas, premiações e produção acadêmica, artística e literária de egressos, 55,1% consideraram-na como uma ação muito importante a ser desenvolvida, 41,4% avaliaram como importante e 3,5% reputaram-na pouco importante, conforme apresentado no Gráfico 28

**Gráfico 28** - Divulgar conquistas, premiações e produção acadêmica, artística e literária de egressos



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ao serem questionados acerca da importância atribuída a ação de divulgar notícias dos egressos no site, 48,2% consideraram-na importante, 43,1% julgam como uma ação muito importante e 8,7% consideraram uma ação sem importância, conforme Gráfico 29.

**Gráfico 29** - Divulgar notícias dos egressos no site



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

De um modo geral, conforme Queiroz (2014), a maioria dos portais do egresso geridos pelas Universidades apresentam limitações que dificultam ou não motivam a participação dos usuários, isso fica evidenciado através de páginas indisponíveis ou em manutenção, notícias antigas e desatualizadas, pouca interatividade, entre outros. Acredita-se que esses sites ou portais apresentem uma visão de como os egressos são tratados institucionalmente, daí a necessidade de convertê-los numa ferramenta de integração acadêmica e reconhecimento da importância do egresso para a instituição.

No que se refere à ação de promover a atualização acadêmica para os ex-alunos através da oferta de cursos, seminários e palestras direcionadas à complementação profissional, 60,3% reconhecem como muito importante, 38% consideram importante e 1,7% preferiram não opinar, conforme pode ser observado no Gráfico 30.

**Gráfico 30** - Oferta de cursos, seminários e palestras ao egresso

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Acredita-se que proporcionar essa atualização acadêmica aos egressos represente uma das ações mais importantes em uma política de acompanhamento visto que, conforme aponta Teixeira (2002) as mudanças que vem ocorrendo no mercado de trabalho exigem muita flexibilidade, capacitação contínua e desenvolvimento constante de novas habilidades. Os resultados da pesquisa assinalam a abrangência do conhecimento nos âmbitos profissional, pessoal e social dos egressos.

#### 5.3.4 Contribuições do PPGGPPSS

Atendendo aos pressupostos de um mestrado na modalidade profissional, cujo foco encontra-se direcionado para a formação em âmbito profissional, o PPGGPPSS vem agregando inúmeras contribuições aos seus egressos, tanto em termos profissionais quanto acadêmicos, conforme pode-se constatar ao analisar os dados presentes nesta pesquisa, cujas informações coadunam para o atendimento do objetivo específico 3 deste Relatório: verificar as contribuições do PPGGPPSS para a atuação profissional e formação acadêmica dos seus egressos.

A análise dos objetivos previamente propostos em contraposição às experiências dos egressos é uma forma de verificação do curso, possibilitando uma resposta acerca da capacitação dos seus estudantes para uma prática profissional avançada e transformadora (MACIEL e NOGUEIRA, 2012). Nessa perspectiva, o PPGGPPSS, propõe-se a:

1. Criar condições e fornecer instrumentos para uma reflexão permanente sobre a realidade da gestão pública estadual e municipal.
2. Preparar profissionais para uma atuação qualificada e adequada às novas demandas da Gestão Pública (sic).

3. Desenvolver nos seus egressos competências de intervenção qualificada nos diferentes setores da administração pública.
4. Aprofundar o debate e a reflexão sobre as principais teorias sociais contemporâneas acerca do desenvolvimento, regional incorporando a problemática ambiental dentro de uma perspectiva multidisciplinar.
5. Analisar a pobreza e as formas de uso e apropriação do espaço rural, da agricultura.
6. Enfatizar estudos sobre as mediações e os agentes sociais envolvidos em dinâmicas socioambientais no espaço regionais, rural e urbano. g) Competência de intervenção qualificada nos diferentes setores da gestão pública (APCN, 2010).

Sendo assim, o levantamento dos contributos do Programa para o egresso perpassa pela verificação de atendimento de seus objetivos, previamente definidos. Nesse contexto, a pesquisa aponta que: 89,7% consideraram contemplado o objetivo de criar condições e fornecer instrumentos para uma reflexão permanente sobre a realidade da gestão pública estadual e municipal; 65,5% apontaram como atendido o objetivo de preparar profissionais para uma atuação qualificada e adequada às novas demandas da Gestão Pública; 62,1% julgaram cumprido o objetivo de desenvolver nos seus egressos competências de intervenção qualificada nos diferentes setores da administração pública.

Em relação ao objetivo de aprofundar o debate e a reflexão sobre as principais teorias sociais contemporâneas acerca do desenvolvimento regional, incorporando a problemática ambiental dentro de uma perspectiva multidisciplinar, 56,9% apontaram que o Programa cumpre o quesito. 19% opinaram pelo cumprimento do objetivo de analisar a pobreza e as formas de uso e apropriação do espaço rural e da agricultura. 34,5% avaliaram como atendido o objetivo de contribuir com o desenvolvimento de estudos sobre os agentes sociais envolvidos em dinâmicas socioambientais no espaço regional, rural e urbano, conforme pode ser verificado no Gráfico 31.

**Gráfico 31** - Objetivos do Mestrado considerados atendidos

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Nesse sentido, ao proceder a uma releitura dos dados apresentados no Gráfico 31, é possível constatar que mais de 50% dos egressos, consideram atendidos pelo menos 4, dentre os 6 objetivos propostos pelo Programa, de modo que se tornam evidenciados os aspectos contributivos do Programa em termos acadêmico e profissional.

Tendo em vista a percepção das contribuições do programa, é possível considerar como parâmetros os dados relativos aos resultados dos conhecimentos adquiridos, à avaliação dos conhecimentos teóricos e disciplinas oferecidas, além do atendimento às expectativas dos egressos, sinalizando uma perspectiva assertiva do Programa.

Os resultados encontrados acerca da aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos também sinalizam que o programa vem contribuindo com os egressos em seus aspectos profissionais. Porém, tendo em vista as diversas ponderações observadas na pesquisa, acerca da necessidade de que o PPGGPPSS adote um viés mais prático, considerando questões salutaras do ambiente de trabalho, acredita-se que o Programa deva rever sua matriz curricular para alinhar-se às novas demandas e majorar seu nível de contribuição profissional. O aspecto financeiro também representa um campo de análise acerca das contribuições do Programa. Ao realizar uma correlação entre os dados, é possível constatar que, sendo a grande maioria dos egressos servidores públicos, inseridos no contexto de incentivos governamentais voltados à

capacitação, o PPGPPSS contribui significativamente para incremento da renda desses egressos.

Considerando ainda o quantitativo de servidores públicos, egressos do Programa, torna-se importante pontuar as contribuições em termos de qualificação desses agentes, agregando qualidade à prestação dos serviços no setor público. É possível ainda ponderar essas contribuições em relação a própria Instituição, tendo em vista o percentual considerável de estudantes egressos, servidores da Universidade, capacitados pelo Programa. O que se mostra emergente, entretanto, é a adoção, por parte da Universidade, de critérios de mensuração do retorno dos investimentos em qualificação desses servidores.

Importante destacar também a contribuição do Programa em nível estadual e para o território de identidade no qual encontra-se inserido e para o qual propõe, na moldura conceitual, a inclusão da Ciência, Tecnologia e Inovação como pressuposto para o desenvolvimento (APCN, 2010). Ao identificar que 100% dos egressos do Programa residem no Estado da Bahia, sendo que uma parcela considerável fixa moradia no Recôncavo Baiano, é possível constatar que os gestores de políticas públicas formados pelo PPGPPSS, vem atuando e contribuindo para o desenvolvimento territorial e estadual.

Se, por um lado, os resultados apontam uma considerável contribuição acadêmico-profissional aos egressos do Programa, por outro lado, é válido pontuar que essas contribuições poderiam ser ampliadas de forma significativa caso fosse adotadas ações direcionadas ao acompanhamento desses egressos, uma vez que tais ações se refletem não apenas individualmente, mas proporcionam notória repercussão em toda a sociedade.

## 6 ORIENTAÇÕES PARA A POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DO PPGGPPSS

O presente capítulo corresponde à materialização de todo o arcabolo dos estudos e pesquisas realizados, de modo que refere-se efetivamente ao produto final do curso de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social representando, conforme Silveira e Pinto (2005), um importante diferencial para a sociedade e para o próprio mestrando, tendo em vista sua ênfase na adição de valor social ao mercado de trabalho e à comunidade, com foco na profissionalização e gestão social, empresarial, tecnológica e cultural.

As orientações apresentadas a seguir foram elaboradas com base na literatura consultada e na pesquisa realizada com as universidades federais brasileiras, mas, principalmente com base nas informações colhidas através da aplicação do questionário eletrônico, que possibilitaram identificar a contribuição do PPGGPPSS para a atuação profissional e formação acadêmica dos seus egressos.

Esse diagnóstico representa um importante aliado que contribui para o autoconhecimento e possibilidade de se ter um *feedback* acerca da formação ofertada, tornando possível a formulação de políticas para superação de dificuldades e otimização dos resultados do Programa. Nessa perspectiva, Lousada & Martins (2005, p. 74) concordam que “[...] conhecer o que fazem (os egressos) como profissionais e cidadãos e suas adequações aos setores em que atuam, possibilita uma reflexão crítica sobre a formação e sua relação com as necessidades do mercado de trabalho”.

Deste modo, o conjunto de orientações propostas fundamenta-se tanto em considerações de caráter geral, ao buscar compreender as discussões existentes relacionadas ao tema, quanto em análises de caráter muito específico, baseadas nas devolutivas dos egressos do próprio Programa. Isso reveste o instrumento proposto de uma natureza singular, situando-o numa dimensão muito próxima da realidade e possibilitando a construção de uma política realmente assertiva.

Ao compreender uma política de acompanhamento de egressos como “um processo contínuo e sistemático que demanda revisões periódicas, favorecendo ações inovadoras e mudanças curriculares que incitem o interesse por uma educação permanente e/ou continuada” (UFCA, 2019. p. 9), torna-se perceptível que uma política realmente efetiva deve incluir desde os ingressos no Programa, seguir acompanhando todo o percurso acadêmico e permanecer acompanhando os egressos, cooperando em suas jornadas acadêmica e profissional. Nesse

prisma, propõe-se que a política de egressos do PPGGPPSS fundamente-se em orientações, escalonadas conforme as seguintes etapas:

## 6.1 INGRESSO

Essa fase refere-se ao momento de entrada do mestrando no Programa, após sua matrícula no curso. Nesta etapa espera-se que seja avaliada a experiência prévia do aluno, de modo a servir de parâmetro para análise futura do quanto o Programa incrementou nas esferas acadêmica e profissional, além de possibilitar uma maior integração entre toda a comunidade acadêmica.

Nesse momento, a orientação é que sejam desenvolvidas as primeiras ações com vistas a recepcionar e orientar corretamente esses estudantes. Dentre essas ações sugere-se a inclusão, no cronograma do curso, de um evento introdutório, no qual esteja previsto palestras, oficinas e dinâmicas de integração, com duração estimada entre dois e três dias, organizado pela Coordenação do Programa, com a participação de professores, estudantes, egressos, membros do Colegiado, representantes da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação, Criação e Inovação - PPGCI e do Comitê de Ética e outros convidados que possam auxiliar no atendimento dos seguintes objetivos:

- Apresentar a Instituição e o Programa ao aluno ingresso, bem como os procedimentos e regulamentos a que o mestrando estará submetido durante o curso;
- Despertar no ingresso o sentimento de pertencimento à Universidade;
- Proporcionar um contato inicial com mestres egressos do PPGGPPSS, como forma de promover uma visão mais ampla do Programa e estimular a troca de conhecimentos;
- Apresentar os principais trâmites envolvidos na produção e publicação de obras e a sua importância para agregar conhecimento ao mestrando e colaborar com o desempenho do Programa;
- Despertar no ingresso a importância da participação em grupos de estudo e pesquisa;
- Apresentar os procedimentos necessários para submissão de pesquisa ao comitê de ética.

## 6.2 CONCLUSÃO DAS DISCIPLINAS/ ATIVIDADES CURRICULARES

Nesta etapa defende-se a realização de uma avaliação imediatamente posterior a conclusão da disciplina/ atividade curricular, possibilitando uma atuação mais eficiente por parte da Coordenação do Programa em promover eventuais adequações que se façam necessárias. Acredita-se que uma avaliação realizada nesse momento, no qual a vivência é muito recente, seja capaz de resgatar aspectos importantes acerca dos conhecimentos adquiridos e

metodologias adotadas que, caso fosse realizada posteriormente, poderiam não mais ser ponderados pelos mestrandos.

Sugere-se que essa avaliação seja realizada através da aplicação de um questionário semiestruturado, onde todos os mestrandos sejam convidados a contribuir, podendo ser aplicado de forma presencial ou eletrônica, contendo questões que devem ser respondidas para cada disciplina cursada ou atividade, com foco nos seguintes objetivos:

- Avaliar os conhecimentos e as experiências adquiridos em cada disciplina, individualmente, sua contribuição, bem como a metodologia docente, conformidade do conteúdo e procedimentos avaliativos;
- Avaliar o conjunto das disciplinas ofertadas, considerando a ausência de componentes não ofertados e que sejam considerados importantes para os mestrandos e/ou a dispensabilidade de componentes ofertados que se mostrem pouco importantes ou de relevância secundária;
- Avaliar o nível de aprendizado e aprovação dos mestrandos em cada disciplina, com vistas a se considerar os locais, dias e horários em que os componentes foram ofertados e a necessidade de futuras adequações com vistas a otimizar o aprendizado do discente;
- Realizar uma autoavaliação do mestrando, buscando-se identificar o seu nível de compromisso com as atividades propostas, as leituras sugeridas e produção acadêmica.

Ainda em relação a esta fase de avaliação das disciplinas, dada a importância das produções científicas, sugere-se que o Programa adote a sistemática ou torne obrigatória a publicação de pelo menos um trabalho em cada disciplina compondo, inclusive, a prática avaliativa, podendo ser no formato de artigos científico ou de revisão, *working papers*, informes científicos ou resenha crítica. Essa ação, visa desenvolver no mestrando a habilidade de produzir trabalhos que se enquadrem nos critérios exigidos para publicação.

À primeira vista essa ação pode mostrar-se uma sobrecarga para os estudantes, envolvidos com as atividades das disciplinas e submetidos a um intenso volume de leituras. Entretanto, tal ação, visa auxiliar o mestrando no processo de produção acadêmica, uma vez que os próprios professores podem orientar a produção, contribuindo também com o desenvolvimento da pesquisa de conclusão. Além disso, objetiva-se incluir o estudante no universo das publicações, intensificando a produção científica em termos quantitativos e qualitativos e contribuindo para a trajetória acadêmica e profissional do estudante, inclusive, após a diplomação.

### 6.3 TITULAÇÃO

Nessa etapa, propõe-se que sejam avaliados os conhecimentos e habilidades adquiridos até a titulação, em seus aspectos teórico e prático. Recomenda-se que este processo avaliativo seja realizado através de um questionário, a ser aplicado no momento em que o mestrando apresenta a versão final da sua pesquisa. Através da aplicação desse instrumento pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

- Avaliar o processo de desenvolvimento e conclusão da pesquisa;
- Avaliar o produto científico oriundo do Mestrado e viabilizar possíveis encaminhamentos que possibilitem a implantação do produto ou utilização da pesquisa como subsídio;
- Buscar estratégias de acompanhamento da aplicabilidade do produto, resultado da pesquisa, no locus de trabalho e/ou setores da sociedade;
- Avaliar o impacto social do produto, resultado da pesquisa, desenvolvido durante o Mestrado.

Considerando que, após a conclusão das disciplinas e atividades curriculares, os mestrandos mergulham num período de pesquisas, elaboração de trabalho de conclusão e desenvolvimento de produtos, momento em que muitas vezes o contato com colegas se torna mínimo ou quase inexistente, aponta-se a necessidade de programar um evento de encerramento das atividades obrigatórias do Programa, a ser organizado pela Coordenação do Programa, após o período limite para depósito da versão final dos trabalhos, com a participação dos novos mestres, professores, membros do colegiado, egressos e outros convidados que contribuam para o alcance dos objetivos do evento, quais sejam:

- Estreitar os laços entre os novos mestres;
- Socializar os resultados das pesquisas e produtos desenvolvidos pelos novos mestres;
- Socializar conhecimentos e experiências acadêmicas e profissionais que possam ser relevantes para a coletividade do Programa;
- reafirmar o sentimento de pertencimento à Universidade;
- Reiterar a importância da continuidade das produções científicas tanto para o Programa quanto para os novos mestres e a necessidade de atualização periódica do curriculum na Plataforma Lattes;
- Estimular a formação de grupos de estudo e grupos de pesquisa entre os que possuem objetos de estudo e interesses afins.

#### 6.4 EGRESSO

Essa etapa incumbe-se de estabelecer um vínculo contínuo entre o Programa e seu egresso, possibilitando que ambos logrem os benefícios desse relacionamento. Nessa fase, propõe-se que sejam avaliados, através da aplicação de questionário, até 1 ano após a titulação, os efeitos práticos da formação recebida, aumento remuneratório decorrente da titulação, produções científicas, continuidade da pesquisa, interesse de ingressar em Doutorado, dentre outras questões que possam ser relevantes para delinear a realidade do egresso pós-titulação.

Além disso, é necessário que se promova, anualmente, um evento extensivo a toda comunidade do Programa, com o objetivo de:

- Promover interação contínua entre PPGPPSS, mestrandos e egressos, onde seja viabilizada a troca de conhecimentos e experiências;
- Estimular a continuidade das produções e publicações científicas;
- Estimular a educação continuada, através de palestras, cursos de capacitação complementar e atividades de extensão.

A proposta é que o Programa conheça o perfil de seus egressos, mantenha-se atualizado sobre o percurso acadêmico e profissional de cada mestre e utilize suas ponderações para promover o aperfeiçoamento do curso, em contrapartida que viabilize que esses profissionais se mantenham integrados e constantemente informados acerca de cursos de capacitação continuada e eventos promovidos pela Universidade e parceiros. Quanto aos egressos, espera-se que estes assumam o compromisso com a continuidade e fortalecimento do Programa, através do desenvolvimento de pesquisas e produtos profissionais, e da produção e publicação científica.

Isso pode ser viabilizado através da criação de uma ferramenta própria, com base de dados atualizada, na qual sejam reunidas as informações essenciais sobre os egressos e seja possível migrar instantaneamente as atualizações do curriculum na Plataforma Lates. Para tanto, é necessário realizar uma articulação com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação - COTEC, buscando-se estabelecer todos os parâmetros necessários e concretizar a implantação da ferramenta. Essa mobilização deve incluir também a participação da PPGCI e da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação - CPPG, uma vez que o esforço para criação da política de egressos pode ensejar sua utilização pelos demais Programas de pós-graduação da Instituição.

Acredita-se que as orientações acima elencadas possam, a curto prazo, reverberar em um conjunto de ações do Programa com vistas a fortalecer efetivamente o relacionamento com

seus egressos. A médio ou longo prazo, caso venha a ser aprovada uma política institucional de acompanhamento de egressos, tais orientações podem vir a ser basilares para se projetar um plano de ações para implantação da política no âmbito do Programa, sendo possível, inclusive uma expansão da pesquisa para que estas orientações possam ser moldadas à realidade de outros programas na UFRB, ou mesmo assumir amplitude institucional.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de políticas voltadas ao acompanhamento dos estudantes egressos é um caminho a ser percorrido pelas instituições de ensino que almejam cumprir com excelência sua missão na formação profissional. Para os cursos de pós-graduação, é impensável galgar padrões elevados de qualidade sem contar com a contribuição desses agentes, tanto por representar critério de avaliação da CAPES, quanto por sua importante colaboração no aprimoramento dos programas.

Contudo, a RSL realizada visando identificar estudos sobre a política de acompanhamento de egresso da pós-graduação, primeiro objetivo específico do presente trabalho, revelou que ainda é ínfima a quantidade de estudos publicados no contexto da pós-graduação, em que o vínculo entre universidade e egresso seja abordado como ferramenta de avaliação, evidenciando-se a necessidade de estudos específicos mais aprofundados.

Se, no campo das pesquisas, o acompanhamento de egressos ainda é bastante incipiente, em termos de prática institucional, a pesquisa com as universidades federais brasileiras, realizada com vistas a mapear e caracterizar as políticas de acompanhamento de egresso da pós-graduação existentes nas UFs do Brasil, segundo objetivo específico deste Relatório, sinalizou uma escassez nacional de marcos normativos da política.

Na UFRB, primeira universidade federal do interior da Bahia, instituída há 16 anos, a criação de instrumentos que possibilitem o acompanhamento dos estudantes egressos está prevista desde o seu primeiro PDI (2010 a 2014), contudo somente em 2021 foi dado um passo mais efetivo no sentido de se estabelecer elementos para a regulamentação de uma política direcionada aos egressos, em âmbito institucional.

Seguindo a mesma perspectiva, também o PPGPPSS, após onze anos de existência, ainda não possui um marco normativo que norteie o acompanhamento de seus 148 mestres em gestão de políticas públicas e segurança social. Por um lado, esse número representa um quantitativo de egressos que detém informações importantes sobre o Programa e poderiam estar contribuindo com trabalhos e publicações científicas, pontuando na avaliação da CAPES e colaborando com o aprimoramento do Programa. Por outro lado, esse número representa também a quantidade de profissionais formados, esquecidos pelo Programa e pela Universidade e que podem estar precisando do auxílio acadêmico para prosseguir nos estudos e/ou manter a constante capacitação exigida pelo mercado de trabalho.

Desde a sua criação, o PPGGPPSS mantém-se estagnado com a nota 3 na avaliação da CAPES. É claro que existem vários outros parâmetros que compõem essa nota, contudo, deve-se considerar a inexistência de uma política de egressos no Programa como um possível fator crítico para a manutenção dessa média, de modo que esse deve ser um elemento a ser considerado e priorizado em qualquer tentativa de majorar esse resultado.

A verificação das contribuições do PPGGPPSS para a atuação profissional e formação acadêmica dos egressos, terceiro objetivo específico do presente trabalho, evidenciou satisfação com a formação recebida, sinalizando que o PPGGPPSS vem cumprindo com seus objetivos e contribuindo para a formação qualificada de gestores de políticas públicas e segurança social no território do Recôncavo e em âmbito estadual. A pesquisa apontou, entretanto, pontos críticos do Programa, indicando a necessidade de adequações em diversos aspectos.

Ainda sob o prisma dos egressos, percebe-se uma grande demanda por doutorado na área do Programa. Contudo, para que o PPGGPPSS consiga desenvolver-se é necessário que cada egresso dê sua parcela de contribuição, ampliando suas pesquisas e produções científicas. Essa ação, além de agregar conhecimentos e adicionar valor aos currículos para a participação em um futuro processo seletivo, contribuiriam também para elevar a nota na avaliação da CAPES, critério necessário para que o Programa ofereça o doutorado.

Com vistas a promover uma materialização dos resultados da pesquisa e cumprir com o quarto objetivo específico deste trabalho, apresenta-se um conjunto de orientações, com base no que a literatura consultada apresenta de mais relevante, mas, principalmente, com base no que os egressos sinalizam como mais pertinentes à realidade específica do Programa. Espera-se que tais ações possam ser efetivas para o estreitamento do vínculo com os egressos e aprimoramento do Programa.

O atendimento a tais orientações, ou minimamente uma análise do que se propõe, apresenta-se de forma oportuna e indispensável, uma vez que, caso uma política institucional de egressos venha a ser efetivamente aprovada no contexto da UFRB, suas prerrogativas devem contemplar parâmetros gerais, de modo a atender os diversos cursos de graduação e pós-graduação, mantendo-se estritamente necessário que o PPGGPPSS avalie suas peculiaridades e leve em consideração as necessidades de um mestrado profissional, cuja modalidade busca atender a objetivos bem específicos e enseja ações direcionadas.

Percebe-se, diante do exposto, que adotar ações que permitam um sistemático e contínuo acompanhamento dos egressos é essencial para o processo de maturação e aprimoramento, não apenas do Programa, mas da Instituição como um todo, bem como, o fortalecimento da Universidade com a Sociedade. Nessa perspectiva, este Relatório promove uma análise do caminho já percorrido pelo PPGPPSS, contribui com a projeção de suas atividades futuras, além de desvelar a necessidade de que outros Programas de *stricto sensu* se proponham a conhecer e interagir com seus egressos, evidenciando a possibilidade de futuros desdobramentos da pesquisa, em nível institucional.

## 8 REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10719: **informação e documentação – relatório técnico – apresentação**. Rio de Janeiro. 2011. P.3. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/378/o/NBR\\_10719\\_-\\_2011.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/378/o/NBR_10719_-_2011.pdf)
- AUDY, Jorge. **A Pós-Graduação no Brasil**. Entrevista / Reportagem. Auditório Cardeal Agnelo Rossi, no Campus I da PUC-Campinas 2019. disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/a-pos-graduacao-no-brasil/>
- BOBBIO, Norberto. **O filósofo e a política - antologia**. Organização José Fernández Santillán. Tradução César Benjamin e Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. Bauru: Edipro, 2001.
- BOTH, I. J. Avaliar a universidade é preciso: agente de modernização administrativa e da educação. In: SOUZA, E. C. B. Machado (org.). **Avaliação Institucional**. 2 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. 244 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Comunicado – Período de Avaliação do SNPG**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/comunicado-capes-periodo-de-avaliacao-do-snpg>. Acesso em: nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Portaria nº 122, de 5 de agosto de 2021**. Consolida os parâmetros e os procedimentos gerais da Avaliação Quadrienal de Permanência da pós-graduação stricto sensu no Brasil. Brasília, 2021
- BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Portaria nº 59, de 22 de março de 2017**. Dispõe sobre o regulamento da Avaliação Quadrienal. Brasília, 2017
- BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Proposta de revisão da Ficha utilizada para a Avaliação dos Programas de Pós Graduação que é conduzida pela CAPES**. Relatório de Grupo de Trabalho. Brasília, 2019. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-fichaavaliacao-pdf>
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de pós-graduação - PNPg (2011-2020)**. Brasília, DF: CAPES, 1 v. ago. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/plano-nacional-de-pos-graduacao>
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES 0079 de 11 de abril de 2002**. Consulta sobre titulação de programa mestrado profissionalizante. processo(s) nº: 23001.000297/2001-98. Brasília, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 300 de 30 de janeiro de 2006**. Aprova, instrumento de avaliação externa de instituições de educação superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/download/superior/2006/avaliacao\\_institucional/Portaria\\_n300\\_30\\_01\\_06.pdf](https://download.inep.gov.br/download/superior/2006/avaliacao_institucional/Portaria_n300_30_01_06.pdf)
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 389, de 23 de março de 2017**. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Brasília, 2017
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras

providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm)

BROM, Luiz Guilherme. **Universidade e mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp>>. Acesso em: nov. 2020.

BUARQUE, C. A Universidade numa encruzilhada. **Conferência Mundial de Educação Superior**, UNESCO, Paris, junho de 2003.

CASTRO, C. M. Os dinossauros e as gazelas do ensino superior. In: MEYER JUNIOR, V.; MURPHY, J. P. (Org.). **Dinossauros, gazelas & tigres: novas abordagens da administração universitária: um diálogo Brasil e Estados Unidos**. 2. ed. ampliada, Florianópolis: Insular, 2003

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHI, H., JONES, E. L.; GRANDHAM, L.P. (2012). Enhancing Mentoring between Alumni and students via Smart Alumni System. **Procedia Computer Science**, 9, 1390-1399.

DANTAS, F. Responsabilidade social e pós-graduação no Brasil: ideias para avaliação. **RBPG**, v. 1, nº 2, p. 106-172, nov. 2004. [meet.google.com/hsi-psms-bjp](http://meet.google.com/hsi-psms-bjp)

DERANI, C. Política pública e a norma política. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**. ISSN: 0104-3315 (impresso – até 2013) e 2236-7284 (eletrônico). vol. 41. n.0 2004.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 10ª. ed. Florida State University, Pearson Education, 2001.

ENGSTROM, E. M.; HORTALE, V. A.; MOREIRA, C. O. F. Trajetória profissional de egressos de Curso de Mestrado Profissional em Atenção Primária à Saúde no Município de Rio de Janeiro, Brasil: estudo avaliativo. **Ciência Saúde Coletiva** 25 (4). Mar 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020254.30262019>.

ESTEVAM, H. M.; GUIMARÃES, S. Avaliação do perfil de egressos do programa de pós-graduação stricto sensu em educação da ufu: impacto na formação docente e de pesquisador (2004-2009). **Avaliação (Campinas)** 16 (3). Nov 2011. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772011000300012>.

FÁVERO, M. L. A. **A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968**, Editora UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>>. Acesso em: nov. 2020

FREIRE, L. F. S.; MENDONÇA, J. C. A. Plano de Desenvolvimento Institucional nas Universidades Federais: os rumos do Acompanhamento de Egressos. **XLII Encontro da ANPAD - EnANPAD 2018**, 03 a 06/10/2018 - Curitiba. Disponível em: <<http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/992/1/LausemarFreitasSobrinhoFreire.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. **Revisão Sistemática da Literatura: Conceituação, Produção e Publicação**. Logeion: Filosofia da Informação, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. DOI: 10.21728/loggeion.2019v6n1. p 57-73. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 15 ago. 2021. p.57

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2019

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. H. A.; GOLDENBERG, P. Retrato quase sem retoques dos egressos dos programas de pós-graduação em Saúde Coletiva, 1998-2007. **Ciênc. saúde coletiva** 15 (4). Jul 2010. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000400014>.

HORTALE, V. A.; MOREIRA, C. O. F.; BOCHNER, R.; LEAL, M. C. **Revista Saúde Pública** 48 (1). Fev 2014. <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2014048004629>.

INGRAM, K. W., HAYNES, L. L., & DAVIDSON-DHIVERS, G. V. (2005). Building an Alumni Support Community: Tracking Alumni for Program Evaluation and Added Value. *College Student Journal*, 39(2), 203-217.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. **Perguntas Frequentes**. 2021. Disponível em: <https://iftm.edu.br/uberaba/cursos/posgraduacao-stricto-presencial/educacao-tecnologica/perguntas/>. Acesso em 01 de agosto 2021

LACOMBE, F. **Dicionário de administração**. São Paulo: Saraiva, 2004.

LACOMBE, F. J. M.; HEILBORN, G. L. J. **Administração - Princípios e Tendências**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LIMA, Leonardo Araújo; ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Acompanhamento de egressos: subsídios para a avaliação de Instituições de Ensino Superior (IES). **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 1, p. 104-125, mar. 2018.

LOUSADA, A. C. Z.; MARTINS, G. A. Egressos como fonte de informação à gestão dos cursos de Ciências Contábeis. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 16, n. 37, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v16n37/v16n37a06.pdf>>. Acesso em: nov. 2020

MACCARI, E. A.; TEIXEIRA, G. C. dos. S. Estratégia e planejamento de projeto para acompanhamento de alunos egressos de programas de pós-graduação stricto-sensu. **Rev. Adm. UFSM**, v. 7, nº 1, p. 101-116, mar. 2014.

MACHADO, G. R. Perfil do egresso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Acesso em: 05 dez. 2020

MACIEL, R. G. A.; NOGUEIRA, H. G. P. Mestrado Profissional: desenvolvimento pessoal e profissional. **RBPG**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 461 - 487, julho de 2012.

MICHELAN, L. S.; HARGER, C. A.; EHRHARDT, G.; MORÉ, R. P. O. Gestão de egressos em instituições de ensino superior: possibilidades e potencialidades. **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis, novembro de 2009.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

Ministério da Educação. CAPES. **Avaliação Trienal 2013 da Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo (ACT)**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=4649:administracao-cienciascontabeis-e-turismo>>. Acesso em: nov. 2020.

Ministério da Educação. CAPES. **Sobre a Avaliação**, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/conceito-avaliacao>. Acesso em 22/02/2021

- MIRANDA, C. S.; PAZELLO, E. T.; LIMA, C. B. Egressos como instrumento de avaliação institucional: uma análise da formação e empregabilidade dos egressos da FEA-RP/USP. *Revista GUAL*, v. 8, n. 1, p. 298-321, 2015. Acesso em: 26 set. 2020
- MONTEIRO, Antônio Luiz Ribeiro. **Avaliação do curso de graduação em Administração da FCAP por seus egressos**. Recife: UPE-FCAP, 1988.
- MOREIRA, M. L.; VELHO, L. Trajetória de Egressos da Pós-Graduação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais: uma ferramenta para avaliação. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 17, n. 1, p. 257-288, mar. 2012.
- MOURA, J. E.; SCHMIDT, C. M. Gestão de egressos no ensino superior: construção teórica e o caso do curso de graduação em Secretariado Executivo da UNIOESTE-PR. **Revista expectativa Secretariado Executivo**, Vol. XV – nº 15, 2016.
- NEPOMUCENO, L. D. O.; COSTA, H. G. Mapeamento de percepções na avaliação dos impactos do mestrado profissional no perfil do seu egresso. **Prod.** 22 (4). Dez 2012. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132012005000058>.
- NEVES, D. C. A.; SILVA, M. M.; TAVARES, R. C. Inserção social: princípio e compromisso na experiência da Pós-graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. **Serv. Soc. Soc.** (139). Set-Dez 2020. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.225>.
- ORTIGOZA, S. A. G.; POLTRONIÉRI, L. C., MACHADO, L. M. C. P. A atuação profissional dos egressos como importante dimensão no processo de avaliação de programas de pós-graduação. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 24 n. 2, 243-254, mai/ago. 2012. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132012000200006>.
- PAIVA, M. S.; COELHO, E. A. C.; NASCIMENTO, E. R.; MELO, C. M. M.; FERNANDES, J. D.; SANTOS, N. A. Perfil profissional de egressas da Área de Gerenciamento do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFBA. **Rev Esc Enferm USP**. 2011; 45(Esp):1558-65. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000700004>.
- PAUL, J. J. Acompanhamento de Egressos do Ensino Superior: experiência brasileira e internacional. **Cad. CRH** 28 (74). May-Aug 2015. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200005>.
- PENA, M. D. C. **Acompanhamento de egressos: análise conceitual e sua aplicação no âmbito educacional brasileiro**. 2000.
- PEREIRA, K. A. B. **A pesquisa na reconstrução da prática docente**. Disponível em: Acesso em: 20 de dez. de 2020.
- PRIBERAM. **Dicionário da Língua Portuguesa** [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/chave>. Acesso em 15 nov. 2020.
- QUEIROZ, T. P. **O bom filho a casa sempre torna: análise do relacionamento entre a Universidade Federal de Minas Gerais e seus egressos por meio da informação**. Dissertação de mestrado, Escola de Ciência da Informação, UFMG, 2014.
- RAMOS, F. R. S.; BACKES, V. M. S.; BACKES, D. S.; SCHNEIDER, D. G.; PINHEIRO, G.; ZEFERINO, M. T.; ROCHA, P. K. Formação de mestres em enfermagem na Universidade Federal de Santa Catarina: contribuições sob a ótica de egressos. **Rev. Bras. Enferm.** 63 (3). Jun 2010. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672010000300002>.

- RUAS, R.; COMINI, G. M. (2007) Aprendizagem e desenvolvimento de competências: articulando teoria e prática em programas de pós-graduação em formação gerencial. **Cadernos EBAPE**. Br, 5 (SPE), 1-14
- SANTOS T.D.E. S, TRIGUEIRO F.M., PEREIRA R.D.A.S., ROMEIRO M.D.O.C. Gestão de egressos de stricto sensu em administração: um estudo em Universidade Municipal. **Pensamento Real**. 2017 p. 16- 33. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/32356/23636>
- SCHANAIDER, A. System to outline the graduate students. **Rev Col Bras Cir**. 2015 Nov-Dec;42(6):413-7. English, Portuguese. doi: 10.1590/0100- 69912015006011.
- SILVA, J. M.; BEZERRA, R. O. Sistema de Acompanhamento dos Egressos Aplicado na Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista GUAL**, v. 8, n. 3, p. 1-15, 2015. Disponível em: Acesso em: nov. 2020.
- SILVEIRA, V. O. DA; PINTO, F. C. DE S. Reflexões necessárias sobre o mestrado profissional. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, 11, 2005. Disponível em <https://iftm.edu.br/uberaba/cursos/posgraduacao-stricto-presencial/educacao-tecnologica/perguntas/>
- SINDER, Marilene; PEREIRA, Renato Crespo. A Pesquisa com Egressos como Fonte de Informação Sobre a Qualidade dos Cursos de Graduação e a Responsabilidade Social da Instituição Universidade Federal Fluminense (UFF). **Anais dos Seminários Regionais sobre Autoavaliação Institucional e Comissões Próprias de Avaliação**. Brasília: Inep, 2015
- TEIXEIRA, Gislaíne Cristina dos Santos. **Desenvolvimento de uma sistemática para acompanhamento de alunos e egressos sob a perspectiva da gestão de projetos**. Dissertação, São Paulo, 2015. Disponível em: Acesso em: 29 nov. 2018.
- UNESCO. **Relatório sintético sobre as tendências e desenvolvimentos na educação superior desde a Conferência Mundial sobre a Educação Superior (1998-2003)**. Brasília: UNESCO, 2003. 208 p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Pró-Reitoria de Planejamento. Diretoria de Avaliação e Acompanhamento Institucional. **Acompanhamento do egresso**. Londrina, 2006.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Avaliação de Propostas de Cursos Novos**. Mestrado Profissional de Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social Cruz das Almas: UFRB, 2010
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social. **Regimento Interno**. Cruz das Almas: UFRB, 2014
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Comissão Própria de Avaliação – CPA. **Relatório de Avaliação Institucional (2018-2020)**. Cruz das Almas: UFRB, 2019
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Gabinete do Reitor. **Portaria nº 497, de 11 de maio de 2021**. Constituir uma comissão composta pelos membros relacionados abaixo, para, sob a presidência da primeira, no prazo de 60 (sessenta) dias, propor uma minuta de Política de Egresso para a UFRB. Cruz das Almas: UFRB, 2021
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Plano de desenvolvimento institucional 2010-2014**. Cruz das Almas: UFRB, 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Plano de desenvolvimento institucional 2015-2019**. Cruz das Almas 2016. disponível em <[https://www.ufrb.edu.br/soc/images/PDI/PDI\\_2\\_ETAPA\\_28\\_07\\_2016.pdf](https://www.ufrb.edu.br/soc/images/PDI/PDI_2_ETAPA_28_07_2016.pdf)>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Plano de desenvolvimento institucional 2019-2030**. Cruz das Almas: UFRB, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/>. Acessado em: 15 de março de 2021.

VASCONCELLOS, Mariana Vannucci; MENDONÇA, Fabiano André de Souza. Políticas públicas e sua importância para o desenvolvimento. **XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI/UFBA** – Salvador, p. 197 – 217, 2008.

VINIEGRA, R. F. S.; SILVA, L. G. P.; AGUIAR, ADRIANA, C.; SOUZA, L. Egressos de um Mestrado Profissional em Saúde da Família: Expectativas, Motivações e Contribuições. **Revista Brasileira de Educação Médica**. 43 (4). Oct-Dec 2019. <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n4RB20190078>.

WAISBERG, J.; GOFFI, F. S. Avaliação dos Egressos de Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Cirurgia. **Revista Brasileira de Educação Médica**. 28 (01). Jan-Apr 2004. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v28.1-003>.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS COMO FERRAMENTA PARA MELHORAR OS RESULTADOS ACADÊMICOS DA INSTITUIÇÃO. A pesquisa se dará em formato de questionário eletrônico e o convite para que os participantes possam contribuir ocorrerá através de mensagem de e-mail com disponibilização do link de acesso. Para participar deste estudo, você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a) pela pesquisadora que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Esta pesquisa envolve um risco referente ao tempo necessário para a execução das ações propostas, que é de aproximadamente 40 minutos, sendo assim, o pesquisador responsável se colocará à disposição para um atendimento que reduza os possíveis desconfortos. Você poderá desistir a qualquer momento de responder ao questionário, caso não se sinta confortável para isto. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão da responsável, como também os dados não deverão ser liberados para terceiros. Não haverá remuneração aos participantes. O participante que sofrer algum dano decorrente da pesquisa será indenizado. A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa - (livro, revista e/ou jornal), divulgação científica de pesquisas e relatórios, para arquivamento e formação de acervo histórico; sem qualquer ônus para a pesquisadora, para a UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) ou os participantes que serão entrevistados. Aqueles que forem convidados para responder ao questionário terão a oportunidade de adquirir conhecimento sobre a temática de acompanhamento de egressos, além de poderem contribuir para a estruturação de futuras ações do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, bem como para o fornecimento de subsídios para a criação de uma política de acompanhamento de egressos no âmbito da UFRB. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Vale ressaltar que, tanto o Projeto quanto este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram avaliados pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFRB e em caso de dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, este deve ser contatado pelo endereço: Rua Rui Barbosa, 710, Centro – Cruz das Almas – BA, CEP. 44.380-000, ou pelo Tel (75) 3621-6850, ou por email: [eticaempesquisa@ufrb.edu.br](mailto:eticaempesquisa@ufrb.edu.br). Este termo é composto de duas vias de igual conteúdo, sendo a primeira para arquivamento pelo pesquisador e a segunda do participante. Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Concordo que os materiais e as informações obtidas relacionadas à minha pessoa poderão ser utilizados em atividades de natureza acadêmico-científica, desde que assegurada a preservação de minha identidade. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar, de modo que declaro que concordo em participar desse estudo e recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Pesquisadora responsável: Silvana Sousa Louro, telefone (75) 3621 1293, e-mail [sousa.louro.sil@gmail.com](mailto:sousa.louro.sil@gmail.com) \*

**APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO****PESQUISA ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS COMO FERRAMENTA PARA MELHORAR OS RESULTADOS ACADÊMICOS DA INSTITUIÇÃO**

Nome completo:

Sexo:

- Masculino
- Feminino
- Não deseja informar
- Outro:

Residência

*Cidade - Estado - País*

---

**BLOCO 1 – ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

1. Atualmente, você desenvolve atividade profissional? \*

- Sim      Pular para a pergunta 7
- Não (Caso marque esta opção, avançar para o Bloco 2)      Pular para a pergunta 18

2. Em qual instituição você exerce sua atividade profissional?

---

3. Qual tipo de vínculo você tem com a instituição onde exerce sua atividade profissional?

- Proprietário de empresa/negócio
- Autônomo/ prestador de serviço
- Servidor público
- Sem vínculo/ informal
- Empregado com carteira assinada
- Voluntário
- Empregado em contrato de serviço
- Estagiário temporário
- Outro:

4. Qual tipo de atividade desenvolve a instituição onde você trabalha?

- Ensino
- Pesquisa
- Assistência
- Gestão
- Desenvolvimento tecnológico
- Consultoria
- Assessoria
- Outro:

5. Qual cargo e/ou função você ocupa atualmente?

---

6. Há quanto tempo você trabalha na instituição?

- Menos de 2 anos
- Entre 2 e 4 anos
- Entre 4 e 6 anos
- Acima de 6 anos

7. Qual é a faixa de sua remuneração bruta mensal?

- Não tenho remuneração
- Até 1 salário mínimo
- De 1 a 3 salários mínimos
- De 3 a 6 salários mínimos
- De 6 a 9 salários mínimos
- Acima de 9 salários mínimos
- Não desejo informar



## BLOCO 2 – FORMAÇÃO ACADÊMICA

13. Os conhecimentos adquiridos no Mestrado permitiram gerar quais dos resultados abaixo?  
(Permite marcar mais de uma opção)

- Produtos e tecnologias
- Política pública
- Nova metodologia/procedimentos
- Participação em editais de pesquisa
- Elaboração de projetos
- Outro: \_\_\_\_\_

14. Indique o motivo para sua escolha do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social. (Permite marcar mais de uma opção)

- Credibilidade da Instituição
- Excelência do curso
- Interesse na linha de pesquisa oferecida
- Probabilidade alta de obter bolsa de estudos
- Outro: \_\_\_\_\_

15. Assinale o grau de importância que você atribui aos itens abaixo, considerando os motivos que o levaram a se inscrever na seleção para o Mestrado. Dê nota 1 ao item menos importante, seguindo até 5 ao mais importante.

	1	2	3	4	5
Aumento salarial através da titulação	<input type="radio"/>				
Possibilidade de reconhecimento e ascensão profissional	<input type="radio"/>				
Recomendação da chefia da Instituição de vínculo	<input type="radio"/>				
Interesse em uma melhor capacitação na área do Curso	<input type="radio"/>				
Possibilidade de desenvolver ou aperfeiçoar técnica ou processo ligado à área de atuação profissional	<input type="radio"/>				

16. Como você avalia os conhecimentos teóricos obtidos no curso?

1      2      3      4      5

Péssimo      Ótimo

---

17. Como você avalia os seus professores?

1      2      3      4      5

Péssimo      Ótimo

---

18. Como você avalia as disciplinas/ componentes curriculares oferecidos?

1      2      3      4      5

Péssimo      Ótimo

---

19. Em relação as suas expectativas iniciais, o Mestrado:

- Não atendeu às expectativas
- Atendeu parcialmente às expectativas
- Atendeu às expectativas
- Superou as expectativas

20. Quais as produções científicas abaixo você realizou desde a entrada no Programa? (Permite marcar mais de uma opção)

- Não realizou produções científicas
- Apresentação de trabalho em seminário internacional
- Apresentação de trabalho em seminário nacional
- Publicação de artigo em periódico
- Publicação de capítulo de livro
- Publicação de livro
- Elaboração de produtos técnicos
- Recebimento de prêmio
- Desenvolvimento de projeto cultural
- Proposição de projeto social
- Elaboração de política pública
- Outro: \_\_\_\_\_

21. Com qual frequência você atualiza seu currículo Lattes?

- Não atualizo o Currículo Lattes
- Trimestral
- Semestral
- Anual
- Acima de 1 ano

22. O Programa contribuiu para melhorar sua visão e conhecimento acerca do impacto social que envolve uma política pública?

- Não contribuiu
- Contribuiu pouco
- Contribuiu parcialmente
- Contribuiu muito

23. Dentre os objetivos do Mestrado listados abaixo, quais você considera atendidos? (Permite marcar mais de uma opção)

- Fornecer instrumentos para uma reflexão sobre a gestão pública
- Preparar profissionais qualificados para atuarem frente às novas demandas da Gestão Pública
- Desenvolver competências de intervenção qualificada nos diferentes setores da administração pública
- Aprofundar a reflexão sobre desenvolvimento regional, inclusive no contexto ambiental e multidisciplinar
- Analisar a pobreza e as formas de uso e apropriação do espaço rural e da agricultura
- Contribuir com o desenvolvimento de estudos sobre os agentes sociais envolvidos em dinâmicas socioambientais no espaço regional, rural e urbano

24. O Programa contribuiu para ampliar seu nível participação social através das atuações abaixo? (Permite marcar mais de uma opção)

- Não contribuiu
- Elaboração de políticas públicas
- Atuação em monitorias
- Participação em conselhos
- Atuação em câmaras setoriais
- Outro: \_\_\_\_\_

25. Você ingressou em programa de doutorado? Qual o status atual?

- Sim, concluído
- Sim, em andamento
- Não, mas pretendo ingressar futuramente
- Não, e não pretendo ingressar futuramente

25. Deixe sua sugestão para a melhoria do Mestrado:

---

---

**BLOCO 4 – ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS**

26. Após conclusão, você mantém contato com o Mestrado ou com a UFRB?

- Mantenho contato apenas com o Mestrado
- Mantenho contato apenas com a UFRB
- Mantenho contato com o Mestrado e UFRB
- Não mantenho contato (Caso marque essa opção, avançar para a questão 29)

27. Caso mantenha contato, com qual frequência?

- Mensal
- Semestral
- Anual
- Acima de 1 ano

28. Esse contato se dá através de:

- Participação de eventos
- Cursos de atualização
- Informações em geral
- Procura por outros serviços prestados pela UFRB

29. Você considera importante a implantação de uma política de acompanhamento dos estudantes egressos?

- 1      2      3
- Pouco importante    Muito importante
-

30. Qual o grau de relevância você atribui às ações abaixo como forma de promover o acompanhamento dos estudantes egressos?

	Sem importância	Importante	Muito importante
Disponibilizar ao egresso dados sobre o seu percurso acadêmico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Integrar o egresso à comunidade acadêmica através de convites para participação em eventos acadêmicos, artísticos, culturais e esportivos promovidos pela Universidade;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover a atualização acadêmica para os ex-alunos através da oferta de cursos, seminários e palestras direcionadas à complementação profissional do egresso;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Divulgar conquistas, premiações e produção acadêmica, artística e literária de egressos;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Possibilitar a captação de informações, através de ferramenta própria, para divulgação de indicadores que irão subsidiar o Programa de Acompanhamento do Egresso;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Divulgar notícias dos egressos no site	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Você contribuiu com informações importantes para o aprimoramento Mestrado. Obrigada pela colaboração!